



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

**Dissertação de Mestrado**

**O Conflito Anglo – Irlandês. Aspetos Políticos e Religiosos  
Ou  
The Anglo – Irish conflict. Political and Religious Aspects**

**Autor:**

Miguel Gomes Ramos

**Orientador**

Professor Doutor Silvério Rocha-Cunha

18/01/2013

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

**Dissertação de Mestrado**

**O Conflito Anglo- Irlandês. Aspetos Políticos e Religiosos  
Ou  
The Anglo-Irish conflict. Political and Religious Aspects**

**Autor:**

Miguel Gomes Ramos

**Orientador:**

Professor Doutor Silvério Rocha-Cunha



## Índice de conteúdos

<b>Tipo de Trabalho</b>	7
<b>Resumo</b>	8
<b>Abstract</b>	9
<b>Agradecimentos</b>	10
<b>Introdução</b>	11
<b>Capítulo I – Revisão da literatura</b>	15
I.1 – Enquadramento Teórico	15
I.2 – Breve revisão do Estado da Arte sobre o Tema	22
<b>Capítulo II – Os primórdios dos Troubles</b>	26
II.1 – Os séculos XVI e XVII	26
II.2 – O século XVIII	28
II.3 – O século XIX	29
II.4 – O século XX (1914-1919)	30
II.5 – As Guerras Civis e a Partição da Irlanda em 1921	34
II.6 – A Irlanda do Norte entre 1921 e 1968	38
II.6.1 – <i>Um regresso ao passado</i>	38
II.6.2 – <i>Unionismo no Poder</i>	40
<b>Capítulo III – A Guerra Civil na Irlanda do Norte (1968-1998)</b>	41
III.1 – A Irlanda do Norte entre 1968-1972	41
III.1.1 – Os Direitos Civis	42
III.1.2 – A Resposta Unionista	44
III.1.3 – As Consequências	44
III.1.4 – Conclusão	46
III.2 – A Irlanda do Norte entre 1972-1995	47
III.3 – Ideias e Movimentos Políticos na Irlanda do Norte	56
III.3.1 – O Unionismo e a Partição da Irlanda do Norte	56
III.3.2 – Unionismo no Poder	57
III.3.3 – O carácter do Unionismo	58

III.3.4 – O Nacionalismo	59
III.3.5 – Nacionalistas encahados	61
III.3.6 – A filosofia social do Nacionalismo	62
III.3.7 – Direitos Civis	64
III.3.8 – Dos direitos civis aos direitos nacionais e outra vez	65
<b>Capítulo IV – A Sociedade Irlandesa nos <i>Troubles</i></b>	<b>67</b>
<b>IV.1 – Os grupos paramilitares</b>	<b>67</b>
IV.1.1 – Introdução	68
IV.1.2 – A legitimação da violência	68
IV.1.3 – O Paramilitarismo Republicano	70
IV.1.4 – O Paramilitarismo Lealista	73
<b>IV.2 – As Igrejas</b>	<b>75</b>
IV.2.1 – Introdução	75
IV.2.2 – Demografia e Denominações Religiosas	76
IV.2.3 – As igrejas, conflito e relações entre comunidades	77
IV.2.4 – As igrejas e a sociedade na Irlanda do Norte	79
IV.2.5 – Conclusão	80
<b>IV.3 – Relações entre a Irlanda do Norte e o Reino Unido</b>	<b>81</b>
IV.3.1 – Os Troubles	81
IV.3.2 – A Dimensão Irlandesa	81
IV.3.3 – Internacionalizando a questão	83
IV.3.4 – O Acordo Anglo Irlandês	85
<b>IV.4 – A Economia da Irlanda do Norte</b>	<b>86</b>
IV.4.1 – O Legado económico de Stormont	86
IV.4.2 – A luta pela paridade	88
IV.4.3 – A economia nas décadas de 1950 e 1960	89
<b>IV.5 – A Irlanda do Norte e a União Europeia</b>	<b>92</b>
IV.5.1 – A Irlanda do Norte como membro da Comunidade Europeia	92
IV.5.2 – Partidos Políticos	93
IV.5.3 – Representando a Irlanda do Norte na Europa	96

<b>Capítulo V – Do Acordo de Belfast (<i>Happy Fridays</i>) até aos nossos dias</b>	98
V.1 – Início das Negociações	98
V.2 – Fatores que contribuíram para o Acordo de Paz	101
V.3 – A Irlanda do Norte hoje em dia	102
V.4 – Repercussões do conflito	103
V.4.1 – Análise estatística referente às vítimas dos conflitos	103
V.4.2 – O reavivamento das hostilidades	105
V.4.3 – Traumas e Repercussões sociais	107
V.4.4 – Que futuro para a Irlanda do Norte?	108
<b>Conclusão</b>	109
<b>Referencias Bibliográficas</b>	112
Bibliografia	112
Netgrafia	113
Anexos	115
Anexo I: Barra cronológica da guerra civil na Irlanda do Norte	115

## **Tipo de trabalho**

No que diz respeito ao tipo de trabalho que se pretende realizar, em primeiro lugar trata-se de uma dissertação de Mestrado, no que diz respeito ao grau que confere.

Em termos da informação a utilizar será feita uma compilação bibliográfica de livros, artigos e páginas da Internet sobre o conflito vivido na Irlanda do Norte. Quanto ao objecto de análise, este caracteriza-se por ser de carácter histórico, uma vez que se pretende compreender e estudar-se o tema em questão com recurso a uma componente histórica bastante sólida para se poderem compreender os antecedentes e os principais momentos deste conflito, para se ter uma maior compreensão sobre este tema.

Quanto à amplitude do tema, o objectivo desta tese será abordar um tema concreto, e neste caso, será dada maior atenção aos aspectos religiosos e políticos deste conflito, que podem considerados inseparáveis mais propriamente as questões relacionadas com o estatuto político da Irlanda do Norte que esteve directamente relacionado com as relações pouco pacíficas entre os nacionalistas católicos, que defendiam a união da Irlanda e os unionistas protestantes defensores da unificação do território da Irlanda do Norte (Ulster, termo usado pelos Republicanos) com o Reino Unido já composto por Inglaterra, Escócia e País de Gales), resultando em mais de 3000 vítimas mortais confirmadas no final do conflito

Finalmente no que se concerne à actualidade do tema, o tema que será argumentado nesta tese de mestrado trata-se de um tema contemporâneo, pois embora o diferendo esteja resolvido, este conflito provocou um grande trauma na população da Irlanda do Norte, que será mais detalhadamente explicado.

## Resumo

Esta dissertação pretende abordar a questão do conflito na Irlanda do Norte entre as comunidades minoritárias católicas defensoras de uma Irlanda Unida e as comunidades majoritárias protestantes que defendem a anexação da Irlanda do Norte ao Império Britânico, gerando um dos mais sangrentos e mais intensos conflitos da história recente na Europa.

O motivo principal que explicou a conflitualidade consiste nas discriminações e desigualdades a que os católicos, enquanto minoria étnica, sofreram por parte dos protestantes visto que a sua participação e direitos na sociedade civil não foram reconhecidos por parte da maioria protestante no território da Irlanda do Norte, o que veio a contribuir para um crescimento do nacionalismo irlandês, baseado numa multiplicidade interminável de vectores económicos, sociais, étnicos, religiosos, políticos, militares (com a presença de movimentos paramilitares) estando intimamente ligados com a ocupação prévia da Irlanda pelos colonos Britânicos protestantes considerada como usurpação por parte dos Católicos nativos da Irlanda desde o século XII.

Apesar de se ter chegado a um consenso recentemente em 1998 as hostilidades entre comunidades étnicas na Irlanda do Norte ainda vigoram. Essas hostilidades consistem: na desconfiança de elementos de uma comunidade perante outra motivado pelos traumas passados relacionados com a perda de familiares e amigos, a inexistência de laços de amizade entre republicanos e unionistas motivados por essa mesma desconfiança, episódios esporádicos de mortes de soldados britânicos que faleceram em 7 de Março de 2009, atacados pelo *Real Irish Republican Army* (RIRA) e a ocorrência de mortes de civis motivados por motivos sectários e de disputas internas dentro destes grupos armados levando a concluir que a paz não será permanente na Irlanda do Norte.

Palavras-chave: Irlanda do Norte, Conflitos, Republicanos, Católicos, Ulster, Protestantes, Lealistas

## **Abstract**

### **The Anglo-Irish conflict. Political and religious aspects**

This dissertation pretends to aboard the question of the conflict in Northern Ireland between the minority Catholic unionists defenders of the idea of a united Ireland and Protestant communities who defend the annexation of the Northern Ireland to the British Empire, generating one of the most bloody and intense conflicts in the recent history of the Europe.

The main motive that explains the conflict consists in the discrimination and inequalities that Catholics, as an ethnic minority, suffered from the Protestant, being them participation and them civil rights not recognized by the Protestant majority of the Northern Ireland territory, which contributed to the raising of the Irish nationalism based in multiplicity of economical, social, political, religious and military (and the presence of paramilitary movements) factors, being intimately linked with the occupation of Ireland by the Protestant and British settlers, considered as usurpation by the Catholic native people of Ireland, since the XII century.

Although of the parts came to a consensus recently in the year of the 1998, the hostilities between ethnic communities remain still remain. These hostilities consist in the mistrust of elements of one community before another community ,motivated by past traumas related with the loss of family and friends, the nonexistence of links of friendship between republicans and unionists motivated by that same mistrust and due to the occurrence of deaths of British soldiers that died in 7<sup>th</sup> March 2009, attacked by the Real Irish Republican Army (Army) and the occurrence of deaths of civilians motivated by sectarian reasons and internal disputes in the these armed groups, leading to conclude that the peace will be not permanent in Northern Ireland .

Key-words: Northern Ireland, Conflicts, Republicans, Catholics, Ulster, Protestants, Loyalists

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação de mestrado só foi possível graças à colaboração e ao contributo de diversas pessoas (directamente ou indirectamente):

Ao meu orientador, o Professor Doutor Silvério Rocha e Cunha agradeço a sua disponibilidade para ser o orientador da minha dissertação, pela sugestão e interesse no meu tema providenciando-me com as devidas recomendações, conhecimentos, conselhos e inspiração no processo da realização desta dissertação de Mestrado e cordialidade, pela indicação de bibliografia e ligações presentes na Internet relevantes para a temática em questão; estando também presente no meu percurso académico (nas disciplinas de Direito Internacional Público e Teoria Jurídica das Relações Internacionais);

Aos funcionários da Biblioteca da Universidade de Évora, pelo apoio prestado na pesquisa de bibliografia essencial para a temática em questão;

Ao Pessoal do departamento do curso de Sociologia (professores e pessoal administrativo) que me formaram enquanto pessoa e sociólogo ao longo do meu percurso académico no curso de Sociologia e ao pessoal do departamento de Economia, já no curso de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus;

À professora Saudade Baltazar pelo seu acompanhamento académico como professora de Sociologia do Planeamento Regional e Local e de Planeamento e Gestão de Projectos (na Licenciatura em Sociologia) e no Mestrado em Relações Internacionais como Professora de Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos, sendo que algumas teorias referidas na dissertação foram aprendidas nessa unidade curricular;

Por último, mas não menos importantes, aos meus familiares (pais e avós) e amigos pela força e motivação que me deram ao longo da elaboração desta dissertação que a levaram à sua conclusão e ao longo do meu trajeto académico na cidade de Évora.

## **Introdução**

Com esta dissertação, pretendeu-se estudar e analisar a situação todavia já terminada na Irlanda do Norte ou os Troubles (ou o problema), mais propriamente o conflito que ocorreu entre 1968 e 1998, que foi de grande violência sendo essencialmente causado por dois importantes grupos étnicos e religiosos bastante diferentes embora semelhantes.

Por um lado os católicos que se tratam da minoria da população defendiam que a ideia de que a Irlanda do Norte deveria ser unida com o resto do território ou seja com a República da Irlanda, recuperando as suas antigas terras.

Por outro lado a maioria protestante residente na República da Irlanda defendia que a Irlanda do Norte devia fazer parte do território da Grã-Bretanha e manter laços com estes levando a um diferendo que durou 30 anos travado entre grupos militares e paramilitares de ambos os lados, em que apesar de haver um cessar-fogo, as hostilidades entre as partes ainda se verificaram, sendo que mesmo depois do Tratado em 1998, alguns casos de assassinatos como foram por exemplo o caso de dois soldados britânicos e de um polícia irlandês mortos em Março de 2009, por facções pertencentes ao Exército Republicano Irlandês.

No que se concerne ao objectivo geral desta dissertação de mestrado, numa primeira instância surge a partir de interesses pessoais do mestrando em procurar saber mais relativamente ao conflito étnico ocorrido recentemente na Irlanda do Norte.

A nível do contributo do trabalho para a área em questão esta dissertação pretende dar um avanço em termos do conhecimento na área das Relações Internacionais, nomeadamente na área de resolução de conflitos e no campo da violência étnica e política directamente interligados com a revolta das minorias com vista a se proporem soluções para os restantes conflitos do mesmo cariz ainda a decorrerem um pouco por todo o mundo.

Quanto aos objectivos específicos da realização desta dissertação que marcará a fase terminal do mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, esta dissertação procurará obviamente num primeiro objectivo específico correspondente averiguar os antecedentes históricos do conflito para se

compreender melhor e com maior profundidade as causas históricas que despoletaram o conflito na Irlanda do Norte (1968-1998) mais propriamente a Guerra da Independência (1919-1921) e a posterior Guerra Civil Irlandesa (1922-1923), sem esquecer ainda as raízes mais antigas no século XVII.

O segundo objectivo específico será analisar a componente política, no que se refere às políticas da Irlanda do Norte, como são as ideias dos movimentos políticos em questão, como sejam os unionistas protestantes e os nacionalistas católicos durante o tempo em que se verificou o confronto entre estes.

Num terceiro objectivo será focada a política de relações da Irlanda do Norte com a Grã-Bretanha e a União Europeia, os aspectos da sociedade da Irlanda do Norte e analisar os *Troubles* a partir de dados estatísticos que darão uma maior ideia da brutalidade deste diferendo e aferir dos seus efeitos para a sociedade da Irlanda do Norte.

No que diz respeito à importância desta tese de mestrado, pretende-se que seja importante em termos sociais porque espera-se que tenha repercussões nas relações entre diferentes entidades como sejam Estados e mais especificamente em Estados em que hajam conflitos de cariz étnico e político.

No que diz respeito à explicação de cada capítulo, no primeiro capítulo procedeu-se à habitual revisão crítica de literatura relativa de outros estudiosos sobre a Irlanda do Norte e no caso particular do seu conflito com o objectivo de complementar/confrontar as diversas visões acerca do mesmo assunto. Ainda neste primeiro capítulo fez-se o enquadramento teórico com outros estudiosos mais ligados com a área dos estudos sobre os conflitos para ter uma melhor compreensão das grandes motivações deste diferendo entre grupos étnicos/políticos/religiosos antagonistas entre si.

O segundo capítulo desta dissertação refere-se aos antecedentes ou as questões preliminares mais importantes que contribuíram para a situação vivida entre 1969 e 1998 como foram a questão colonial do século XVII e anteriores com a imigração de colonos vindos da Escócia, Inglaterra e País de Gales maioritariamente protestantes que colonizaram o território da Irlanda pertencente outrora na sua totalidade pelos irlandeses católicos contribuindo para os primeiros confrontos.

Outra questão prende-se com o surgimento da actividade e da acção do grupo paramilitar *Irish Republican Army* (IRA) nos primórdios desta questão levando conseqüentemente à partição da Irlanda em 1921, como resultado da guerra civil (1919-1921), até aos nossos dias em Irlanda do Norte para os Unionistas e em Republica da Irlanda para os Republicanos.

Posteriormente a questão essencial desta dissertação como foi o conflito na Irlanda do Norte será analisada no capítulo III em que se procederá a uma delimitação temporal e espacial do território da Irlanda do Norte durante essa altura e de diversos eventos. Também serão identificados e abordados os mais importantes atores presentes neste conflito como foram os movimentos políticos pertencentes quer a Republicanos, quer a Unionistas que intervieram politicamente, focando também a intervenção da Grã-Bretanha neste território ainda no domínio da intervenção política.

No capítulo IV será focada a sociedade da Irlanda do Norte durante os *Troubles*, no que diz respeito aos grupos paramilitares a operarem neste território e ao seu papel na sociedade na sociedade da Irlanda do Norte e o seu modo de actuar e como legitimaram a sua actividade (republicanos e unionistas); à igreja, nomeadamente no que se concerne à sua importância para a legitimação ideológica das hostilidades e da sua importância no quotidiano da Irlanda do Norte; às questões da economia da Irlanda do Norte e da questão do relacionamento da Irlanda do Norte com a Grã-Bretanha e com a União Europeia.

No capítulo V será dada atenção à Irlanda do Norte após o Tratado de Belfast (*Happy Fridays*), dando-se destaque à assinatura do acordo de paz, sendo que também será analisada a situação actual na Irlanda do Norte e não menos importante será a questão referente às repercussões e efeitos do conflito sobre a população do Ulster por parte de ambas as partes com base em dados estatísticos e a nível dos efeitos nocivos que o conflito teve sobre a sociedade da Irlanda do Norte e as pessoas nela inserida e será feita a pergunta: que “futuro para a Irlanda do Norte?”

No que diz respeito à metodologia a utilizar e as suas questões, em virtude de não ser adequado, pela natureza deste trabalho, proceder ao uso de técnicas de investigação tais como o inquérito por questionário ou a entrevista oral tratando-se de técnicas usadas em trabalho de campo, procedeu-se à análise documental. Portanto será adequado salientar que esta pesquisa foi de carácter qualitativo com o recurso a dados estatísticos com fins ilustrativos.

Ainda referentemente às questões metodológicas desta dissertação no que se concerne à informação a recolher será obtida, alternativamente, através de trabalhos e artigos de outros autores (fontes secundárias) sobre o conflito étnico na Irlanda do Norte e do CAIN Web Service (Conflict Archive in the Internet), para se obterem mais informações para a realização da revisão do estado da literatura no decorrer da própria tese, através da análise documental destes mesmos documentos.

Finalmente pode-se afirmar que a realização desta dissertação prende-se com aspectos pessoais e académicos do mestrando que a pretende realizar com vista a não só obter o grau de Mestre em Relações Internacionais e Estudos Europeus, mas também para a sua própria valorização pessoal e profissional.

## **I – Revisão da Literatura**

Nesta secção da dissertação pretende-se numa primeira instancia enquadrar os vários contributos teóricos anteriormente aprendidos durante a componente curricular do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus relativamente à questão da conflitualidade e das suas diversas tipologias para uma maior compreensão dos *Troubles*, enquanto conflito que decorreu na Irlanda do Norte na segunda metade do século XX (1968-1998).

Numa segunda instância com a realização desta breve revisão da literatura acerca do tema a ser abordado, têm se como objectivo conhecer o estado de arte referentemente ao caso da Irlanda do Norte procedendo-se à análise crítica de outros trabalhos realizados por vários estudiosos de diversas áreas do conhecimento, mais propriamente das ciências sociais e humanas relativas aos *Troubles* ocorridos na Irlanda do Norte para se fazer uma revisão literária daquilo que já foi feito acerca do tema em questão nesta dissertação.

### **I.1 – Enquadramento Teórico**

Como já foi referido na introdução deste ponto lógico desta dissertação, antes de se passar à revisão do estado da arte literário acerca da temática do conflito na Irlanda do Norte, importa rever algum contributo teórico de outros autores para se poder fundamentar segundo teorias anteriormente estudadas na componente curricular deste mestrado um determinado conflito.

Mas em que medida pode-se enquadrar o conflito da Irlanda do Norte nesta tipologia de conflitos? Pois bem nem todos os conflitos são iguais porque a situação na Irlanda do Norte tratou-se de uma situação bastante complexa visto que este conflito reuniu dimensões de conflitualidade congregando as dimensões de guerra civil, guerra de secções e o recurso ao terrorismo organizado por grupos paramilitares, bem como outras tipologias de conflitos que ao longo deste enquadramento teórico foram identificadas.

Do ponto de vista teórico, aceita-se que o caso da guerra na Irlanda do Norte tenha sido uma guerra civil, pois, uma *"guerra civil"* entende-se segundo a definição de Xavier in PIM et al., compil (2006), pp.122 a 126, como *"um conflito armado entre facções, partidos ou grupos do mesmo povo"*, como foram as facções unionista representada pela etnia dos Protestantes, que estiveram a favor de que a Irlanda do Norte devia continuar sobre a tutela dos Britânicos contrastando com a etnia católica que idealizava a ideia de uma Irlanda unida, juntando a Irlanda do Norte com a Republica da Irlanda.

Ao mesmo tempo pode também ser considerado como uma *"guerra de secções"*, que segundo o mesmo autor ocorrem quando um grupo ou facção residente na Irlanda do Norte como as comunidades minoritárias nacionalistas pretenderam-se demarcar da Irlanda do Norte e apoiar a causa republicana, *"por diversos motivos, como religiosos, culturais, identitários e históricos"*, pois os republicanos nacionalistas eram a favor de uma Irlanda unida que ao contrário da maioria das restantes comunidades que eram maioritariamente unionistas protestantes, não reconheceram a soberania protestante e do Reino Unido na Irlanda do Norte, sendo que historicamente foram tratados como cidadãos de segunda classe pelos Protestantes, gerando um sentimento de identificação nacionalista contra os Britânicos.

Os *Troubles* também poderão ser considerados como um conflito em que se empregou o *"terrorismo"* que foi *"perpetrado por organizações autonomizadas e dotados de meios estratégicos importantes como armamento de ponta, tendo como objectivo atacar o Poder antagonista"*, como foi o poder protestante do Reino Unido no caso dos grupos paramilitares republicanos. Já para os paramilitares unionistas, o *"poder antagónico"* consistiu na causa republicana dos seus rivais.

Outra corrente que também foi pertinente para estudar a questão da Irlanda do Norte consistiu na guerra nacionalista ilustrada por Moreira (2010).

Para Moreira (2010), p. 269 a guerra nacionalista tem lugar *"quando uma alienação efetiva imposta por um grupo ou um poder político diferente, não lhes parece dar outra alternativa"*. Uma guerra nacionalista, no entender do mesmo reveste-se em duas formas principais: *"o irredentismo e o separatismo"*.

O "*Irredentismo*" consiste para Moreira (2010), p. 269 "*na luta pela unificação do povo*", sendo esta luta foi travada na prática pelos grupos paramilitares republicanos por determinado território, como foi a província do Ulster (a parte Nordeste da Ilha da Irlanda), que entendeu que esse território foi arrancado à força pela soberania "*ilegítima*" como foi a soberania que os Protestantes, vindos da Grã-Bretanha tiveram desde o século XVII até recentemente na Irlanda do Norte.

Uma outra forma de guerra que corresponde ao "*irredentismo*" foi a guerra separatista ou o separatismo. A guerra separatista, segundo Moreira (2010), p.270, ocorre quando "*um grupo com identidade pretende separar-se de um Estado existente e assumir o lugar independente e separado para o qual sente vocação*", ou seja o conflito da Irlanda do Norte foi também um conflito separatista na medida em que os Católicos, quer a população, quer os grupos paramilitares de índice republicano declaravam a sua separação e independência de uma soberania protestante do Reino Unido, que no entender da opinião pública republicana e para não dizer também católica, consistiu numa soberania ilegítima e que não era reconhecida por estes.

Noutro patamar teórico encontramos as teorias de gestão de crises que podem explicar a conflitualidade verificada na Irlanda do Norte. Uma teoria que pode ser enunciada consiste no modelo teórico da gestão de crises.

Segundo Nogueira (2004), pp.124-125, a "*crise possui o seu próprio modelo de desenvolvimento próprio*.

*Em primeiro lugar a crise parte sempre de um conflito de interesses preexistente*" como seja a velha discussão de quem deve pertencer a Irlanda do Norte ou Ulster, se à Inglaterra ou à República da Irlanda levando a uma situação intolerável por uma das partes sendo que no entender dos Católicos além de terem sido retirados das suas terras anteriormente, foram também segregados pelos Unionistas Protestantes. Estes dois factores levaram para uma situação cada vez mais incomportável sendo que este momento foi considerado como o "*catalisador geral da crise*", no entender de Nogueira (2004), p.125.

Por sua vez, os Unionistas continuaram com as "*provocações (desafio)*" aos Republicanos Católicos, motivando a sua resistência, com os motins de Agosto de

1969, que começou com confrontos entre Nacionalistas, polícia e membros da *Apprentice Boys of Derry* (uma sociedade fraternal de protestantes) o que levou ao transpor do patamar da crise para a "*radicalização*" do conflito e posteriormente para o "*confronto directo ou a situação de guerra*" entre as duas facções quer militarmente ou paramilitarmente se defrontaram no campo de batalha, especialmente verificada nos anos 70 e 80, com a campanha militar de várias organizações paramilitares pertencentes quer a nacionalistas quer aos lealistas.

Esta situação teve fim com a assinatura do Tratado de Belfast, que marca a fase da "*resolução do conflito (compromisso)*", na etapa final do modelo de desenvolvimento de Nogueira (2004), p.125, próprio da crise no ano de 1998 em que a Irlanda do Norte, ficou até aos dias de hoje sobre governo britânico, mas as hostilidades persistem até aos dias de hoje entre as populações locais quer sejam mais afectas aos unionistas ou aos republicanos, sendo que mesmo após a paz verificaram-se algumas situações de ataques terroristas a soldados britânicos na Irlanda do Norte e até no desporto com uma convocatória de um jogador nascido na Irlanda do Norte para a selecção da República da Irlanda para o Euro 2012 a ser disputado na Polónia e Ucrânia, as velhas feridas desta rivalidade reabriram-se pelo que os jogadores católicos são alvo de sectarismo, insultos e ameaças de morte por parte dos adeptos protestantes fãs dos diversos clubes de futebol do Ulster e da selecção nacional da Irlanda do Norte.

Importa verificar a classificação de Muñoz in Vega (2007), pp.24-27, para se poder classificar o conflito da Irlanda do Norte, mais propriamente os *Troubles*.

De acordo com esta perspectiva teórica, pode-se considerar o conflito da Irlanda do Norte, "*através de 3 vectores teóricos: nível de afectação, natureza e os âmbitos implicados*".

Em primeiro lugar, quanto ao seu "*nível de afectação*", os *Troubles* verificados na Irlanda do Norte consistiram numa "*crise de nível regional*" pois a crise incidiu fundamentalmente no campo social com a ocorrência de conflitos étnicos, identitários e religiosos entre católicos e protestantes.

Quanto à sua "*natureza*" foi duplamente um conflito de "*natureza política e social*"; política porque desencadeou a existência e consequentes conflitos bélicos entre

grupos paramilitares pertencentes quer a unionistas quer a republicanos; social, pois foi a população da Irlanda do Norte que sofreu as consequências de tal conflito que se gerou no sistema social da Irlanda do Norte ou Ulster, uma vez que existiu o confronto entre as partes que o compõem (conflito entre republicanos católicos e lealistas protestantes) ou então como protesto ao governo vigente neste caso pertencente à maioria protestante residente na Irlanda do Norte, levando ao aparecimento de movimentos radicais violentos e à desobediência civil.

Finalmente, no que diz respeito ao enquadramento do conflito na Irlanda do Norte com esta tipologia de classificação de conflitos armados verifique-se que apoiando a teoria apresentada por Muñoz in Vega (2007), p.127, o conflito na Irlanda do Norte com base nesta teoria foi considerado como um *"conflito armado de âmbito privado/público"* porque a acção de grupos paramilitares como o Irish Republican Army (IRA) do lado dos republicanos e o Ulster Voluntary Force (UVF), por parte do lado dos unionistas (dimensão privada) provocaram danos nocivos para a sociedade da Irlanda do Norte e conseqüentemente para o seu sistema social em que estão inseridos (dimensão pública).

Na tipologia de Kaldor (2001), citada por Francisco Proença Garcia e Maria Francisca Saraiva no seu artigo: *O fenómeno da guerra no novo século – uma perspectiva* (2007) pode-se considerar um conflito da Irlanda do Norte como uma *"nova guerra"*, pois as novas guerras *"podem provocar o esboroar ou mesmo a destruição da estrutura estatal deixando esta de exercer a sua actividade plena, de garantirem a segurança e o bem-estar das suas populações e mesmo de manterem as fronteiras políticas e integridade das instituições."*

*Nesta situação as Forças armadas regulares tendem a desaparecer e transformarem-se ou confundirem-se com milícias armadas ou forças paramilitares"* como se registou na Irlanda.

Ainda segundo Kaldor (2001), citada em Garcia e Saraiva (2007), *"as novas guerras ou novos conflitos armados"* como foi o conflito existente na Irlanda do Norte a sua principal característica consiste num *"incremento das atrocidades e a tendência é para evitar batalhas e virar a violência para as populações, com barbárie"*, nomeadamente através de assassinatos executados pelos grupos paramilitares dos Nacionalistas

católicos e dos Lealistas Protestantes que leva a alguns atores como Kaldor (2001) a referir um *"regresso ao primitivo"*.

Outras teorias que pode explicar este diferendo étnico entre Republicanos (Católicos) e Lealistas (Protestantes) consiste na vitimização étnica referida por Joseph V. Montville citado em Cunningham (1998) consiste *"no conceito da vitimização étnica, quando a segurança do seu grupo é posta em causa pela violência e agressão"* vinda do grupo 'agressor'. Esta teoria é sintetizada em três elementos: a *"experiência"* que consiste num evento trágico ou mesmo um "cataclismo" que choca a comunidade do grupo vítima, a *"hostilidade injustificada"* em que os direitos humanos e civis são desrespeitados e finalmente o receio da *"aniquilação do grupo vítima"*, sendo que quer Unionistas, quer Nacionalistas sentiram que a sua sobrevivência estava em jogo.

Para os Unionistas o eclodir violento dos Troubles significou o fim do seu controlo sobre a Irlanda do Norte e a defesa do seu território despoletou-lhes o sentimento de não se renderem.

Por sua vez nos Nacionalistas, eventos como a plantação/colonização do Ulster por parte dos colonos Protestantes vindos da Inglaterra e Escócia, a fome e a Guerra Anglo Irlandesa e a partição a que se seguiu em 1921, resultaram na tal 'vitimização étnica', que por sua vez levou a um sentimento que Cunningham (1998) considera como o *"egoísmo da vitimização"*.

Mack citado por Cunningham (1998) define o egoísmo da vitimização como *"a incapacidade de um grupo étnico nacional, como resultado dos seus próprios traumas históricos, de ter empatia com o sofrimento de outro grupo"*.

Ou seja os Nacionalistas, como resultado dos seus traumas históricos perpetrados pelos Unionistas não tiveram empatia para com os rivais históricos unionistas, nem qualquer compaixão para com estes daí que *"de vítimas aterrorizadas passaram a ser terroristas"* como o mesmo autor, referido por Cunningham (1998), afirma.

Outro contributo teórico importante consiste no contributo de Crome (2006), citado por Michael Cornu (2006) referente ao facto das religiões, especialmente monoteístas no caso particular do cristianismo e das suas grandes correntes (Catolicismo e Protestantismo), refere que estas *"têm desempenhado um papel"*

*identitário, e que uma determinada identidade se constrói em oposição a outra identidade*”, como se verificou na Irlanda do Norte durante o período em que vigoraram os *Troubles* entre Lealistas e Republicanos, servindo também de *“justificação para os diversos colonialismos”* como foi o colonialismo feito à Ilha da Irlanda por parte dos colonos Britânicos e Escoceses de religião protestante sendo que a religião *“desde que instituída, vai estar politicamente instrumentalizada (...) no sentido dos sistemas de poder e das instituições de gestão da sociedade”* (p.85), ou seja durante os *Troubles*, a religião (Protestante/Católica) teve um papel crucial no quotidiano das sociedades e das diversas instituições sociais que estas albergavam e que os indivíduos daquela altura faziam parte (família, trabalho, a própria igreja em si, entre outros.)

O mesmo Georges Cromes, numa sua entrevista denominada por *“Une importance nouvelle de la religion?”* referiu que a religião ganhou uma nova importância no quotidiano das diversas sociedades da atualidade, pois *“os problemas sociais, identitários, culturais, e mesmo os conflitos geopolíticos tem efetivamente (...) tendência a exprimirem-se sobre o modo identitário, étnico e religioso”*, sendo que tal se repercutiu na Irlanda do Norte uma vez que os *Troubles* e os diversos problemas sociais, identitários e culturais que o desencadearam, especialmente este dois últimos repercutiram-se nestas três formas acima referidas. Aos níveis identitário e étnico, devido às disputas entre Lealistas (Integração do Ulster no Reino Unido) e Republicanos (Integração do Ulster com a República da Irlanda, mais a Sul) e ao nível da dimensão da religião, vincado na rivalidade entre Protestantes e Católicos.

## **I.2 – Breve Revisão do Estado da Arte sobre o Tema**

Nesta secção do trabalho pretende-se rever os contributos literários, mais propriamente trabalhos e artigos, realizados por outros autores, relativamente aos *Troubles* ocorridos na Irlanda do Norte.

A nível desta revisão bibliográfica referentemente ao tema do conflito na Irlanda do Norte tem-se como objectivos: verificar se textos relacionados com a temática em estudo já foram publicados; conhecer a forma como esse assunto foi abordado e analisados em estudos prévios e conhecer as variáveis do problema em questão, com vista a reforçar o reconhecimento sobre estes problemas com vista a seguir o delineado para este trabalho segundo as suas ideias-chave referidas no resumo deste trabalho, pretendo-se que seja uma investigação relevante, quer para carácter pessoal com a obtenção do grau, quer para a comunidade científica e académica, porque pretende-se aprofundar o que já foi referido em alguns trabalhos importantes sobre a temática do conflito entre Republicanos e Unionistas.

Para começar esta revisão da literatura sobre o tema disponível verificou-se que referentemente ao tema da Irlanda do Norte já foram vários estudos e dissertações e livros de outros autores referentemente ao tema dos *Troubles* na Irlanda do Norte, que abordaram este tema segundo diversas ópticas, como será posteriormente visto.

Uma das causas relevantes para este conflito, foi sem dúvida a questão da identidade dos irlandeses foi Smooha (1980), p.256 que se focou na questão política das identidades dos povos no artigo *Control of Minorities in Israel and Northern Ireland* que “*sociedades altamente pluralizadas*”, ou seja sociedades com “*grandes divisões religiosas, étnicas, linguísticas e culturais, enfrentam o grave problema da instabilidade social e da não coesão dessa sociedade*”. O mesmo focou que a Irlanda do Norte “*exemplificou a quebra da ordem social*”, p.258, assim o explica devido à intolerância por parte dos católicos enquanto um terço da população da Irlanda do Norte, em estarem “no fundo” da hierarquia social, em que após 50 anos controlados pelos Protestantes, nos finais dos anos 60, os Católicos republicanos revoltaram-se e criaram um clima de desordem civil com motins e atentados

bombistas realizados por agências paramilitares com o Irish Republican Army (IRA).

Além do contributo de Smooha (1980) referente à questão dos problemas relacionados com a existência de comunidades minoritárias, verifique-se relevante para uma das causas principais da existência do conflito foi a questão da colonização da Irlanda do Norte defendida pelo artigo *Path Dependence in settlement process: explaining settlement in Northern Ireland*, da autoria de Ruane e Todd, que explica o contributo dos colonatos para a criação de clivagens e conflitos étnicos e a forma de como os superaram e referentemente a sua estabilidade.

Estes explicam o processo de colonização da Irlanda do Norte em que referem que *“o factor mais referido para explicar o processo de colonização na Irlanda do Norte foi o poder e particularmente o equilíbrio de poder”*, p.7 adjacentes às *“relações de poder”*, que constituem um dos quatros fatores que levam ao estabelecimento de colonatos, sendo que as restantes consistem nas *“diferenças culturais, enquadramento cognitivo, redes sociais e o seu papel na formação de laços transfronteiriços e nas oportunidades institucionais”*, p.4, em que por exemplo, nos meados da década de 90 houve um equilíbrio de forças entre o IRA e o exército britânico o que veio a facilitar posteriormente as negociações de paz em 1998 em Belfast, o que pode eventualmente explicar o que deu origem ao conflito e ao seu desenvolvimento, visto que os católicos republicanos além de serem a população minoritária da Irlanda do Norte, tinham menos poder, chegando a ser discriminados e excluídos pela maioria protestante unionista, o que pode explicar o maior incremento da conflitualidade dos finais dos anos 60 ate 1998, ou seja durante os 30 anos de quase guerra civil entre estas duas facções em questão.

Completando a importância dos colonatos e a questão das minorias e do equilíbrio de poder entre os grupos paramilitares envolvidos, e complementando esta ultima questão consiste a opinião de Hayes e McAllister (2001) que no seu artigo *“Sowing the Dragon's Teeth: Public Support for Political Violence, p.901*, focam que *“muita atenção tem sido prestada para os esforços políticos para a resolução do conflito na Republica da Irlanda e em contrapartida deu-se pouca atenção ao papel da violência política como suporte do conflito”*.

Um dos argumentos principais que estes autores usam e de que a exposição das camadas populares à violência reforça o apoio da opinião pública levando por sua vez à legitimidade dos ataques realizados por grupos paramilitares e por civis contra outros civis e grupos paramilitares de outra etnia, quer seja ela republicana ou lealista.

Outras questões de carácter étnico completando o argumento do comportamento cultural, étnico, religioso, histórico quer das comunidades protestantes maioritárias e das comunidades católicas minoritárias residentes na Irlanda do Norte a reter deste conflito tem a ver com o artigo de Graham e Whelan (2007) que aborda as questões relacionadas com a comemoração dos Troubles.

Essas questões prendem-se com os temas e com os papéis em se comemorarem os *Troubles*, um dos temas mais delicados consiste de que se trata um "*património contestado*" p. 478, segundo os autores. Ora trata-se de um "*património contestado*", devido às origens étnicas e culturais dos indivíduos que perderam a vida, como membros de duas grandes tradições isto é, por um lado os protestantes e por outro lado os republicanos.

Este argumento é facilmente criticável por duas razões que os autores nos explicam. Primeira crítica: o território e a própria sociedade da Irlanda do Norte, em termos étnicos, é bastante rica. Segunda crítica: Os Republicanos vêem o Estado Britânico como o principal, senão o maior causador da passada situação de guerra na Irlanda do Norte. Outra questão é a geografia local, em que se demonstra a contribuição da territorialidade e do isolamento de alguns lugares na Irlanda do Norte, que favorecem o aparecimento de grupos sectários que promovem o fecho dos seus territórios, face às negociações de paz e a membros de outra etnia, recorrendo a campanhas de comemorações como murais políticos e outras manifestações.

Outra questão prende-se com a dicotomia público/privado, em que a questão discutida pelos autores prende-se com o facto da dor privada de cada um passar e ser representada em plena esfera pública, tal como em casa, que é por excelência o domínio privado de cada um.

Outra questão importante cultural e étnica bem patente neste trabalho, enunciada no segundo capítulo deste artigo foi o próprio estatuto de “vítima” do diferendo, ou seja a questão do “ser vítima” num conflito violento trata-se por si só de uma questão bastante controversa, pelo que existe uma diferenciação das “vítimas” que morreram sem o terem merecido e outras “vítimas”, mais propriamente membros de grupos extremistas que ao contribuírem para a campanha de terror ocorrida entre 1969 e 1998, mereceram morrer. Esta ideia da *“hierarquia e estatuto da vítima”*, citado pelo DUP, mencionado por Graham e Whelan (2007) defendem que existe uma *“grande diferenciação entre aqueles que sofreram as mãos dos terroristas e os antigos terroristas que contribuíram para a campanha de terror e sofrimento sem fim, durante o período dos Troubles”*, p.483 sendo que esta hierarquização do estatuto de vítima foi determinante para a inclusão, pelo que os Unionistas se preocuparam muito mais com este estatuto do que os Republicanos. Outra ideia deste segundo capítulo prende-se com a forma com que quer Unionistas, quer Republicanos comemoraram o fim dos *Troubles*.

Num capítulo final deste trabalho focou-se o contexto espacial e as práticas de comemoração, que se referem a três ideias centrais na memória dos quatro grupos considerados aqui são: Primeiro, no que diz respeito a “importância” do morto; Segundo, a localização do seu memorial em relação ao domínio público e ao domínio privado e a forma dos monumentos e terceiro e último ponto, no distanciamento do sentido absoluto de que a comemoração ocorre em qualquer lugar.

Assim as questões das disputas de poder e o seu equilíbrio dos colonatos da Irlanda do Norte e os aspectos relacionados com a pluralidade e a clivagem entre etnias, culturas e desigualdades entre as populações de traços culturais diferentes residentes nesse contexto espacial podem consistir nas explicações mais importantes a questão dos *Troubles*, mas com certeza não são as únicas questões, visto que existem outras questões referentes a este conflito estão bem patentes e serão mais amplamente desenvolvidas no desenrolar da dissertação em conjunto com estas, para que esta investigação possa ser inovadora perante outras investigações relativamente a temática dos problemas (*“Troubles”*) (1969-1998), já realizadas por outros autores dentro de outras áreas do saber.

## II – Os primórdios dos *Troubles*

### II.1 – Os séculos XVI e XVII

O primeiro antecedente dos "*Troubles*" aconteceu com a intenção de Henrique VIII de anexar a Irlanda ao território Britânico e ao poder da família aristocrata Tudor, a semelhança do que tinha feito com o País de Gales, procedendo ao planeamento da integração da Irlanda no território pertencente aos Tudors.

Em primeiro lugar anulou e desmantelou o poder das outras famílias nobres anglo-irlandesas, ao contrário dos seus antecessores. Posteriormente ele persuadiu o parlamento Irlandês a reconhecê-lo como Rei da Irlanda em 1541.

Contudo o plano de Henrique VIII para anexar a Irlanda no território da Inglaterra viria a falhar, porque este tentou convencer os Irlandeses aceitar a Reforma Protestante da Igreja Britânica, visto que os Irlandeses eram maioritariamente católicos, e na Irlanda ao contrário da Inglaterra, citando McDowall (2000), p.76, "*os mosteiros e a Igreja eram na altura uma importante parte da vida económica e social*" dos Irlandeses, o que veio a motivar a revolta de um membro da Nobreza Anglo Britânica contra Henrique VIII, em nome do Catolicismo.

Assim o plano de Henrique de integrar pacificamente o território da Irlanda falhou ao contrário do que este esperava e contrariamente daquilo que o monarca protestante tinha planeado, a sua acção viria a fomentar o sentimento nacionalista (componente étnica política identitária) e o Catolicismo (componente religiosa) contra ele e o domínio da Coroa Britânica, o que levou a quatro guerras contra os Irlandeses de modo a que os estes a partir do recurso da força aceitassem a sua autoridade e a sua religião.

No que diz respeito aos rebeldes Irlandeses, estes eram vistos pelos soldados britânicos que tal como McDowall (2000), p.76, refere descrevendo os rebeldes irlandeses como "*selvagens*" e "*primitivos*", acrescentando que os soldados britânicos os tratavam de uma "*forma muito cruel*".

Acrescentando McDowall (2000), p.76, um famoso poeta ao serviço da rainha Elisabeth escreveu um poema bastante elucidativo e assustador de como eram

vistos os Irlandeses nas trincheiras em pleno confronto “ *Out of every corner of the woods... they came creeping forth upon their hands, for their legs would not bear them. They looked like... death. They spoke like ghosts crying out their graves. They did eat the dead... happy where they could find them.*

Outra acção que levou a fomentar o ódio e a hostilidade dos Irlandeses pelos Britânicos foi sem dúvida a questão colonial em que os colonos Protestantes, oriundos de Inglaterra ou os “plantadores” como eram conhecidos tomaram posse de boas terras no Ulster, deixando os piores terrenos para os Católicos, o que resultou em grandes disputas com os Católicos, legítimos e verdadeiros detentores dessas terras, o que levou a dois conflitos étnico religiosos bastante violentos como foram as Guerras confederadas Irlandesas (1641-1653) e a Guerra Williamita (1689-1691), ambas ganhas pela facção Protestante.

Esta colonização como refere McDowall (2000), p.77, “*não enriqueceu a Inglaterra, mas contribuiu para a destruição da sociedade Irlandesa e da sua economia*”. Além disso a questão da colonização viria a ser um dos pilares que iriam sustentar o que se veio a passar, mais tarde no século XX e em particular na sua segunda metade para uma guerra sangrenta sem precedentes entre os Católicos e Protestantes no território da Irlanda do Norte ou Ulster, como preferem os Republicanos, maioritariamente Católicos.

A pressão dos primeiros anos do regime da família Stewart sobre os Católicos da Irlanda, eventualmente produziu uma erupção em 1641, quando os Irlandeses Gaélicos se revoltaram e aliaram-se pelos seus co-regionalistas da Velha Inglaterra, o estabelecimento desta frente unida institucionalizada marcando deste modo uma importante etapa no processo onde as divisões raciais na Irlanda assumiram-se num “*conflito religioso simples*”, como nos refere Haigh (1996), p.214.

A situação tornou-se um esforço para fazer o reino mais lucrativo e para construir o seu próprio ninho em que o Lorde deputado Wentworth ameaçou a propriedade dos “Old English”, isto é dos habitantes da Irlanda.

Receosos dos Puritanos, os Old English decidiram prestar lealdade e vassalagem ao Rei, mas, todavia, estavam determinados a preservar os seus próprios direitos incluindo o direito de participar no governo através do parlamento Irlandês com o objectivo de reforçar a sua posição de poder.

O seu Catolicismo evitou que os protestantes fizessem uma causa comum com o exército do rei Carlos, quando a guerra civil eclodiu em 1642 e pelo tempo que a confederação entrou em colapso em 1649, era tarde demais.

Durante o período compreendido entre 1649-50, Cromwell suprimiu a resistência com uma excessiva repressão notavelmente em Drogheda.

A Irlanda esteve temporariamente unida com a Inglaterra, os protestantes irlandeses sentados nos Parlamentos de Protectorado, e tentativas foram feitas, através da confiscação das terras pertencentes aos Católicos e consequente plantação e ocupação desses territórios por parte dos Protestantes.

## **II.2 – O Século XVIII**

No século XVIII, o Parlamento protestante em Dublin, como nos indica McDowall (2000), p.113-114, *“passou leis segregacionistas”* para evitar que os Católicos tivessem alguma e qualquer parte na vida nacional da Irlanda, ou seja os Católicos eram vistos pelos protestantes como cidadãos de segunda categoria.

Uma dessas medidas *“foi impedir que os católicos não poderiam ser membros do parlamento em Dublin e não podiam exercer o seu direito de voto nas eleições parlamentares”*.

Outra limitação consistia em que nenhum Católico *“poderia se tornar advogado, ir para a Universidade, alistar-se na marinha ou aceitar algum posto público”*. De realçar que aos Católicos também lhes foi vedado *“o direito a possuírem um cavalo com valor acima de 5 libras”*. E era também impossível aos Católicos educarem os seus filhos segundo a sua religião, *visto que as escolas católicas eram proibidas*.

Apesar de haver mais Católicos do que Protestantes, os católicos, como refere McDowall (2000), p.113, *“tornaram-se cidadãos de segunda classe na sua própria terra”*. Além disso houve outras medidas que dividiram as famílias Católicas, por exemplo se um filho de pais Católicos se tornasse protestante poderia ocupar a propriedade dos seus progenitores e usá-la como quisesse. Estas acções dos Protestantes colocavam os Católicos ao nível dos povos colonizados pela Grã-Bretanha, mais tarde.

A situação era insustentável e o *“ódio face aos colonizadores Protestantes dominantes por parte dos nativos Católicos subordinados e outrora donos desses territórios era inevitável”*, como nos é mencionado por McDowall (2000), p.113.

Na década de 1770, a vida tornou-se melhor e as leis mais cruéis contra os Católicos foram revogadas. Mas ninguém queria dar mais liberdade aos Católicos. Na região do Ulster, a parte nordeste da ilha da Irlanda que nos dias de hoje corresponde à Irlanda do Norte, os Protestantes formaram os primeiros *Orange Lodges* que como nos refere McDowall (2000), p. 113 eram *“sociedades que negavam e eram contra quaisquer liberdades e direitos da população Católica da Irlanda”*.

Em 1801, o Parlamento de Dublin foi encerrado para facilitar o controlo da Irlanda por parte dos Britânicos. O Reino Unido da Grã-Bretanha e de toda a Irlanda durou 120 anos. Os políticos prometeram aos líderes Irlandeses, o seguinte: caso a Irlanda, se tornasse parte da Grã-Bretanha, os Católicos poderiam ter iguais oportunidades de voto.

Mas com o reinado de George III, apoiado pela maioria dos Tories e de muitos senhorios irlandeses protestantes inviabilizaram a promessa de que as comunidades Católicas iriam ter consagrado o seu direito a votar e participar na vida política da Irlanda.

### **II.3 – O século XIX**

A Irlanda do século XIX foi marcada por um imenso fluxo migratório, *“registando-se um número cada vez maior de Irlandeses protestantes a deslocarem-se para a Inglaterra”*, como nos descreve McDowall (2000), p.149, como medida preventiva contra a violência dos nativos Católicos residentes na Irlanda.

Para os Católicos, como McDowall (2000), p.149, refere, *“a maioria dos Protestantes era uma lembrança que a Inglaterra, um país estrangeiro, era ainda poderosa e influente na Irlanda tal como o foi em 1690”*. A luta pela liberdade da Irlanda tornou-se uma disputa entre Católicos e Protestantes.

A primeira vitória para a liberdade da Irlanda foi quando os Católicos foram autorizados a tornarem-se membros do Parlamento em 1829. De facto na Irlanda esta decisão foi acompanhada por uma repressão das liberdades civis e políticas. Mesmo então que um Católico pudesse entrar no Parlamento os motivos para o sentimento nacionalista irlandês permaneciam muito fortes.

Com a crise de fome associada ao decréscimo das colheitas de batata entre os anos de 1845 e 1847, provocou uma grande mortalidade entre a população, ou seja 1,5 milhão de pessoas (20%) em 8 milhões da população da Irlanda morreu de fome ao mesmo tempo que a Irlanda tinha cevada suficiente para alimentar toda a população, a cevada era exportada para Inglaterra pelos maiores proprietários de terrenos de Protestantes. O governo Inglês falhou e não teve a devida noção do problema.

Muitos Irlandeses, senão a grande maioria, cerca de 5 milhões emigrou para os Estados Unidos da América entre 1841 e 1920. Enquanto outros deslocaram-se para as vilas e cidades da Grã-Bretanha tiveram um papel importante na construção dos caminhos-de-ferro britânicos.

Esses mesmos emigrantes Irlandeses que foram para os Estados Unidos não esqueceram o seu país e não perdoaram aos Britânicos.

Em 1880, como nos indica McDowall (2000), p.150, *“muitos dos Irlandeses residentes na América eram ricos e poderosos o que permitiu apoiar os seus compatriotas em termos financeiros e em termos militares, especialmente no que diz respeito ao movimento de libertação irlandês. Eles tiveram influência na política Britânica na Irlanda desde então”*.

#### **II.4 – O século XX (1914-1919)**

Em 1914, como refere Marwick (2000), p.1, *“toda a ilha da Irlanda foi parte do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda, tendo como representantes na Commons House em Londres, 84 Nacionalistas, 17 Unionistas, um Liberal e um Independente que pertenciam ao Parlamento”*.

Outra vez a força paramilitar UVF (*Ulster Volunteer Force*), bastante bem organizada, dedicou-se a resistir à ofensiva republicana e em Abril de 1914 contava nas suas fileiras com 90000 homens. Este grupo também esteve ligado a um intensivo tráfico de armamento.

Por sua vez os seus rivais, os *Irish Volunteers*, não ficaram atrás, e responderam com o seu tráfico de armas em Howth no dia 26 de Julho.

As tropas Britânicas (cerca de 1000 estacionadas na Irlanda) envolveram-se e mataram 3 cidadãos em *Batchelor's Walk*, Dublin. Contudo deve-se ter em mente que tem havido sempre uma tendência forte não sectária atrás do movimento Unionista. No lado nacionalista, o mais extremo grupo organizado que defendia integralmente a separação da Irlanda em relação à Grã-Bretanha foi a pequena entidade paramilitar conspiratória: a Irmandade Irlandesa Republicana ou a Irmandade Féniã.

Antes da Primeira Guerra Mundial, o Governo Britânico acordou a independência para a Irlanda. Contudo o governo Britânico estava com medo que os Protestantes no Norte, poderiam começar uma guerra civil na província do Ulster. Nas palavras de R.F. Foster, referido em Marwick (2000), p.14, a guerra devia ser vista como um dos *"eventos mais decisivos da História da Irlanda Moderna"*.

O auto-determinado governo irlandês foi estabelecido em 1914 mas a sua implementação teve de ser suspensa devido à guerra e por sua vez o Governo Britânico chamou os Irlandeses a juntarem-se ao exercito Britânico na 1ª Guerra Mundial motivando muitos milhares de Irlandeses encorajados pelos seus membros do Parlamento que desejavam que com esta prova de lealdade ajudaria a Irlanda a conquistar o seu auto-governo quando a guerra terminasse.

Os Unionistas e muitos Nacionalistas moderados eram pela implementação desse governo mas já o mesmo não se pode dizer dos nacionalistas mais radicais. Por sua vez para os nacionalistas mais radicais, como salienta Marwick (2000), p.14, *"era uma verdade de que o perigo para a Inglaterra, representava ao mesmo tempo, uma oportunidade para a Irlanda"*.

Foi um fundamentalista que considerou que o auto-governo era um cheque pós-datado, mas cada vez mais Unionistas aderiram aos Governos de Coalção da Inglaterra, que se pensou que se tornassem realmente moderados. Além disso os Republicanos não tinham razões para morrer pela Grã-Bretanha uma vez que esta tratou a Irlanda e os seus interesses muito mal durante a Historia. As suas reivindicações eram de que não queriam um governo próprio da Irlanda controlado pelos Britânicos mas sim a sua independência total.

Nos finais do período compreendido entre 1914 e 1915 Sir Roger Casement, antigo cônsul oficial Britânico, nascido em County, Dublin, internacionalmente reconhecido pela sua exposição das condições de trabalho dos escravos em África e na América do Sul esteve em Berlim procurando apoio dos Alemães para uma ofensiva irlandesa contra a Grã-Bretanha organizada por jovens voluntários que tinham sido prisioneiros de guerra.

A resolução da insurreição na Páscoa de 1916 (*Easter Rising*) foi tomada por uma minoria dentro da IRB. As ideias socialistas e as organizações tinham sido difundidas velozmente na Irlanda nos anos que antecederam a guerra e o elemento da revolução socialista foi trazida por James Connolly, membro da organização do sindicato e autor da música *Red Flag*.

A esmagadora maioria dos nacionalistas acreditava de que os Voluntários Irlandeses deviam ser mantidos em reserva para serem usados como uma resposta à Grã-Bretanha ou possivelmente numa futura guerra de guerrilha, visto que eles eram certamente contra uma rebelião baseada no romantismo gaélico.

As revoluções planeadas nas áreas campestres foram todas canceladas pelo que a famoso Levante da Páscoa foi de forma quase exclusiva um caso isolado que ocorreu em Dublin. Um grupo de 16000 homens ocupou o *General Post Office* na rua. O'Connell e muitos outros edifícios. As forças governamentais puseram-se previamente em alertas confirmaram que tudo tinha sido desmarcado.

As tropas foram chegando, incluindo novos reforços de quem se dizia que estavam a chegar a França. Muitos foram abatidos na batalha da Mount Street Bridge. Dublin tornou-se um pequeno canto da Frente Ocidental, a artilharia pesada destruiu muito o centro da cidade. O confronto acabou na Segunda-feira seguinte com 116 soldados e 16 polícias feridos e quanto aos irlandeses, morreram 450 pessoas e 2614 pessoas ficaram feridas em que muitas tinham sido cidadãos que não estavam envolvidos com ninguém.

Sem a guerra este evento nunca teria acontecido; sem este evento e sem as débeis reacções das autoridades britânicas (estas parcialmente condicionadas pela emergência da guerra), a política na Irlanda nunca tinha sido transformada desde então. Os tribunais marciais condenaram 90 revoltosos à morte, 15 execuções por pelotões de fuzilamento foram feitas em Maio. Casement que se deslocou à Irlanda

num submarino alemão para avisar contra a ofensiva, foi capturado e condenado à pena de enforcamento por traição.

A execução dos líderes desta ofensiva, reforçando o entender de McDowall (2000), p.163, tratou-se de um *“erro crasso”*. A opinião pública ficou chocada, não só na Irlanda, mas também em Londres. Os emigrantes irlandeses nos Estados Unidos também ficaram zangados, e tal aconteceu precisamente quando a América se juntou à Grã-Bretanha na guerra contra a Alemanha.

Pior que tudo isto, a lei marcial foi imposta por toda a Irlanda e implementada de *“uma maneira brutal”*, como refere Marwick (2000), p.15-16, verificando-se que *a classe média, britânicos pró católicos foram totalmente alienados*.

Deportações de larga escala levaram a que os deportados que não tinham ainda visões políticas fortes fossem mais susceptíveis de lhes ser incutida a vertente mais extremista do nacionalismo irlandês por outros prisioneiros na destilaria de Frongoch no País de Gales, onde tinham sido aprisionados até ao ponto em que regressaram à Irlanda devido à grande pressão das autoridades Britânicas.

Então durante 1917 e até 1918 surgiu um novo movimento baseado, integrado e organizado foi fundado tomando o seu nome a partir do nacionalismo extremo pré-guerra mas não se tratou de um partido violento sendo fundado por Arthur Griffith, tratando-se do movimento político denominado por Sinn Féin.

Todos aqueles que tinham sido condenados na Rebelião da Páscoa como irracionais e parasitas, começaram a ver o Sinn Féin segundo Warwick (2000), p.16, *“como um poderoso ataque moral em nome da crença na identidade nacional da Irlanda”*.

Nas eleições de 1918 os republicanos ganharam em quase todas as áreas excepto no Ulster. Em vez de se associarem ao parlamento Britânico, estes encontraram-se no seu novo parlamento o *Dail* em Dublin e anunciaram que a Irlanda era agora uma república.

Os Irlandeses juntaram-se ao exército republicano e a luta de guerrilha contra os Britânicos começou. Como resultado, o governo Britânico decidiu fazer paz.

## II.5 – As Guerras Civis e a Partição da Irlanda

Um ano depois com a formação do Parlamento da Irlanda, Lloyd George, amplamente conduziu a sua política externa e obviamente uma política para a Irlanda. Este sofreu como refere Marwick (2000), p.74, *“pressões imediatas vindas dos seus companheiros unionistas”*, mas que todavia mesmo que todavia isento de tais pressões, ele poderia actuar de forma diferente na Irlanda.

Por sua vez no lado republicano, os 73 deputados do Sinn Fein rejeitaram reunirem-se no parlamento de Westminster. Em vez disso reuniram-se em Dublin, Dàil e Eireann e em Janeiro de 1919 redigiram uma Declaração de Independência proclamando uma República da Irlanda independente. Ao mesmo tempo, o governo teve que preparar-se para o facto de que o acordo de auto-governo de 1919 iria entrar em vigor automaticamente uma vez que o Tratado de Paz fosse assinado.

O Acto do Governo da Irlanda tornou-se lei em 23 de Dezembro de 1920 criando uma Irlanda do Norte formada pelos seis condados de Antrim, Armagh, Down, Londonderry, Fermanagh e Tyrone e uma Irlanda do Sul que era constituída pelos restantes 26 condados. Na Irlanda do Norte era para haver uma casa dos Comuns de 52 membros eleita pelo sistema de voto alternativo e um senado de 26 membros, 24 para serem eleitos para a Casa dos Comuns e dois, o Lorde Maior de Belfast e o Presidente da câmara de Londonderry nomeados por lei.

O Parlamento da Irlanda do Norte, como nos refere Marwick (2000), p.75, era para ter poderes para fazer leis para a *“paz, ordem e bom governo”* da Irlanda do Norte, estando *“especificamente proibido de fazer leis ou tomar qualquer acção administrativa que violasse o princípio de igualdade entre protestantes e católicos”*.

A aspiração Britânica e unionista após a unidade era perfeitamente genuína, mas eles concebiam o modelo de unidade de acordo com o modelo do Reino Unido. Se a Irlanda Nacionalista estava determinada a ceder àquele modelo, então segundo Marwick (2000), p.75, *“os protestantes do Ulster estavam decididos de que eles iriam ceder aquela Irlanda”*.

As primeiras eleições gerais para o novo parlamento tomaram lugar em Maio de 1921. Com uma reviravolta de 89% dos Unionistas atingiram 40 lugares, os

nacionalistas do Sinn Fein e o Partido Irlandês, seis lugares cada, com as percentagens de 21% e 19%, respectivamente.

O Sinn Féin não se sentou nos seus assentos. As eleições também tomaram lugar para o Parlamento da Irlanda do Sul. O Sinn Féin não tinha tenção de dar credibilidade para a partição imposta pelos Britânicos mas de modo a evidenciarem o seu apoio popular fizeram o mesmo nesta eleição.

A Irlanda naquele período de tempo foi batalhada por vários extractos de diferentes tipos de autoridade, as relíquias sombrias, reinvenções do domínio Britânico e vários corpos representativos das diferentes tendências do Nacionalismo irlandês. Quatro homens representaram as diferentes tendências e demonstraram a sua importância da sua personalidade nos eventos dramáticos posteriores.

Arthur Griffith foi o fundador do Sinn Fein original e não violento Sinn Féin dos anos anteriores à guerra, mas foi um membro activo dos Voluntários Irlandeses desde 1913. Um artigo impresso. A sua obra *"The Resurrection of Hungary: A Parallel for Ireland"*, indicou a forma como a Hungria atingiu a independência do Império Austro-húngaro, citado em Marwick (2000), pp.75-76, *"então a Irlanda devia procurar a independência do Império Britânico"*. Ele foi vice-presidente do Sinn Féin em 1914.

Um outro grande rosto foi Éamon de Valera que nasceu em Nova Iorque, filho de pai espanhol e mãe Irlandesa. Devido ao facto de ser cidadão foi poupado da execução. Cathal Brugha foi um combatente e nada mais que isso, foi também profundamente significativo. Quando os Voluntários deram lugar ao IRA em 1917, Brugha foi o Primeiro Chefe do *staff*, ele também presidiu ao primeiro encontro do Dáil em Janeiro de 1919, então foi ministro da defesa até Janeiro de 1922.

O outro homem importante foi Michael Collins, que teve a sua parte na ofensiva da Páscoa em 1916 e se tornou General Auxiliar no Executivo de Voluntários. Era considerado pelos seus companheiros com um excelente soldado, bastante inteligente, um político bastante pragmático. Collins foi Ministro das Finanças no Governo do Daíl, com muito sucesso em guardar dinheiro e armas. Ele foi efectivamente comandante do IRA e nos meados de 1919 foi presidente do Conselho supremo da IRB.

Ambos os lados estavam irreconciliáveis entre si, mas para os pragmáticos, uma prática base das negociações assentava nos factos gémeos de um governo criado e reconhecido, o Parlamento da Irlanda do Sul e mais importante, de um Parlamento da Irlanda do Norte separado e seguro.

Como habitual negociações secretas tomaram lugar antes do encontro em Londres em 8 de Julho, sendo frequentado por de Valera, Griffith, Macreedy, Lloyd George e representantes unionistas, que anunciaram que uma trégua iria entrar em efeito após o meio dia de Segunda Feira, 11 de Julho. Pode ser notado que não havia o desarmamento do IRA, e que, sem dúvida, o IRA continuou os seus ataques letais até ao estabelecimento de tréguas.

A Conferencia Anglo Irlandesa teve lugar em Londres entre 11 de Outubro e a noite de 5 para 6 de Dezembro de 1921. As reuniões do plenário era na *Downing Street* mas lá haviam encontros entre Lloyd George e indivíduos de delegações dos seis representantes da Irlanda, da qual Valera rejeitou fazer parte.

Os membros mais importantes da delegação Britânica foram Lloyd George e os dois conservadores seniores Auster Chamberlain e Lord Birkenhed que adoptaram uma linha bastante moderada comparativamente a outros Conservadores.

A partição e um Parlamento separado do Ulster já existiam. Uma questão mais importante era se este devia continuar. A outra era mais de origem ideológica. O Sinn Féin era nada, caso não fosse republicano. E enquanto, segundo os confins fechados da filosofia política da Grã-Bretanha, o Republicanismo era meramente conotado como sendo contra a monarquia, no contexto europeu, significava como sendo verdadeiro com os princípios democráticos da Revolução Francesa, isto é: Igualdade, Liberdade e Fraternidade.

No lado britânico, a ideia imperial indissociavelmente associada com a ideia do monarca à sua cabeça era intensamente seguida por Lloyd George e os seus associados conservadores.

Graças às provisões do Acto de 1920, os Britânicos estavam competentes a darem poder absoluto a partir de uma forma completamente constitucional. Houveram debates longos e activos no Dáil, com a oposição do tratado sendo trazida à discussão por Brugha e por Éamon de Valera.

A separação nuclear por sua vez como refere Marwick (2000), p.81, "*foi entre o velho IRA que se tornou o exército do Estado Livre, com Michael Collins a ter o cargo de comandante-chefe e os Irregulares do IRA, aos quais, quer Brugha, quer de Valera concordaram*". Os Irregulares fizeram ameaças de morte contra todas as posições de autoridade compreendendo membros do Daíl. Por exemplo quando um membro do Daíl foi morto em Dezembro de 1922, quatro prisioneiros pertencentes aos quadros dos Irregulares do IRA, foram imediatamente libertados para serem logo fuzilados. Brugha foi mortalmente ferido em 5 de Julho e iria falecer passados dois dias. Já Collins foi executado a tiro em 22 de Agosto.

Marwick (2000), p. 81, menciona ainda que o pior de toda esta violência "*estava no Ulster e nas fronteiras do estado livre da Irlanda (Republica da Irlanda) que seria uma visão apocalíptica do que iria acontecer no futuro (50 anos depois)*". Os protestantes por parte dos B-Specials e das organizações laranja lançaram uma campanha de intimidação e de expulsão dos Católicos resultando em que 10000 Católicos de Belfast foram corridos dos seus empregos, 257 Católicos foram mortos e 23000 Católicos foram retirados das suas casas.

Um pouco pelos seis condados do Ulster, 303 Católicos foram mortos, 172 Protestantes e 82 membros da polícia e do exército britânico. Durante a guerra civil, ambas as alas do IRA estiveram muito activas no que diz respeito ao assassinato de cidadãos Protestantes e de forças de segurança.

Ao todo em 1922, 294 pessoas foram mortas na Irlanda do Norte.

O governo provisório teve a maioria do apoio e as suas políticas implacáveis levaram ao fim da guerra civil com o cessar-fogo de 24 de Maio de 1922. O estabelecimento do Estado Livre na Irlanda foi finalmente proclamado em 1922. O governador civil era para ser um Irlandês, T. M. Healy.

No fim, as fronteiras de 1920 iriam permanecer na mesma. Perante a imprensa e a esfera pública, Lloyd George pode ser apresentado como o homem que trouxe a paz à Irlanda. Mas os Conservadores tinham mais uma razão para o odiarem, então por causas inteiramente opostas, principalmente a condução do processo na Guerra Anglo Irlandesa, teve os trabalhistas e muitos dos liberais.

## II.1.6 – A Irlanda do Norte entre 1921 e 1968

### III.1.6.1 – Um regresso ao passado

Apesar de que em termos constitucionais ter feito parte do Estado Britânico e das subestruturas de um governo com responsabilidade para efeitos de delegação tinha muitas semelhanças com o modelo Britânico e governação, o Estado da Irlanda do Norte decidiu-se afastar-se de várias formas da democracia parlamentar.

A partir da sua criação até à sua destruição em 1972 foi governado por um único partido, os Unionistas do Ulster. Este partido como nos refere Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.3, “foi apoiado quase exclusivamente pelos Protestantes que compreendiam dois terços da população local”.

O Estado da Irlanda do Norte, no considerar de alguns entendidos defensores da perspectiva nacionalista irlandesa, não tinha qualquer mistério acerca da natureza e do funcionamento do Estado. Por isso considerou-se a Irlanda do Norte como um *Orange State*.

Estabelecida em 1795 por lavradores e tecelões no Condado de Armagh, a Ordem Laranja tornou-se numa força poderosa dentro do Protestantismo Irlandês, quer a norte, quer a sul, durante o século XIX, como se teve oportunidade de ter sido referida previamente num ponto anterior. Para a sua liderança maioritariamente aristocrática era um meio de mobilizar Protestantes das classes mais baixas pela defesa das instituições do Estado, da Igreja e das suas propriedades. A adesão massiva de camponeses e membros da classe trabalhadora era vista como um meio de ganhar reconhecimento pela elite Protestante acerca dos seus direitos.

Uma secção substancial da classe comercial junta com muitos agricultores ocupantes de terras era presbiteriana com um historial de relações tensas com a Igreja da Irlanda. Estes grupos foram a espinha dorsal do Liberalismo do Ulster, que como nos refere Patterson in Aughey & Morrow (1996) p.4 “foi o maior desafio eleitoral para os Conservadores”.

Eles eram tradicionalmente aliados para com o Orangeismo que era visto também como um acréscimo do Conservadorismo e com o seu sectarismo sempre belicoso e flamejante e um embaraço para a causa unionista no resto do Reino Unido.

A aliança que apoiou o auto-governo, o Liberalismo Britânico e o Partido Parlamentar Irlandês enfatizou a componente sectária do Unionismo enquanto

consistentemente subestimaram a seriedade da sua oposição. Mesmo que se aceitasse que o argumento unionista fosse um argumento puramente sectário, isto poderia dar pausa aos seus oponentes para pensar. O Nacionalismo Irlandês desde o tempo acordou um papel chave em termos organizacionais e de liderança para os eclesiásticos Católicos e que lá havia uma forte tendência para muitos Nacionalistas identificarem a Nação com a população Católica da Irlanda.

Na época da mais intensa luta contra o Terceiro Governo Provisório (1912-1914). Os Unionistas Irlandeses salientaram o seu ponto de resistência no Movimento Unionista do Ulster. Contudo foi também no Ulster que mais provavelmente que os aspectos negativos e sectários dos Unionistas estivessem mais visíveis.

O sectarismo foi uma componente de ambos os movimentos políticos Irlandeses, mas o grau de aparecerem em público era muito mais um assunto de circunstância e frequentes cálculos de conflitos políticos.

Uma importante secção da liderança do movimento Unionista estava bem ciente dos perigos de ser visto como um movimento sustentado por animosidades negativas e primordiais.

A ênfase ideológica foi dada aos efeitos económicos desastrosos e socialmente regressivos de um Parlamento de Dublin dominado pelos interesses de fazendeiros e outros elementos "anti-industriais". Politicamente a preocupação em evitar a identificação do Unionismo do Ulster com o Orangeismo foi influenciada pela necessidade de venderem o caso Unionista na Grã-Bretanha, onde muitos dos apoiantes mais importantes não colocaram os medos dos Unionistas de serem maltratados pelos Nacionalistas Católicos da Irlanda no centro dos seus argumentos.

Posteriormente, em 1920, o Acto do Governo da Irlanda do Norte com a sua provisão para uma legislatura devolvida iria em breve desenvolver uma forte vontade para o grupo dominante de Unionistas do Ulster.

Como o IRA destruiu o domínio Britânico em  $\frac{3}{4}$  do país, tornou-se claro que o governo britânico favoreceu as negociações com o que viria ser percebido para serem os elementos mais moderados na liderança do Sinn Fein.

A política do governo Britânico em 1920-1922 foi um assunto de importante debate interno e divisão. O seu objectivo básico foi assegurar que os mais moderados

elementos do Sinn Féin dominassem em qualquer novo regime na parte sul da ilha.

A desconfiança em relação as intenções dos Britânicos, na opinião de Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.6 *“exacerbou a disposição dos líderes do movimento Unionista a procurarem o auxílio da Orange Order da força paramilitar (UVF), recentemente criada para reagirem a tal tomada de decisão política de Londres”*.

### **III. 1.6.2- O Unionismo no Poder**

No contexto de ataques do IRA e de violência intensa entre comunidades religiosas, a liderança Unionista incorporou um importante elemento de vigilância Protestante nas forças de Segurança da Irlanda do Norte. Tal medida foi a criação de uma força da segurança da Irlanda do Norte. Tal medida foi a criação de uma força paramilitar para apoiar a polícia e ser destinada à população Protestante.

Nos dois anos entre Junho de 1920 e Junho de 1922, 428 pessoas foram mortas e 1766 pessoas feridas no conflito sectário entre Católicos e Protestantes. Os Unionistas então e desde então explicaram a natureza guerrilheira das forças de segurança do Estado e um pedaço de legislação draconiana como o *Special Powers Act* (1922) por referência à actividade do IRA e em geral, da hostilidade dos nacionalistas católicos à existência da Irlanda do Norte.

Contudo uma importante secção dos Nacionalistas do Ulster reconhecia favoravelmente o regime de James Craig e não é adequado explicar os aspectos exclusivistas do Estado simplesmente como uma reacção defensiva à hostilidade dos nacionalistas.

Apesar do desaparecimento de uma actividade significativa do IRA no Norte e também da ameaça para a extensão territorial do Estado na operação da Comissão Fronteiriça não houveram provas reais de uma abordagem mais relaxada aos Católicos.

Os motins sectários de 1935 em Belfast e nos finais dos anos 30, surge o interesse britânico a persuadir Eamon de Valera para uma aliança em tempo de guerra. A guerra que colocou fim aos altos níveis de desemprego que a região experienciou desde 1921, permitiu as tradições combativas da classe trabalhadora local.

O Unionismo entrou nos anos 1950 com a sua posição dentro do Reino Unido a escrito no Acto da Irlanda de 1949, tal providenciou a certeza de que a Irlanda do Norte não deixaria de fazer parte do Reino Unido, excepto se o seu parlamento não consentisse. Como nos refere Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.9 *“Impulsionados pela cada vez maior disparidade entre as condições económicas e sociais a norte e sul e pelo isolamento internacional de Dublin”*, o governo Unionista mostrou pouco interesse num Estado Protestante menos exclusivo.

Segundo Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.9, *“a posição do Unionismo nunca naquela altura foi tão forte enquanto o Nacionalismo estava de rastos com uma grande crise económica no Sul e com o falhanço do ataque do IRA na Irlanda do Norte (1956-62) para eleger um apoio mais significativo dos Nacionalistas”*.

Apesar de tudo havia sinais de uma atitude mais pragmática e interventiva pelos Nacionalistas do Norte que viram o presságio da possibilidade de um novo campo nas relações entre Nacionalistas e Unionistas na Ilha.

## **Capítulo III – A Guerra Civil na Irlanda do Norte ou “Os Problemas” (1968-1998)**

### **III.1 – A Irlanda do Norte entre 1968 e 1972.**

A Irlanda do Norte em 1968 tal como qualquer democracia ocidental liberal teve eleições livres e regulares. Admitindo-se que era a região mais pobre do Reino Unido com o custo mais alto de vida, elevados índices de desemprego e a esperança de vida mais baixa, mas O’Neil, um antigo primeiro-ministro tomou um programa de modernização que entrou em vigor em 1963.

Apesar de tudo e como refere Paul Arthur in Aughey e Morrow (1996), p.11, as condições nas ruas da Irlanda do Norte nos finais do ano de 1968, *“demonstraram que a legitimidade do regime estava em causa e que Terance O’Neil estava sob fogo de uma campanha militante pelos direitos civis”*.

Alem de tudo isso a situação da Irlanda do Norte foi seguida de perto pela comunicação social internacional e pela oposição do governo trabalhista de Harold Wilson.

Alguns membros do partido de O'Neil sabiam que este era um desafio como não havia outro e que devia ser tratado com sensibilidade. Outros tinham diferentes motivações. Havia aqueles que queriam a cabeça de O' Neil.

O' Neil antagonizou-se com algumas secções do seu partido devido a remodelações e demissões nesta estrutura. O seu desconforto e o facto de ser fortemente contestado eram vistos pelos seus rivais como a oportunidade de o removerem dos quadros do partido.

A crise de 1968, como refere Arthur in Aughey & Morrow (1996), p.12 foi todavia diferente no tipo daquelas que a precederam. *“Não foi apenas um conflito entre o unionismo e o inimigo nacionalista, mas sim tornou-se um debate decisivo no seio da família Unionista nos seguintes pontos: a) Qual o tipo de unionismo era relevante para os últimos anos do século XX? b) Qual era a relação que se devia ter com os poderes dominantes em Westminster e por ultimo c) Qual a identidade da União?”.*

### **III.1.1 – Os Direitos Civis**

Na questão dos direitos civis salientou-se o facto de que a Irlanda do Norte lutou pela máxima *'One Man, One Vote'* (' Um Homem, um voto').

O Movimento dos Direitos Civis na Irlanda começou a sua campanha em 1947. Este movimento foi uma mistura de vozes dissidentes dentro da Irlanda do Norte. Alguns republicanos foram envolvidos mas também foram membros do Partido Comunista, do Partido Trabalhista da Republica da Irlanda, do Partido Liberal entre outros.

A NICRA (*Northern Ireland Civil Rights Association*), que se iria tornar o organismo supervisor de toda a actividade relacionada com os Direitos Civis foi criada em Maghera, Condado de Derry em Agosto de 1966. Foi formalmente inaugurada em Belfast no dia 9 de Abril de 1967, com cinco objectivos, como nos refere Arthur in Aughey & Morrow (1996), p.13 que consistem nos seguintes:

1. *“Defender as liberdades básicas dos cidadãos;*
2. *Proteger os direitos dos indivíduos;*
3. *Focar-se em todos os abusos de poder;*

4. *Exigir garantias para a liberdade de expressão, reunião e associação;*

5. *Informar o público dos seus direitos presentes na Lei*”

O NICRA foi o organismo responsável pelo Protesto de Derry em 5 de Outubro de 1968 que levou a graves motins, alegações de brutalidade policial e à atenção da comunicação social por todo o mundo do que se estava a passar na Irlanda do Norte. Os motins levaram a formação do PD (People’s Democracy). Um dos grupos que participou nas marchas de Derry era uma aglomeração separada de estudantes da Universidade de Belfast centrada no movimento da Juventude Socialista. Eles ficaram tão chocados com o comportamento repressivo da polícia em Derry que organizaram um protesto fora da casa do Ministro dos Assuntos Internos William Craig.

O movimento People’s Democracy, um corpo desestruturado e militante exigiu “seis exigências específicas”, como nos refere Arthur in Aughey & Morrow (1996) p.13, que são as seguintes:

- *One man, one vote* (um voto por cada homem);
- *Fair boundaries* (Fronteiras justas);
- *Casas para alojar;*
- *Emprego meritório;*
- *Liberdade de expressão;*
- *Revelação do Acto dos poderes especiais.*

Em suma o nascimento do movimento dos Direitos Civis revelou vários factores significativos. Um deles foi a diversidade. Este movimento focou-se em classes, território e, em alguns casos, crenças religiosas. Sendo que estes movimentos inspiraram-se no movimento pelos direitos civis da população negra de Martin Luther King nos Estados Unidos da América.

### III.1.2 – A Resposta Unionista

William Craig entendeu o NICRA, de acordo como nos ilustra Arthur in Aughey & Morrow (1996), p.14 “*como uma tramóia dos Republicanos*”, vendo o movimento pelos direitos civis como um “*cavalo de Tróia*”. Em Outubro de 1968 uma marcha pelos direitos civis marchou em Derry foi oficialmente banida, resultando num gigantesco motim entre a polícia e os manifestantes.

Os ultra-lealistas liderados por Ian Paisely, lideraram contra manifestações pelos direitos civis nas ruas da Irlanda do Norte. Foram notados pela falta de subtileza e também pela hostilidade para com a comunicação social. Eles viraram as costas ao Primeiro-ministro, proferindo o *slogan* “O’Neil deve-se ir embora!”, o que realmente aconteceu no final de Abril de 1969, sendo substituído pelo seu maior crítico Ian Paisley, dentro dos seus críticos ultra-lealistas.

### III.1.3 – As Consequências

A calma aparente da Primavera de 1969 foi quebrada no Verão. Apesar das marchas políticas serem declaradas como ilegais, uma exceção foi feita para a marcha Orange e outras consideradas como tradicionais.

A tensão acerca deste assunto explodiu em Derry em Agosto de 1969 quando o RUC (Royal Ulster Constabulary) carregou sob uma grande multidão católica zangada na área de Bogside. Os motins eclodiram em Belfast a medida que as multidões Protestantes da área de Shankill foram para esse bairro Católico do distrito de Clonard. Dado ao corte de relações entre as forças policiais civis e a população católica e que a lei e a ordem estavam ameaçadas, o governo britânico cometeu o erro de enviar tropas britânicas para Belfast. Inicialmente para regularem a relação entre os Católicos e a polícia local.

Portanto a Irlanda do Norte foi vista pelo governo britânico como um “*problema temporário*”, no entender de Arthur in Aughey & Morrow (1996), p. 16 e a justiça podia ser encontrada apenas com a União da Irlanda. Quando a campanha pelos direitos civis começou cresceu um certo grau de simpatia num governo trabalhista que acreditava que a resposta estava em pacotes de formas. A administração

conservadora foi mais favorável ao Unionismo e mais inclinada para uma resposta com o uso de forças de segurança.

Por sua vez o IRA dividiu-se no PIRA muito mais tradicional em contraste com a facção oficial do IRA, guiada por uma ideologia marxista, ganhou a sua supremacia em território Católico. Durante os anos de 70, o PIRA procurou reconstruir-se e procurar armas. Em 1971, após o primeiro soldado britânico foi assassinado pelo IRA, Clark declarou guerra ao IRA e exigiu um reforço no contingente de tropas provenientes de Londres.

Após muitas discussões acérrimas entre os governos de Londres e Belfast na matéria da segurança, Chichester-Clark demitiu-se do cargo, sendo substituído por Brian Faulkner em Março.

Brian Faulkner sucessor de Chichester-Clark foi considerado o líder unionista mais profissional. Ele era visto por todas as alas do Unionismo como a última esperança para o Unionismo, um homem que podia unir todas as tendências ideológicas do partido e oferecer uma liderança dinâmica.

Em Agosto de 1971, as tropas do exército britânico foram enviadas para muitas áreas católicas para implementar a política o que se tornou num desastre. Muitos inocentes e poucos dos líderes actuais foram detidos.

A população Católica era alienada e aqueles em posições de liderança recolheram qualquer apoio restante e latente do sistema Stormont – especialmente após alegações bem fundamentadas de brutalidade eram feitas contra o treino de recrutas feito pelo exército.

A política foi um desastre também para Brian Faulkner. Naquela altura tinha confiança total por parte de Ted Heath. Essa confiança desapareceu e a partir daí Mr Heath fez da Irlanda do Norte uma das suas grandes prioridades pessoais.

Até ao internamento o Primeiro-ministro tenha estado feliz em deixar a pasta dos assuntos da Irlanda do Norte nas mãos do seu secretário doméstico Reginald Maudling, enquanto ele (Ted Heath) assegurou o acesso do Reino Unido a Comunidade Económica Europeia (CEE).

Quando ele completou esse objectivo e quando ele percebeu de que não podia confiar nem no indolente Maudling e nem mais confiar no julgamento de Brian Faulkner, ele começou a olhar para outras alternativas ao problema.

Este falhanço foi sublinhado por séries de inquéritos oficiais para as causas de distúrbios civis repetidos Cameron em 1969 e Scarman em 1972 e para o papel do policiamento da Irlanda do Norte- Hunt em 1969.

Tudo isto contribuiu para diminuir a moral das forças de segurança e para o IRA cada vez mais autoproclamar-se como os 'protectores da comunidade Católica' levando à opressão internacional nos padrões Britânicos de Justiça. Isto foi exposto nos eventos de 30 de Junho de 1972, quando militares abriram fogo numa manifestação pelos direitos civis em Derry, matando 13 cidadãos desarmados naquilo que foi imortalizado pela cultura Irlandesa como o '*Sunday Bloody Sunday*'.

### **III.1.4 – Conclusão**

Em suma os eventos de 1968-72, no entender de Arthur in Aughey & Morrow p. 18 "foram vistos como um ponto crítico nas relações entre o Reino Unido e a Irlanda". Após 1972, o Reino Unido e a República da Irlanda entraram na Comunidade Económica Europeia (CEE). Foi a primeira vez de que nesta relação assimétrica que a Irlanda não foi tratada como um Estado subordinado aos Britânicos. No curto prazo, os interesses da República foram reconhecidos na 'dimensão irlandesa' que foi construída no White Paper de Março de 1973.

Em 1968, os Unionistas apareceram a controlar completamente o seu destino e felizes com a sua identidade. Eles existiram tal como eles governaram um Estado independente com uma cooperação económica próxima com o resto do Reino Unido, uma espécie de 'associação de soberania'.

Em Março de 1972, os Unionistas desmoralizaram-se, dividiram-se e estiveram incertos sobre o seu futuro durante seis anos.

Nesses mesmos seis anos, a comunidade Católica ganhou pouco em termos específicos, salvo o desconforto dos seus oponentes Protestantes.

Eles afastaram-se das exigências Britânicas para novamente questionarem a exigência da Irlanda do Norte. A luta pelos direitos civis foi uma das exigências dos Nacionalistas. O ar estava cheio de rancor e com o som das armas, dos tambores e dos pés a marchar.

Não havia autoridade e um vazio no poder era ocupado pelos militares.

Mais de duas décadas mais tarde a complexidade do problema teve pelo menos ser reconhecida a medida que os governos Britânico e Irlandês batalharam para encontrarem uma solução para o diferendo.

A máxima ' Um homem, um voto' foi bastante elucidativa em 1968.

### **III.2 – A Irlanda do Norte entre 1972 e 1995**

No ano de 1972, como referiu Morrow in Aughey & Morrow (1996), p.20 *"ficou claro que os confrontos pelos direitos civis levaram a Irlanda do Norte para a sua crise mais profunda desde a partição"*. Não só o governo vigente na Irlanda do Norte recorreu aos poderes a usar no caso de emergência como o de prender e internar sem que as pessoas pudessem recorrer ao julgamento em nome da defesa da sua posição mas por 1972, o Governo conservador Britânico concluiu que os corpos institucionais da Irlanda do Norte eram inadequados para a função do governo na província.

Certamente as políticas de segurança adoptadas pelo governo Unionista falharam mesmo nos seus próprios termos: Longe de reprimirem um IRA emergente, o internamento contribuiu para o recrutamento rápido e para o aumento da escalada de violência política para uma escala desconhecida no conflito civil na Grã-Bretanha ou na Irlanda naquele século. No decorrer de 1972 que foi o *" pior ano de sempre"*, segundo Morrow in Aughey & Morrow (1996), p.20 no que diz respeito à violência política em que *" 467 pessoas foram mortas, em que das quais 323 eram civis"*. As atrocidades daquele ano como foram o Domingo Sangrento, a Sexta-Feira Sangrenta, o Bar McGurk, o Bar Kelly, a Radlender Street, Abecorner, entre outros, promoveram o aprofundamento da espiral desta crise.

Segundo o mesmo in Aughey & Morrow (1996), p.20 *" não foi só o PIRA (Provisional IRA) que operou esta intensa campanha de terror, mas também grupos paramilitares afectos aos Protestantes também foram culpados desta campanha, como a UDA (Ulster Defence Association) e a UV (Ulster Vanguard) que por sua vez também fizeram demonstrações públicas de força"*. Outros grupos paramilitares tentaram aterrorizar a Comunidade Católica através de uma campanha de assassinatos sectários.

William Whitelaw, tal como os seus sucessores, tentaram reconciliar duas posições fundamentalmente opostas.

Por um lado tentou placar os medos dos Unionistas sobre as ameaças para o Estado e para a soberania da Grã-Bretanha, enquanto simultaneamente aplacou os Nacionalistas, os mesmos que no ano de 1972 procuravam uma reforma radical senão a abolição da própria Irlanda do Norte.

Após o internamento e o Domingo Sangrento, esta tarefa era de uma dificuldade enorme para qualquer governo britânico.

Os objectivos irreconciliáveis do Unionismo e do Nacionalismo foram o coração do problema político na Irlanda do Norte. Seguindo a erupção do fenómeno da violência política, as posições agudizaram-se mais do que nunca.

A confiança em resolver o problema era naquela altura nula, devido à componente irreduzível na negociação política e eventos como os ataques bombistas e a lei de emergência fizeram pouco para restabelecer a confiança.

O governo Britânico reconheceu a partir de uma etapa prévia de que a estabilidade a longo prazo dependia da criação de estruturas políticas que fossem consensuais quer para Unionistas quer para os Nacionalistas.

Obviamente isto era de um cenário em que era mais fácil falar do que fazer. Cada tentativa de rearranjar o quadro político sofria sempre objecções de ambas as partes.

Para os republicanos, sem dúvida, todos os quadrados propostos pelos Britânicos eram inaceitáveis pelo que a presença Britânica era o maior problema. Para os Unionistas cada tentativa de por os Anti-Unionistas no poder, quer sobre a forma dos Nacionalistas da Irlanda ou o envolvimento formal da Republica da Irlanda, diluiu e ameaçou a própria União.

A Irlanda do Norte após 1972 foi na opinião de Morrow in Aughey & Morrow (1996), p.21 " *também uma luta acerca das fontes na natureza da legitimidade política*". Os Unionistas pediram medidas pesadas para reprimirem a insurreição. Os Nacionalistas reclamaram legitimidade para a existência a Irlanda como Nação. Os radicais em ambos os lados apenas reclamaram do direito para decidirem quem era e quem não era um alvo legítimo para atacar.

Seguindo a queda de um breve cessar-fogo do IRA e do horror da 'Sexta-feira Sangrenta' (*Bloody Friday*), Whitelaw sancionou a 'Operação Motorman' ou seja a entrada das tropas em áreas proibidas por via da força. A campanha terrorista

continuada levou a que o principal partido constitucional nacionalista: o Partido Social-democrata Trabalhista (SDLP) a terminar o seu boicote às negociações políticas.

Nos finais de 1972, o primeiro-ministro Britânico, Edward Heath encontrou-se com Jack Lynch e Taoisach (Primeiro-Ministro), que vinham como representantes da República da Irlanda, cujo governo estava a tomar medidas cada vez mais fortes contra o IRA.

Um documento de discussão publicado pelo Governo Britânico publicado no Outono de 1972 tentou reconciliar as exigências em conflito. A posição da Irlanda do Norte estava garantida dependendo apenas da maioria da população na província.

Contudo o governo sugeriu que o governo da Irlanda do Norte devia tomar a forma de divisão do poder entre as comunidades onde as posições executivas iriam ser partilhadas entre as partes em proposta segundo o seu peso. Os nacionalistas foi lhes prometida uma ' dimensão irlandesa'.

Estes três elementos: soberania britânica, a partilha de poder na Irlanda do Norte e uma componente Irlandesa foram ameaças firmes à política da Grã-Bretanha desde então, a braços com mudanças significativas na ênfase em tempos diferentes. As propostas foram desenhadas para apelarem às partes variadas do eleitorado. Crucialmente enquanto havia apoio em todos os lugares para algumas das propostas era enormemente difícil manter o apoio do cruzamento entre comunidades pelo pacote como inteiro. Este foi também um padrão que se iria reafirmar ele próprio regularmente.

A maioria dos Católicos boicotou um referendo denominado por ' *Border Poll*' feito por toda a Irlanda do Norte em Março de 1973, quando 97,8% daqueles votaram representaram 57% de todos os eleitores, elucidaram o desejo de permanecer sobre a influência política do Reino Unido.

As propostas feitas pelo governo como devolver numerosos poderes à Assembleia eleita enquanto esta tomava conta da pasta da segurança e de outros assuntos, através de um secretário de Estado. O executivo da nova assembleia tinha de satisfazer o secretário de Estado que comandava apoiando as comunidades cruzadas entre si.

As propostas geraram "*respostas diferentes*", como nos refere Morrow in Aughey & Morrow (1996), p.22. Faulkner que foi o líder do Ulster Unionist Party tinha suas próprias cautelas mas todavia, estava disposto a estudá-las.

Os trabalhistas e o Alliance Party deram-lhes as boas vindas. Contudo as propostas foram rejeitadas pela maior parte das entidades políticas afectas ao Unionismo, lideradas pelo Partido Democrático Unionista chefiado por Ian Paisley.

No decorrer das negociações realizadas durante o Verão e o Outono, Whitelaw anunciou a formação de um executivo em Novembro de 1973. Com Brian Faulkner encontrou-se pela primeira vez em 1 de Janeiro de 1974.

As negociações entre os partidos executivos e os governos Britânico e Irlandês em Sunningdale no Berkshire levaram a um entendimento no que diz respeito da formação de um concelho da Irlanda.

Por concordar com um Concelho da Irlanda, contudo, a posição frágil de Faulkner dentro do partido Unionista foi quebrada. Nos primeiros dias de Janeiro de 1974, o Concelho Unionista do Ulster rejeitou o Acordo de Sunningdale. Motins rebentaram na Câmara da Assembleia. Quando Heath convocou eleições gerais em 28 de Fevereiro. Os Unionistas e Lealistas anti-Sunningdale ganharam 11 lugares dos 12 no Parlamento da Irlanda do Norte e 51% do voto popular.

Em Maio, um grupo de trabalhadores lealistas com ligações ao Ulster Defense Association e a outros grupos de índole paramilitar denominados como o Concelho dos Trabalhadores do Ulster ou Ulster Workers Council forçaram a mão dos políticos Unionistas ao declararem greve geral.

Fecharam as ruas e impediram que as pessoas fossem trabalhar, os grevistas fecharam as indústrias da Irlanda do Norte mais importantes. As bombas lealistas mataram 32 pessoas no sul da fronteira, o maior total de mortes verificado em qualquer bombardeamento. O exército britânico não reprimiu os agressores e em Maio de 1974, o executivo entrou em colapso.

A queda do executivo enfureceu o governo trabalhista mas deixou-os sem poderes para fazer novas experiências. O domínio directo era a opção a usar em caso de desespero. Enquanto o domínio de Londres era maior que nunca.

O fim da convenção, segundo Morrow em Aughey & Morrow (1996), p.23, representou o "*fim da experiência constitucional*" durante seis anos no Ulster.

Em contrapartida verificou-se o apertar da política de segurança quando ocorreu uma campanha organizada de ataques bombistas em Inglaterra por parte do IRA nos últimos meses de 1974.

Nos últimos meses de 1975 a prisão sem julgamento terminou em 1975 e nos primeiros meses de 1976 o estatuto de categoria especialmente estendido àqueles que foram acusados de ofensas políticas foi abolido. Apesar de protestos de ambos os lados esta medida não foi extraordinariamente controversa. Com cinco anos passados, contudo, esta medida iria dominar a agenda política.

O fenómeno social deste período mais significativo foi a emergência do *Peace People* em 1976. Durante 1976 e 1977, grandes marchas pela paz foram feitas. Crescentemente o movimento *Peace People* foi manchado por disputas internas e invejas especialmente sobre o Premio Nobel da Paz e a dificuldade ou traduzir uma repulsa geral contra a violência política num programa político coerente.

Os episódios de ataques bombistas e tiroteios continuaram apesar dos números de vítimas mortais terem sido reduzidos após 1976. Ao mesmo tempo a situação económica degenerou sendo marcada pelo desemprego. Estes factores contribuíram para o fiasco da segunda greve geral convocada pelo United Ulster Action Council liderado por Ian Paisely em 1977. Devido a participação activa dos paramilitares, os Unionistas do Ulster rejeitaram apoiar a chamada de greve.

Apesar do seu fracasso, a greve de 1977 trouxe um novo realinhamento do Unionismo. Com o desaparecimento do UPNI da vanguarda de Faulkner, o DUP emergiu como rival real do Partido Unionista oficial.

O regresso ao poder dos Conservadores na Grã-Bretanha em 1979 foi acompanhado pela crescente controvérsia política sobre a perda do estatuto de categoria especial nos prisioneiros pertencentes a grupos paramilitares.

Em vez de um julgamento contra os prisioneiros por parte da Comissão Europeia dos Direitos Humanos em 1980 ocorreram mais manifestações numerosas e cada vez maiores com um crescente apelo aos Nacionalistas, incluindo aqueles que não iam ao encontro dos objectivos do IRA.

Nos últimos dias de Outubro sete prisioneiros republicanos da prisão de Maze declararam greve de fome.

Num clima de tensão cada vez mais crescente, a greve foi abandonada antes do natal, segundo um acordo feito à última da hora. Contudo no dia 1 de Março de 1981; Bobby Sands acusou o Governo de falhar ao cumprimento das suas promessas.

Bobby Sands candidatou-se à greve de fome, este foi eleito com uma maioria de 1500 votos, demonstrando a habilidade dos grevistas mobilizarem os Nacionalistas em outros campos para além do republicanismo violento dos grupos paramilitares. O resultado electrificou o cenário político na Irlanda do Norte. A disputa do H-block (composto pelos 7 prisioneiros republicanos) suscitou interesse no estrangeiro e pelo mundo fora. Nem os grevistas nem o governo faziam tenções de se comprometer. Apesar de várias visitas e pedidos pessoais para acabar com a greve de fome Bobby Sands faleceu em 5 de Maio de 1981. Cerca de 100000 pessoas acompanharam o seu funeral.

Passados 4 meses, mais nove grevistas que recorreram a greve de fome faleceram, sendo tais mortes seguidas posteriormente de motins e desordem civil, bem como pelo acréscimo da actividade do IRA.

A greve de fome outra vez outra vez transformou a paisagem política na Irlanda do Norte. O Sinn Féin Provisório abandonou a política da abstenção do eleitorado adoptou uma estratégia dupla de procurarem um mandato eleitoral enquanto continuavam a apoiar uma campanha sustentada de resistência. Assentes no terreno do apoio nacionalista vindo a partir das greves de fome e da massiva mobilização por si criada. O Sinn Féin Provisório aproveitou tal momento para fins políticos.

A situação política estava naquela altura *"quase polarizada"*, segundo Morrow in Aughey & Morrow (1996), p.25. Em ambos os círculos políticos de Unionistas e Nacionalistas os radicais estavam aparentemente em alta. Segundo a abertura de diálogos entre os governos da Grã-Bretanha, Republica da Irlanda e Irlanda do Norte em 1980, Ian Paisley liderou series de manifestações pela Irlanda do Norte que ele chamou para uma eventual e iminente venda da União. Nas eleições locais de Maio de 1981, o voto do DUP pouco excedeu aqueles que foram para o UUP.

Estas greves de fomes durante o período entre 1980 e 1981 e as 10 mortes delas resultantes como referiu Yan (2009), p.9, foram por si só o *"evento mais trágico da*

*Historia da Irlanda do Norte*". Além disso as greves de fomes marcaram a passagem da fase mais violenta do IRA para a negociação destes com os Britânicos com vista a obterem a paz na Irlanda do Norte.

Em Novembro de 1981, Robert Bradford, pertencente aos altos quadros do UUP para o Sul de Belfast foi assassinado por franco-atiradores do IRA. Tal situação foi considerada insustentável para os Unionistas e o copo ameaçou transbordar.

Se 1972 foi o pior ano em termos militares, dez anos depois, iria-se verificar a mesma situação no domínio político. Com o impasse e o crescimento eleitoral dos nacionalistas do Sinn Fein, os governos Britânico e Irlandês tentaram encontraram-se mais vezes. Em Novembro de 1981, os governos formaram o Conselho Intergovernamental Anglo Irlandês para facilitar os encontros entre civis e ministros.

Para além disso, o Partido Trabalhista estava a procurar de forma urgente apoio contra o Sinn Fein. Tal esforço foi recompensado quando Fitzgerald estabeleceu o Fórum Nova Irlanda em 1983. A tensão entre o IRA e o governo Britânico era cada vez maior, especialmente na década de 70, em que a confrontação entre estes dois agentes gerou um círculo vicioso ou seja numa situação de críspação e retaliação constante entre as políticas anti – IRA tomadas pelo governo Britânico, isto levou a uma situação que como refere Yan (2009), p.14, foi um "*círculo de repressão e anti-repressão, violência e contra-violência, o que posteriormente levou as greves de fome a que prisioneiros do IRA recorreram (morrendo e tudo) para chamar a atenção da comunidade internacional acerca da sua condição de "mártires"*.

A exclusão do Sinn Fein do seu apoio devido a violência política e a recusa dos Unionistas em participar restringiu o alcance do fórum.

A combinação das deliberações do Fórum e dos encontros cada vez mais frequentes entre oficiais dos governos Britânico e Irlandês representaram uma aproximação maior à questão da Irlanda do Norte.

Numa parte inicial parecia que o processo intergovernamental caiu face ao primeiro rombo quando Margaret Thatcher recusou algumas das opiniões propostas pelo Fórum com vista ao progresso seja a unificação da Irlanda, a Irlanda como Estado federal ou a sua soberania ser partilhada entre Londres e

Dublin e Charles Haughey, líder da oposição irlandesa recusou a vontade de se comprometer com a unificação da Irlanda.

A seriedade da situação de segurança surgiu no debate político quando em Outubro de 1984, o IRA ameaçou assassinar a delegação Britânica incluindo Thatcher, que se encontrava presente também, com uma bomba em Brighton.

O interesse britânico na cooperação irlandesa em matérias de segurança e judiciais coincidiram com a necessidade do lado do governo Irlandês a entregar algum progresso digno de reconhecimento ao nacionalismo Constitucional.

Fitzgerald, Primeiro-ministro da República da Irlanda e Margaret Thatcher assinaram em 1985 no Castelo de Hillsborough, o acordo Anglo – Irlandês mais importante após a partição da Irlanda.

Após a assinatura do Acordo Anglo – Irlandês, verificaram-se 'algumas ironias', referidas em Aughey & Morrow em que uma destas ironias foi que se estabeleceu em que parte do Acordo de Sunningdale, que foi controverso, uma dimensão Irlandesa, enquanto deixou acordos locais indefinidos.

Estas inovações e do facto de um Primeiro – Ministro supostamente Unionista ter assinado, sem recurso a consulta dos Unionistas inflamou a raiva dos lealistas.

Os Republicanos, por sua vez, estavam também descontentes com o acordo, particularmente com a concessão pelo Governo Irlandês de que a soberania sobre a Irlanda do Norte iria mudar se a maioria dentro do Norte, assim o desejasse, gerando graves e enormes revoltas de ambos os lados.

A medida que os protestos contra o Acordo, o número de eventos viraram o foco das atenções para o Nacionalismo.

Em Novembro de 1987, uma grande bomba explodiu na cerimónia do *Remembrance Day* em Enniskillen matando 10 cidadãos, o que levou à condenação por todo o mundo das actividades do IRA.

Por 1988 a atmosfera aqueceu devido à tentativa do Sinn Fein se estabelecer como o mais importante partido nacionalista na Irlanda do Norte.

Contactos entre os líderes do SDLP e do Sinn Fein terminaram inconclusivamente, mas era claro que as mudanças tinham de ocorrer no lado do Sinn Fein. Os Unionistas tinham portanto de repensar a sua estratégia.

Alem disso, o número de pessoas mortas pela violência política dos grupos paramilitares foi consideravelmente inferior de que nos totais dos meados da década de 70.

Em 1988 a decadência económica e social dos anos de 1982-83 foi substituída por uma pujança económica relativa. O investimento público em habitação e infra-estruturas foi-se tornando fruto da paisagem física de Belfast e outras cidades foi transformada. O desemprego caiu.

Após uma série de encontros, os primeiros-ministros do Reino Unido e da República da Irlanda assinaram a declaração da Downing Street em Dezembro em 1993.

Concluindo, a Declaração claramente representou um momento decisivo na Política na Irlanda do Norte. A Estratégia iniciada no Acordo Anglo – Irlandês em 1985 procurava a acomodação dos partidos constitucionais sendo que naquela altura foi vista como inadequada quer por Dublin, quer por Londres.

Por outro lado, a importância do eixo Dublin – Londres não mudou. Naquela altura os governos assinaram o seu interesse num acordo compreensível incluindo os paramilitares.

Pela primeira vez desde 1969, os governos propuseram-se a por cobro à violência política com o prémio de um acordo potencial não estar longe.

Publicamente, contudo, a questão chave da legitimidade continuava a estar por resolver. A procura por um governo que agradasse quer a Unionistas, quer a Nacionalistas, não chegou a um fim conclusivo naquela altura.

## III.3 – Ideias e Movimentos Políticos

### Os Unionistas

#### III.3.1 – O Unionismo e a Partição da Irlanda do Norte

O Unionismo como uma identidade política auto-consciente e como um conjunto de compromissos, pode-se dizer-se com base em Aughey in Aughey & Morrow (1996), p.31, que teve as suas origens *“na transformação da vida política que teve lugar na Irlanda entre os anos de 1870 e os anos de 1880”*.

O Unionismo no Ulster era uma parte de uma identidade política abrangente englobando o Unionismo do sul da Irlanda e o Unionismo Britânico. Na batalha relativa à Irish Home Rule, nas primeiras décadas do século XX, os Unionistas do Ulster foram suficientemente fortes para prevenirem a separação dos seis condados daquilo que é actualmente a Irlanda do Norte do Reino Unido.

Mas no processo a grande identidade Unionista diminuiu e o apreço intelectual dos Unionistas enfraqueceu significativamente.

Entretanto, considera-se que a partição da Irlanda representou uma ‘vitória histórica’ para o Unionismo precisa de ser severamente qualificada. A partição pode ser também compreendida nos termos da desintegração da aliança poderosa entre os Unionistas Britânicos e os seus homólogos da Irlanda, pode ser compreendida nos termos do sucesso Unionista. Ou pode ser interpretada como ao mesmo tempo como sendo *“um fracasso e um sucesso”*, como é mencionado por Aughey in Aughey & Morrow (1996), p.31.

A visão simples do sucesso Unionista também ignora o enfraquecimento do Unionismo Britânico e as consequências profundas que tenham que haver pelo carácter do Estado da Irlanda do Norte. A defesa da União foi um assunto que absorveu muita energia da parte do Partido Conservador para a melhor parte de uma geração. O processo de colonização chegou em 1920-1921 era definido pela vontade dos Conservadores Britânicos para comprometer-se na Irlanda do que procurar uma vitória Unionista. No fim foi tudo confuso: os velhos aliados foram abandonados; a Independência foi dada a um Ulster de seis condados; e as concessões foram feitas de acordo com a ambição dos Nacionalistas Irlandeses.

Enquanto a manutenção da União continuava a ser uma matéria do princípio absoluto para os Unionistas do Ulster tal matéria tornou-se cada vez menos significativa para muitos políticos em Westminster. Esta distinção entre o Unionismo do Ulster, fiel aos seus princípios e o Unionismo Britânico foi um tema constante na História da Irlanda do Norte.

### **III.3.2 – Unionismo no Poder**

A prática do Unionismo foi considerada de acordo com Aughey in Aughey & Morrow (1996), p.33 como "*conservadora no sentido preciso da devoção da conservação da ligação constitucional entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte*".

O Unionismo do Ulster, ao longo da sua história teve ligações próximas ao Partido Conservador.

O primeiro imperativo era para ser atingido e mantido, se possível durante mais tempo era a Unidade Unionista. Apenas na base da solidariedade efectiva pode confrontar a 'conspiração' Nacionalista em subverter o status quo.

Esta foi a tarefa do Ulster Unionist Party (UUP), que governou a Irlanda do Norte, desde 1921 a 1972. A Unidade foi assegurada, primeiramente dentro da estrutura da própria organização do partido com a Ordem Laranja.

Em segundo lugar, era assegurada pela mobilização efectiva do voto Unionista na fronteira, um problema que se tornou o foco de todas as eleições na Irlanda do Norte.

Em terceiro, o patronato da autoridade política Unionista debaixo do devoluto sistema Stormont foi utilizado para assegurar que a lealdade do Unionismo recebeu a sua recompensa e a deslealdade fosse punida.

Uma consequência deste Unionismo Protestante, mobilizado enquanto bloco no governo, era a perpetuação do desafecto pelos Católicos.

O segundo aspecto foi a paridade política, um princípio que significava que durante o maior tempo possível, a Irlanda do Norte teria que acompanhar os mais importantes desenvolvimentos legislativos no resto do Reino Unido.

### III.3.3 – O carácter do Unionismo

De acordo com Aughey in Aughey & Morrow (1996), p. 34 a 35, dentro do coração da compreensão do Unionismo *“apareceram dois pensamentos distintos mais praticamente ligados”*:

*“A primeira ideia defende que os membros do Reino Unido representam uma ideia clara e inequívoca da definição do estatuto político Britânico. Para viver na Irlanda do Norte, noutras palavras, significa uma igualdade acordada de cidadania com alguém que vive no Reino Unido. Os Unionistas consistiram que tal representava o reconhecimento da sua identidade britânica;*

*A segunda ideia era de que o estatuto, fundado na vontade democrática da maioria devia ser durável. Esta atitude foi fixada nos termos da justiça dos acordos constitucionais em garantirem o lugar da Irlanda do Norte, dentro da União. Por outras palavras, não devia haver mudança no estatuto da Irlanda do Norte a não ser que apenas e só houvesse uma mudança na “vontade geral” das pessoas que correspondia ao consenso da maioria.”*

Na prática devia haver uma determinação da parte dos Unionistas do Ulster para aceitar nenhuma iniciativa política que possa ser julgada para atenuar a cidadania Britânica da Irlanda do Norte.

Para os Unionistas do Ulster não houve naquela altura nenhuma unidade política natural na Irlanda.

Havia assim no seu entender, dependendo da orientação cultural ou política das duas nações ou dos dois Estados na Ilha da Irlanda.

Resumindo, no início do século XX, os Unionistas quer na Irlanda do Norte quer na Republica da Irlanda olharam para o Ulster como o meio por aqueles queriam evitar a *“home rule”* para a Irlanda.

Há dois factos do norte que pareceram para minar o caso Nacionalista:

Em primeiro lugar, o Ulster tinha uma maioria Protestante que não se identificava com a causa Nacionalista dos Católicos.

Em segundo lugar, no Norte e em particular na Região de Belfast era a área mais próspera e avançada em termos industriais da Irlanda.

Por outro lado, a importância comercial e industrial da Irlanda do Norte mirrou. Não podia ser mais vista como a grande casa das máquinas da prosperidade Irlandesa.

Ironicamente a dependência económica dos empregadores e dos cidadãos nos nossos dias provavelmente significou um fortalecimento do que um enfraquecimento do argumento económico para a União.

O nível presente do público Britânico necessário para apoiar padrões de vida na Irlanda do Norte foi algo que todos os partidos queriam manter.

Os recursos do Unionismo hoje em dia – a nível político, institucional e económico são muito mais fracos dos que foram no início do século XX. No entanto o Unionismo permanece como um factor qualquer em vista para a Irlanda do Norte.

## **Os Nacionalistas**

### **III.3.4 – O Nacionalismo**

Os Nacionalistas Irlandeses na província do Ulster entraram no século XX optimistas acerca do seu futuro político. Tal como os nacionalistas do resto da ilha eles estavam dependendo da aliança entre o Partido Parlamentar Irlandês e dos Liberais Britânicos para lhes concederem uma forma substancial de auto-governo para toda a Ilha.

A oposição do Unionismo Irlandês e sobretudo dos Unionistas do Ulster para com o governo directo inclinou-se a ser dispensada como uma mescla de fanatismo e de defesa dos seus interesses. Contudo com a profundidade e força da mobilização dos Unionistas do Ulster forçou a questão da partição a ser levada a serio pelo governo Liberal em Londres e o líder dos nacionalistas, John Redmond, os maiores dilemas em que o Nacionalismo das províncias do Norte da Irlanda rapidamente surgiu a tona.

A discussão pelo líder do Nacionalismo do Norte, Joe Devlin em apoiar a aceitação da partição de Redmond, mesmo numa base temporária produziu um grande cisma que continuou a dividir os Nacionalistas dentro do novo Estado.

A divisão a algum termo enfraqueceu todo o processo pelo qual os constitucionalistas moderados foram substituídos pelos militantes do Sinn Fein no

processo de militarização da política Irlandesa começando pela insurreição de 1916. O Ulster foi a única província onde a velha tradição parlamentar nacionalista não sucumbiu totalmente ao assalto do Sinn Féin.

A liderança do Sinn Fein era mesmo menos inclinada que os Redmontistas foram para procurarem um compromisso com o Unionismo. Por Eamon de Valera os Unionistas eram uma 'pedra no caminho' de uma Irlanda unida e soberana e o uso da força era legítimo para os tirar do caminho. Contudo o uso da força na luta do IRA para destruir o domínio Britânico no resto da ilha iria contribuir para divisões do Norte.

Muitos Católicos em Belfast e no Leste da província, no entender de Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.40, foram atingidos por um "*medo intenso de que a partição constituía não só a simples separação do resto da nação da Irlanda mas a sua submissão ao domínio Protestante e ao Reino Unido*". Devlin, por sua vez, tinha reflectido acerca desses medos quando ele foi preparado para contemplar a partição se esta fosse combinada com a continuação da representação Irlandesa em Westminster e a área dividida continuava a ser directamente governada por Londres.

Contudo tal vontade de aproximar um problema complexo com o grau de flexibilidade foi um anátema para as forças dominantes do Nacionalismo Irlandês e do Unionismo do Ulster após 1916.

### III.3.5 – Nacionalistas encahados

O Nacionalismo, como nos ilustra Patterson in Aughey & Morrow (1996), pp.39-48 entrou no século passado (século XX) *“dividido e cada vez mais desmotivado”*.

Nas primeiras eleições para o Parlamento da Irlanda do Norte em 1921, o Sinn Fein obteve muito do seu voto reflectido numa vista de que o Sinn Fein era o partido com mais condições de fazer frente à partição.

O partido Sinn Fein no Sul separou-se do tratado levando no termo a guerra anglo irlandesa, mas a acesa guerra civil que viria a rebentar girou acerca do assunto da soberania do Estado com 26 condados com a partição numa preocupação menos importante.

Os membros do Sinn Fein e do IRA no Sul apoiaram o lado pré-tratado fortemente. A guerra civil, efectivamente removeu o IRA como força militar do norte como os seus membros lutaram a sul.

Isso também fortaleceu a posição dos nacionalistas mais moderados que argumentaram que a liderança nacional do Sinn Fein nunca tenha compreendido e que o seu extremismo e o seu apoio a violência, na verdade, pioraram a situação dos Católicos a Norte.

Para Devlin e os seus apoiantes, o abstencionismo era um recipiente para agudizar a impotência. Apesar do argumento dos apologistas ao regime Unionista, os quadros sectários e exclusivistas do Estado da Irlanda do Norte não foram simplesmente a infeliz resposta de uma maioria cercada perante uma minoria unida pela oposição da existência do Estado.

De facto, dada a intensidade da violência atendendo ao período da formação do Estado (1920-22), particularmente em Belfast, e no qual a população católica sofreu desproporcionalmente a existência de um circulo eleitoral nacionalista para o reconhecimento foi de assinalar.

A partição mais a devolução foram o cenário de pesadelo até para o mais moderado dos Nacionalistas que temiam o domínio pelos Protestantes consideravelmente desmediram a sua consternação em serem separados dos seus correligionários no resto da Irlanda.

Apesar deste cenário houve, nos meados da década de 1920, uma tentativa séria dos Nacionalistas do Norte em trabalharem com o novo parlamento.

Tal reflectiu-se no enfraquecimento temporário dos Nacionalistas nas fronteiras. A Guerra Civil, o acordo dos governos de Dublin e Belfast em ignorar o relatório da Comissão fronteiriça e a tendência espalhada de ver a militância que certamente piorou a posição da minoria, todos tenderam a fortalecerem a posição daqueles que discutiram que o abstencionismo simplesmente permitiu o domínio desregulado dos Unionistas.

A tendência participacionista foi minada pela estratégia predominante do populismo Protestante seguido pelo Unionismo do Ulster no poder. Os Nacionalistas do Norte olharam cada vez mais para Dublin para resolverem os seus dilemas mas a resposta foi menos que útil.

Uma política de abstencionismo teve também implicações na habilidade do Nacionalismo em manter o apoio pela província. Pelos anos 30, a entrada de Fiana Fail completou o processo onde o antigo Sinn Féin apoiou a base no Norte trocam devido a uma acomodação rancorosa com os seguidores de Devlin com a formação em 1928 de uma nova organização nacionalista, a Liga Nacional.

Contudo a Liga Nacional foi incapaz de transcender-se por causa da divisão entre os Nacionalistas que continuavam ressentidos com a inclusão na Irlanda do Norte e desdenharam da participação nas suas instituições e a corrente mais pragmática via o abstencionismo como a receita para a impotência.

### **III.3.6 – A Filosofia social do Nacionalismo**

O Nacionalismo, como referido anteriormente por Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.42 *“provou ser incapaz de incrementar um programa específico social e económica que podia ter falado as necessidades da classe trabalhadora Católica ou ter feito alianças comuns com os críticos unionistas trabalhistas e independentes do Partido Unionista”*.

Devlin propôs uma forma de Nacionalismo liberal. Um resultado foi uma vergonha e a retirada de Belfast na cara do começo de políticas sociais-democráticas e o estado de bem-estar no período pós-guerra

Os anos de guerra foram o alto ponto do Nacionalismo de Valera. Seguindo a máxima de que *‘ a dificuldade da Inglaterra era uma oportunidade para o povo Irlandês’*, alguns nacionalistas no norte olhavam, no entender de Patterson in

Aughey & Morrow (1996), p.42, que *“uma vitória da Alemanha era um meio de realizar a unificação da Irlanda”*. Eles incluíram Cahin, Healy, um fervoroso anti-comunista e admirador do fascista britânico Oswald Mosley e o Arcebispo Cardeal Macrory, que tinha sido um apoiante fêniano.

Mais preocupante para a corrente nacionalista era a cada vez maior evidência de que na década de 1930 tinha assistido a um recrudescimento do poderio físico do nacionalismo do IRA.

A década após a guerra testemunhou uma maior disparidade entre as estruturas tradicionais, os objectivos do Nacionalismo e o contexto envolvente interno e externo.

Os Católicos da Irlanda do Norte beneficiaram do novo serviço de saúde e do Ato de Educação Butler. Bem convictos das suas condições materiais que eram muito melhores no Norte, do que seriam na Republica da Irlanda, o seu nacionalismo reflectiu-se mais na sua identidade comum no estão que continuou teimosamente Protestante do que um compromisso activo de uma Irlanda Unida.

Fora do período pós-guerra em Belfast, o nacionalismo dirigiu as suas forças para uma nova liga anti-partição, cujo objectivo foi pressionar o governo trabalhista em reabrir a questão da partição. A campanha anti-partição ergueu-se em 1949, tendo uma resposta negativa nada surpreendente vinda de Londres onde o unionismo no Ulster beneficiou da neutralidade do Sul na guerra.

Na década de 50, o Nacionalismo do Norte foi representado por uma clara divisão entre um partido nacionalista que estava agarrado à campanha anti-partição apesar do falhanço do pós-guerra e um misto de partidos baseados em Belfast que dedicavam a sua admiração ao socialismo republicano.

Quando o IRA lançou uma campanha armada contra o Estado a norte nas costas do sucesso eleitoral do Sinn Fein tornou-se aparente de que teve erradamente assumido que o antagonista ao Unionismo significava oposição à existência do próprio Estado.

Aqui foi dividida com a corrente nacionalista uma tendência pronunciada para questões confusas da democracia e direitos civis com a questão nacional.

### III.3.7 – Direitos Civis

Foi apenas quando o Nacionalismo foi capaz de separar os assuntos da reforma daqueles dos direitos do Estado para existirem que emergiam como a maior ameaça à hegemonia. As forças que produziram esta mudança de fora das assunções velhas e estruturas da Irlanda do Norte.

Nos primórdios dos anos 60, os modernizadores jovens como John Hume exigiram que os Nacionalistas do Norte como uma pré-condição para uma derradeira unidade que fosse baseada para uma derradeira unidade que fosse baseada no consenso. Hume e outros modernizadores desenvolveram uma crítica do Partido nacionalista carente dos atributos de um partido político moderno. Não havia estruturas ramificadas nem conferências no partido.

Crucial para o desafio ao Partido Nacionalista foi a emergência pela primeira vez de uma estratégia credível para a reforma do Estado. Duas décadas de um governo efectivamente social-democrata na Grã-Bretanha minaram a separação da Irlanda do Norte do resto do Reino Unido em que a partição encorajou.

Naquele tempo e desde então os Unionistas do Ulster acusaram os movimentos afectos aos direitos civis de serem um cavalo de Tróia pelo que defendiam uma agenda anti-partição imutável. Isto ignora o sentido forte de muito na liderança do movimento e isso, sem dúvida, marcou uma partida das estratégias falhadas do republicanismo. Contudo a maioria deles continuou comprometida à unidade como o derradeiro objectivo e subestimaram a profundidade das raízes da resistência unionista ao objectivo de unirem a Irlanda.

No entanto, no seu núcleo, as exigências dos movimentos pelos direitos civis – 'Direitos Britânicos para cidadãos Britânicos' – representaram uma partida radical a partir da linguagem nacionalista. O facto de que muitos na liderança e da base massiva do movimento viram as exigências como um meio de minar o Estado não desistira da sua oportunidade.

O movimento dos direitos civis na opinião de Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.44, "*abrangia importantes elementos de mudança bem como de uma continuidade não declarada*".

A violência de Agosto de 1969 contribuiu para a emergência do tradicionalismo nacionalista. Se o governo directo tivesse sido introduzido em 1969, o elemento

modernizador e reformista no movimento dos direitos civis podia ter permanecido sob controlo. Seja qual fosse o caso, a chegada das tropas Britânicas seria bem-vinda inicialmente como protecção contra a violência dos Protestantes, mais tarde tornou-se interpretada como um adereço para o regime Unionista dividido e reconstruído.

Este foi o contexto para o renascimento do Nacionalismo violento no Norte à medida que o minúsculo IRA, que não tinha estado preparado para Agosto de 1969, foi inundado por jovens Católicos procurando armamento e treino necessário para defender as suas áreas. O tradicionalismo foi também encorajado com a comum polarização associado com a intensificação da violência e a emergência do IRA como uma força paramilitar com forte apoio popular.

Com o regime Unionista se desintegrou e o governo britânico foi tendo menor envolvimento directo nos assuntos da Irlanda do Norte, uma quantidade crescente de violência circulou das confrontações entre as comunidades de classes, trabalhadores católicos de Belfast e Londonderry e o exército britânico. Foi a partir dessas comunidades que o IRA Provisório emergiu.

Foi criado em 1969 pelos dissidentes no movimento republicano que acusaram os de terem falhado em defender os Católicos do Norte da violência sectária do Estado maioritariamente Protestante e o facto de subordinarem o seu papel militar aos políticos marxistas.

### **III.3.8 – Dos direitos civis aos direitos nacionais e outra vez**

Confrontados com um movimento em crescimento republicano cuja campanha de bombardeamentos e tiroteios foi direccionada para destruir Stormont e então para forçar o governo britânico a negociar uma retirada da província, o abstencionismo foi posto em questão com a diferença do SDLP do republicanismo, excepto a rejeição da violência. Havia duas respostas. A primeira, como nos refere Patterson (1996), p.45, *“foi uma tentativa de planear em pormenor uma etapa de transição constitucional do movimento”*.

Isto foi no documento *Towards a New Ireland*, o seu primeiro documento político substancial, publicado em Setembro de 1972. Isto propôs uma forma interina de

governo por condomínio, juntando os governos de Dublin e Londres – levando eventualmente a Unidade.

Reflectiu-se a influência das componentes de nacionalistas tradicionais do partido no Oeste da província mais o desejo indubitável de não ceder terreno aos Provisionais. O seu radicalismo ultrapassou o que o Governo Britânico estava então preparado para imaginar.

A segunda perspectiva, segundo Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.45 *“reflectiu a evidência clara de que os Britânicos queriam restaurar as instituições de governo para o Norte baseado nalguma forma de partilhar do poder entre os Unionistas e os Nacionalistas”*.

Algum, o objectivo básico era obter uma percentagem no poder governamental e usa-la para assegurar a igualdade de tratamento. Contudo se a componente mais nacionalista do partido não podia fazer progresso na proposta do condomínio, eles estavam aptos para assegurar que o SDLP exigiu não simplesmente a partilha de poder mas uma ‘dimensão irlandesa substancial’.

Pelos finais da década de 70, a liderança dos Provisórios esteve nas mãos de uma geração de republicanos do Norte liderados por Gerry Adams.

Eles ficaram convencidos de que uma campanha puramente militar podia forçar a retirada dos Britânicos, tendo ser complementada com sucesso eleitoral, na componente política. Apesar destes sucessos durante e após as greves de fome de 1981, a politização do Sinn Fein não trouxe maiores ganhos previstos por Adams.

Em particular os nacionalistas do Sinn Fein foram incapazes de apoiar o Sul enquanto no Norte, as suas ligações com o IRA permaneceram um obstáculo para a maioria dos Católicos.

Após duas décadas de combate armado, o IRA foi claramente o maior responsável pelas mortes no conflito não atingindo o seu objectivo.

Havia algumas provas que uma nova e maior classe média Católica podia viver com o governo directo de Londres caso fosse suplementado com o Acordo Anglo Irlandês pintado de verde, ou seja, com as cores da República da Irlanda

Com a formação do Estado, muitos nacionalistas da Irlanda do Norte continuaram mais preocupados acerca do governo dos Protestantes do que estavam acerca da partição.

A declaração do IRA de um 'cessar completo' das operações militares a 31 de Agosto de 1994 e a vontade cada vez mais clara do Sinn Féin, seu braço político de negociar um programa com o intuito de trazer o nacionalismo novamente ao norte, seguindo uma agenda reformista, similar daquela do seu fundador Joe Devlin.

Devlin teve de estar preparado para contemplar a partição se os interesses Católicos foram protegidos pelo governo directo de Westminster e a continuação da representação parlamentar Irlandesa lá.

O desenvolvimento separado do Estado Irlandês fez a condição inoperável mas foi naquela altura que era visto como a garantia dos interesses dos Católicos do Norte dentro da Irlanda do Norte.

Em suma, o Nacionalismo na Irlanda do Norte, poderia ter provado naquela altura que foi mais dirigido pelas necessidades da defesa do interesse comum do que por um desejo pela Unidade Irlandesa.

## **IV – A Sociedade Irlandesa nos Troubles**

### **IV.1 – O Paramilitarismo**

#### **IV.1.1 – Introdução**

Durante o período de 1969 e 1994, grupos organizados paramilitares estiveram fortemente comprometidos com aquilo que pode ser descrito por Bairner in Aughey & Morrow (1996), p. 159, como "*violência política*", foram responsáveis pela esmagadora maioria das mortes que foram a consequência directa da crise política. Apesar de não haver acordo foi provavelmente ser alcançado naquela matéria particular, onde houve o reconhecimento geral na Irlanda do Norte e além do que os grupos paramilitares tinham o armamento a organização e a vontade de continuarem as suas actividades violentas num período ilimitado de tempo.

É pouco surpreendente entretanto que os cessar-fogos anunciados pelos paramilitares durante a segunda metade de 1994 foram saudados não só na Irlanda do Norte e mesmo em partes dos países mais importantes da Europa que tiveram que testemunhar a violência orquestrada por estes grupos.

Os paramilitares tornaram-se numa parte fulcral do processo do fabrico da sociedade da Irlanda do Norte. Contudo tal significou que poucas pessoas estavam

prontas a acreditar de que a violência tinha chegado a um fim de uma vez por todas.

Sem dúvida para muitas pessoas, particularmente aquelas que não viviam na Ilha da Irlanda, a violência de grupos paramilitares associada com os Troubles foi meramente a mais recente manifestação, segundo Bairner in Aughey & Morrow (1996) p.159 *“da propensão dos Irlandeses para a violência, em que análises mais sofisticadas referem que quer Católicos, quer Protestantes como intrinsecamente violentos”*, no entanto o acordar de *“rivalidades antigas”*, através da violência tornaram-se parte do modo de vida Irlandês.

Consequentemente a violência de 1969-1994 foi manifestamente o *“produto de impulsos antigos servindo profundamente necessidades sentidas”*, segundo Bairner in Aughey & Morrow (1996), p.159.

O Paramilitarismo foi e ainda continua a ser uma característica duradoura na política Irlandesa. Pode-se argumentar que o Royal Ulster Constabulary (RUC), particularmente os B-Specials, juntamente com o RIR (Royal Irish Regiment), mais tarde, tiveram papéis similares àqueles atribuídos às secções paramilitares das forças de segurança nas restantes sociedades ocidentais.

#### **IV.1.2 – A Legitimação da violência**

Apesar de numerosas organizações separadas terem sido responsáveis pela violência paramilitar no conflito na Irlanda do Norte, todos podem ser categorizados por Republicanos ou Lealistas.

Os grupos republicanos usaram a violência de forma a promoverem a causa da Unidade Irlandesa. Já a violência dos grupos lealistas por outro lado tinha como intuito defender a União da Irlanda do Norte com o restante Reino Unido.

Variadas vezes todas as facções paramilitares tinham sido proscritas pelo governo Britânico que procurava repetitivamente criminalizar os paramilitares, considerando-os como terroristas, demonstrando *“que as suas acções não podiam ser dignificadas pelo título de atividade política”*, como nos refere Barnier in Aughey & Morrow (1996), p.160.

Os paramilitares consideravam a sua violência legítima porque serviu um objectivo que foi partilhado pelos Nacionalistas constitucionais e que foi inscrito

na constituição da República da Irlanda, a sua existência deveu-se muito aos primeiros anos da actividade dos grupos paramilitares afectos ao Republicanismo.

Já Yan (2009), no seu artigo presente no *Review of European Studies*, defende a opinião que os Provisórios do IRA baseavam a sua violência numa *“doutrina republicana que era uma expressão de nacionalismo político e cultural”* como refere Cronin (1981) citado por Yan (2009), p.11.

Outro aspecto que justificou a violência dos grupos paramilitares republicanos foi, no entender de Bairner in Aughey & Morrow (1996), pp.160-161, evidentemente o facto de os Católicos identificarem-se com a luta do IRA, *“por um lado porque eram silenciados e oprimidos pela maioria dominante Protestante que estava a favor da permanência da Irlanda do Norte enquanto território pertencente ao Reino Unido. Por outro lado no que se concerne à sua ideologia, já que o Nacionalismo Irlandês refere-se aos movimentos políticos e sociológicos e um sentimento de amor e orgulho em relação à pátria Irlandesa”*.

Por outro lado os Lealistas visaram legitimar as suas acções de violência argumentando, segundo Bairner in Aughey & Morrow (1996), p.61, que os *“seus objectivos eram partilhados pelo Unionismo constitucional e pelo que era a sua esperança, o governo Britânico”*.

A União tinha que ser defendida e se as agências coercivas do Estado não conseguiam lidar com a ameaça da violência dos republicanos era necessário que os organismos paramilitares actuassem marginalmente à lei com o objectivo de trazer os republicanos à justiça, vendo as suas acções como sendo de suporte as autoridades constitucionais, eles rejeitaram a ideia de que os seus actos eram criminosos.

A violência dos paramilitares nunca foi simplesmente violência criminal usual como o próprio governo britânico definia. O apoio da comunidade apoiou os paramilitares em continuarem a ver-se eles próprios como membros de organizações legítimas mesmo depois do estatuto dos prisioneiros de guerra foi negado aos seus camaradas encarcerados.

Na busca pela legitimidade uma relação curiosa entre os paramilitares rivais foi estabelecida. Não só apenas a alimentarem usando a violência dos seus rivais para ajudarem a justificar as suas próprias actividades mas eles também partilhavam a

necessidade de serem tratados com respeito e consideração por parte da esfera pública e dos políticos de então.

#### **IV.1.3 – O Paramilitarismo Republicano**

No lado republicano, a organização paramilitar dominante e, sem dúvida, a mais importante e activa durante o período do conflito verificado na Irlanda do Norte entre 1969 e 1998 foi o IRA Provisório ou PIRA (Provisional Irish Republican Army) o qual esteve largamente em grande parte activo na altura da eclosão dos distúrbios civis nas cidades de Belfast e Derry na Irlanda do Norte em 1969. O IRA foi uma *“organização ligada à classe laboral localizada nas áreas rurais mais pobres e nos ‘ghettos’ auto-designando-se como um exército”* como nos refere Cronin (1981) citado por Yan (2009), p.12 estando directamente ligados ao desejo de emancipação dos Católicos, justificando as suas actividades violentas como resposta à repressão feita às comunidades Católicas que eram consideradas desde os primórdios deste conflito como cidadãos de segunda classe, cujos direitos mais elementares eram-lhes negados pelos Protestantes e acima de tudo pelos Britânicos que ocuparam a Ilha da Irlanda e a colonizaram como se fosse uma colónia não lhes reconhecendo quaisquer direitos.

A emergência do PIRA resultou da sequência de divergências ideológicas e estratégias a tomar internamente no IRA. O catalisador imediato foi uma divisão na matéria no que diz respeito ao reconhecimento da posição do governo Britânico e da posição do governo Irlandês. Todavia também se verificaram diferenças importantes de opinião sobre a disciplina interna e a sua política militar.

Apesar do seu historial sangrento de violência política, o IRA havia-se tornado cada vez mais menos comprometido com a luta armada durante o período compreendido entre 1950 e 1962 e a adopção gradual de políticas marxistas. Sem dúvida apesar de ter continuado a desenvolver acções violentas ocasionais após a formação do IRA Provisório, o IRA dispersou-se em 1972.

Vendo-se eles próprios como os verdadeiros herdeiros dos homens de 1916 os líderes do PIRA estavam preocupados com a continuação da luta armada direccionada aquilo que eles consideravam como os objectivos principais de uma

organização republicana, nomeadamente a remoção da presença dos Britânicos na Irlanda e a unificação política de toda a ilha.

O outro importante grupo paramilitar de cariz republicano foi o Irish Nation Liberation Army (INLA) formado pelo partido republicano socialista irlandês de âmbito marxista e alguns membros militaristas do IRA.

Apesar de nunca ter tido o nível de apoio dado ao PIRA e com poucos membros, O INLA foi responsável por muitas atrocidades cometidas durante esse período, tal como a Irish Republican People's Liberation Organization (IRLO) com o qual partilhou raízes comuns.

Os grupos paramilitares republicanos reclamaram estar defendendo as comunidades nacionalistas dos ataques realizados pelos esquadrões da morte lealistas e pelas forças de segurança britânica, sendo frequentemente acusados de estarem a actuar em conjunto com os lealistas.

Eles também se afirmavam como a força policial legítima nas áreas em que o RUC não era confiado para desempenhar deveres de policiamento adequadamente e justamente. Acima de tudo a sua violência, como nos refere Bairner in Aughey & Morrow (1996) p.162 foi justificada pelo seu *"envolvimento numa guerra de libertação nacional"* a qual atingiu sucesso parcial com o estabelecimento de um Estado livre Irlandês de 26 condados e o qual não poderia ser completado até que houvesse uma República da Irlanda com 32 condados.

Seguindo várias maneiras, os Republicanos procuravam legitimar a sua violência. Além disso, segundo Bairner in in Aughey & Morrow (1996) p.162 *"por ligaram a sua luta as lutas da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e do Congresso Nacional Africano (CNA), os republicanos esforçaram-se para mostrar que a sua violência não só estava enraizada na História da Irlanda mas num movimento internacional para as liberdades civis"*.

Nos primeiros anos da década de 70, o IRA Provisório e outros grupos paramilitares republicanos iam para os seus assuntos violentos com pouca ou nenhuma referência ao processo político. Uma vez que estes não apoiavam o sistema político no seu lado da fronteira, era impensável que estes pudessem colocar candidatos eleitorais. Além disso a sua capacidade continuada de perseguirem a luta armada sugeriu que eles gozavam de um apoio real.

O ponto de viragem na história do Paramilitarismo Republicano moderno teve a sua origem nos protestos dos prisioneiros na prisão de Maze que começou nos últimos anos de 1970 e que culminou nas greves de fome republicanas de 1981. Esta tática de protesto usada pelos prisioneiros republicanos, que as greves de fome e o 'estatuto de prisioneiros de guerra' gozado pelos prisioneiros, resultaram em 10 mortos.

Como refere Lu Yan (2009), p.11 as greves de fome de 1980-81 foram conduzidas " *por uma política ideológica partilhada e motivada por interesses e valores comuns, que mostraram a sua espontaneidade e um forte sentido de camaradagem*".

A greve de fome foi portanto usada como um método de protesto na Ilha da Irlanda e que esta forte tradição pode ser considerada uma parte integral da própria história da Ilha da Irlanda surgindo nos primeiros anos do século XX como uma forma de protesto.

No entender dos republicanos, a greve de fome sendo um protesto político, era uma forma de resistência não violenta à opressão dos Britânicos, com vista a alcançarem o seu próprio ideal político.

Na opinião dos Católicos, tal técnica foi uma forma de martírio que estes faziam para conseguirem chamar a atenção da comunidade internacional para o problema vivido na Irlanda do Norte.

Consequentemente, segundo Bairner in Aughey & Morrow (1996), pp. 163, " *atraíram o apoio e a simpatia pela comunidade Nacionalista*", embora muitos dos seus membros que de forma consistente repudiavam a violência republicana, mas tal não chegou para convencer a comunidade republicana acerca da legitimação da violência em prol da causa republicana.

Porém, viram os prisioneiros como vítimas neste episódio particular e a medida que a simpatia pública crescia os líderes do PIRA e do seu braço político, o partido republicano Sinn Fein chegaram a reconhecer que a política eleitoral podia ser um acompanhamento útil mas nunca uma alternativa à violência armada.

#### **IV.1.4 – O Paramilitarismo Lealista**

As organizações paramilitares do lado lealista durante o período compreendido entre 1969 – 94 foram a Ulster Defence Association (UDA) e a Ulster Volunteer Force (UVF), actuando em conjunto com outros grupos paramilitares de cariz Protestante de menor dimensão.

Tal como os seus adversários republicanos, os paramilitares lealistas constantemente tentaram legitimar as suas actividades violentas, recorrendo as rivalidades paramilitares como necessidade de defesa sendo uma importante arma na armadura teórica, tal como no caso dos republicanismos.

Os paramilitares lealistas também reservaram o direito de punirem criminosos nas suas áreas. Finalmente em termos políticos mais alargados, os paramilitares lealistas procuravam legitimar a sua violência argumentado que os seus objectivos seriam o mesmo daqueles das forças de segurança britânica ou seriam se o governo Britânico podia ser confiado como um verdadeiro defensor da União, uma vez que a policia e o exército estavam sujeitos a constrangimentos na sua batalha contra os terroristas republicanos.

Consequentemente a violência a favor do domínio Britânico dos lealistas estava em vias de ser justificada.

Todavia, como Bairner refere in Aughey & Morrow (1996), p.164 *“os grupos paramilitares lealistas também atacaram cidadãos comuns mais frequentemente que os seus odiados rivais do IRA do lado Republicano. Entre 1968 e 1998, os paramilitares mataram 864 civis (a maioria deles Católicos), comparativamente aos estimados 728 cidadãos (a maioria deles Protestantes) assassinados pelo IRA”*.

Alguns estudiosos como Bairner presente in Aughey & Morrow (1996), p.164, afirmaram que *“os grupos lealistas atuavam com base no ódio religioso, enquanto os alvos do IRA eram os oficiais de agências de segurança britânicas, como esforço de como já se disse anteriormente remover a presença dos Britânicos da Irlanda do Norte”*.

Em suma o modo de operar dos dois grupos paramilitares foi bastante diferente no que diz respeito aos seus alvos a abater.

Acima de tudo, contudo, os lealistas sentiam-se justificados a fazer tudo o que fosse necessário para defender a União, mesmo que tal significasse a oposição às forças de segurança e as políticas do governo Britânico.

O mais importante evento na história dos grupos paramilitares do lado lealista foi a greve do Conselho dos Trabalhadores do Ulster em 1974.

Os membros mais importantes das organizações paramilitares lealistas ajudaram a planearem greves à escala da província de forma a prevenir a implementação do Acordo de Sunningdale que defendia a implementação de acordos para a divisão de poderes na Irlanda do Norte, mas também de um Conselho da Irlanda que permita um papel limitado para os políticos da República da Irlanda nos assuntos da província.

Todavia a principal razão para o insucesso foi de que os grupos paramilitares lealistas eram de menor dimensão e menos influentes do que foram nos anos 1970 e tinham a lacuna do apoio popular que anteriormente detinham. Muitos factores portanto estiveram envolvidos no falecimento dos grupos paramilitares lealistas mas dois foram cruciais.

Primeiramente, muitas pessoas nos territórios Protestantes haviam-se tornado cada vez mais ofendidas com as actividades criminosas dos grupos lealistas, em particular do UDA.

Segundo os paramilitares tinham sido implicados em assassinatos horrendos de origem sectária que foi difícil mesmo para os defensores constitucionais mais resolutos da União terem qualquer simpatia por estes. Entretanto a influência do PIRA, na verdade cresceu em algumas áreas Nacionalistas durante o desenrolar do conflito, a imagem dos grupos paramilitares no Ulster Unionista estava irremediavelmente manchada.

Naquele tempo a única razão de existência da violência lealista que fazia algum sentido aos Unionistas foi a necessidade de defender as comunidades Protestantes dos ataques republicanos.

O facto de que tal situação foi usada para legitimar o assassinato indiscriminado de Católicos, enfraqueceu a moralidade do Paramilitarismo lealista. Apesar da crescente sofisticação e ferocidade dos ataques na década de 90 (em 1992, os lealistas mataram mais pessoas que o IRA Provisório)

## IV.2 – As Igrejas, Sociedade e o Conflito na Irlanda do Norte

### IV.2.1 – Introdução

A Irlanda do Norte tem sido sinónima de variadas divisões religiosas e étnicas. Muitos estudos passados realizados nessa área comprovam que a população da Irlanda do Norte e das populações que mais frequenta o serviço religioso no que diz respeito ao contexto nos países da Europa Ocidental.

Acerca de metade da população continua a frequentar os serviços da Igreja, uma vez por semana enquanto mais de 80% retém alguma ligação para uma Igreja. Rótulos como 'Protestante' e 'Católico' foram e continuam a ser termos regularmente usados para identificar grupos sociais e étnicos para posições políticas específicas. A impressão é frequentemente dada de que o conflito da Irlanda do Norte verificou-se entre dois grupos sociais divididos pela confissão religiosa.

As Igrejas não consistem em instituições simples com um único e um significado claramente definido. Elas são ambas comunidades de crentes cujas acções fazem a totalidade de cada Igreja e instituições com edifícios, administração e staff profissional. Nos debates da esfera pública ou políticos, as Igrejas foram referidas nesses debates como instituições identificadas mais conectadas ao Clero.

No século passado contudo a aderência religiosa não significou necessariamente um ponto de vista essencialmente político.

A religião e o conflito relacionado com motivos de índole religioso, no entender de Morrow in Aughey & Morrow (1996) p.191, "*tiveram um papel nos assuntos Irlandeses e especialmente nos assuntos da Irlanda do Norte desde a Reforma da Igreja*".

Nisto a Irlanda não diferiu de muitos dos países da Europa Continental. Contudo as condições específicas de movimentos políticos e religiosos na Irlanda do Norte resultaram em divisões entre as comunidades, onde as linhas de rivalidade religiosa eram quase paralelas com as divergências políticas entre Republicanos e Unionistas, uns defensores de uma Irlanda unida, outros defensores da continuidade da influência do Reino Unido maioritariamente Protestante sobre a Irlanda do Norte.

#### **IV.2.2 – Demografia e denominações religiosas**

As maiores denominações na Irlanda, durante os *Troubles* continuavam a ser os descendentes das Igrejas existentes na Irlanda após o processo de plantação ocorrido no século XVII, como já foi referido previamente nesta dissertação.

Em termos estatísticos, as igrejas na Irlanda do Norte permaneceram relativamente fortes. Nos CENSOS de 1991, para a Irlanda do Norte, 89% das pessoas identificaram-se elas próprias como pertencendo a uma denominação Cristã específica. No total de 38,4 % dos inquiridos respondeu que eram Católicos Romanos, enquanto 50,6% pertenceram a um número de diferentes igrejas Protestantes.

Apesar dos Presbiterados e dos Anglicanos representarem 75% do total dos Protestantes, havia mais de 45 diferentes denominações separadas com mais de 100 membros num universo populacional de menos de 800000 habitantes. Tal contrastou com a população Católica unificada num único organismo institucional, ou seja a Igreja Católica.

Imediatamente após a partição da Irlanda no ano de 1921, os Católicos perfaziam 34% da população no Ulster, enquanto os Protestantes, uma larga percentagem de 65%. Durante muitos anos uma maior taxa de natalidade foi equilibrada por uma maior taxa de emigração pelos Católicos. Como resultado as proporções relativas na população não registaram alterações significativas.

Houve alguma evidência no que diz respeito à relação aos fluxos migratórios que estes padrões começaram a alterar-se entre as décadas de 70 e 80.

Os resultados do Recenseamento da População em 1991 (CENSOS 1991), citados por Morrow in Aughey & Morrow (1996) p.191, registaram, *a nível estatístico, um crescimento daqueles que se recusaram a responder a questão dos CENSOS referente a religião e aqueles que não tinham religião que perfizeram a percentagem de 11% do total da população. Houve um declínio acentuado no tamanho das duas maiores denominações Protestantes.*

*Entre 1921 e 1991, a percentagem de Presbiterados na população decresceu de 31% para 21%. As figuras correspondentes para a Igreja da Irlanda são de 27% e de 18%.*

Apesar da Irlanda do Norte, ser em termos teóricos e a nível estatístico, uma comunidade misturada em termos de comunidades religiosas houve uma evidência

cada vez maior de que a mistura estatística mascarou a maior separação em termos do nível local.

Estas disparidades religiosas marcadas e mudanças dentro e entre estas tiveram uma significância para além do nível da fé e da devoção religiosa.

Estes indicadores estatísticos, hoje em dia, continuam a ser usados para fornecer importantes indicadores susceptíveis de serem objectos de estudo por parte das ciências sociais como a Sociologia para confirmar com suporte estatístico as várias mudanças sociais e políticas que se verificaram naquela altura na Irlanda.

Nos últimos tempos, apesar da comparência ao serviço religioso permanecer comparativamente alta com os seus vizinhos europeus, tem-se assistido à evidência de um sentido cada vez mais direccionado para a secularização. As estatísticas indicam que especialmente na área de Belfast, a frequência na Igreja em todas as denominações e comunidades religiosas tem se encontrado em declínio

#### **IV.2.3 – As igrejas, conflito e relações entre comunidades**

As igrejas são parte do fabrico histórico da sociedade da Irlanda do Norte – comunidades humanas relativamente estáveis, vivendo lado a lado mas com muitas poucas ligações.

Esta estabilidade contribuiu para a importância histórica das igrejas como as instituições mais velhas ainda vivas na Irlanda do Norte. As igrejas têm sido parte da criação e manutenção das memórias e histórias de cada comunidade.

O alcance da experiência em cada igreja não é substancialmente mais a experiência de um lado numa divisão política. O Unionismo e a lealdade política dominadora nas Igrejas Protestantes como o Anglicanismo e o Luteranismo como o Nacionalismo estão associados à Igreja Católica. Como resultado, a equação dos Católicos com os Nacionalistas ou Irlandeses e os Protestantes com os Unionistas ou Britânicos nunca foi repudiada com sucesso.

Em comunidades em que cada uma olha a outra com desconfiança e suspeita ou hostilidade devido ao facto de ser Protestante ou Católica podem ser terrenos para a criação do medo e apreensão que pode resultar no evitamento do outro. A História da Irlanda do Norte naquele período deu inúmeros casos e exemplos que tais medos e suspeitas tiveram fundamento, diga-se de passagem.

Crucialmente na Irlanda do Norte a doutrina tem sido reforçada pela experiência.

A morte violenta de um membro da comunidade de uma Igreja é sentida por todos os membros. Inevitavelmente as Igrejas Protestantes vivenciaram o medo e o assassinato dos seus membros de forma mais profunda e intensa relativamente aos outros membros de outras comunidades religiosas na Irlanda do Norte durante aquela altura.

Tal facto também se aplicou aos seus inimigos da Igreja Católica. Se tais atrocidades repetidamente vêm a partir da comunidade religiosa oposta, a hostilidade, o ódio e a intolerância aos Protestantes é mais facilmente incutida e transmitida às novas gerações de Católicos. A violência que provoque a morte de familiares e amigos de pessoas naquelas comunidades como se pode ver reforçou o sentido de isolamento, intolerância e hostilidade em relação a outras Igrejas e a outras comunidades religiosas.

As igrejas na Irlanda do Norte, no entender de Morrow in Aughey & Morrow (1996) p.196, têm dado à hostilidade política, "*uma forma institucional e um conteúdo ideológico legitimado e válido*". Apesar das razões dadas terem sido diferentes daquelas da sociedade secular, a inabilidade das igrejas para tratarem os outros de validade igual, tem o mesmo resultado com os recursos similares por outros grupos numa sociedade secular.

Com efeito as acções das Igrejas perante a outra foram suficientemente analógicas as acções de grupos seculares para a anexação dos termos 'Protestante' e 'Católico' serem usados sem contradição. A fronteira entre a recusa de negociar entre ambos os lados igualmente nos terrenos da doutrina ou nos terrenos da inimizade política é sempre invisível.

#### **IV.2.4 – As igrejas e a sociedade na Irlanda do Norte**

As igrejas são ainda as maiores instituições na Irlanda do Norte, o foco de importantes redes sociais por vezes invisíveis. Os edifícios da Igreja são sempre recursos centrais da comunidade para os jovens, grupos femininos, caridade e até clubes desportivos, em particular nas áreas rurais. Apenas os *pubs* e bares podem reclamar tal centralidade social similar. As Igrejas são também economias voluntárias, colecionando e distribuindo dinheiro e beneficiarem de trabalho não pago.

As instituições religiosas também participaram na administração pública de maiores serviços, especialmente nos campos da educação, serviços sociais, emprego e cuidados de saúde. A Igreja Católica Romana teve um interesse em controlar a maioria das escolas frequentadas pelos Católicos na Irlanda do Norte. Os nomeados da Igreja Protestante, participa na vasta maioria das restantes escolas. Muitas Igrejas desenvolveram esquemas de bem-estar social. A Igreja Católica também continua a ter um papel importante de um número de importantes hospitais públicos.

O desemprego massivo na Irlanda do Norte nos anos 70 levou à expansão de esquemas de emprego e preparação para emprego sobre gestão da Igreja. Apesar do foco na Gestão das Igrejas ter sido mais sentido nas áreas de predominância Católica, os postos eram distribuídos justamente entre Protestantes e Católicos, apesar de pequenas Igrejas Protestantes terem sido sempre mais activas nesta esfera do que as grandes denominações.

Consequentemente, as Igrejas institucionais foram criadas para o fabrico da sociedade da Irlanda do Norte. O que sem dúvida contudo que as Igrejas, como refere Morrow in Aughey & Morrow (1996) p.195, "*tinham maior tendência a reflectirem os traços daquelas sociedade do que transforma-la*".

#### **IV.2.5 – Conclusão**

Em jeito de conclusão deste ponto, conclui-se que qualquer quadro da Irlanda do Norte que não trate as Igrejas seriamente é inevitavelmente falhado. Enquanto é certamente verdade que a secularização começou na Irlanda do Norte, as Igrejas permanecem as instituições sociais e culturais mais centrais na moral pública e privada e nas políticas formais e da comunidade. As igrejas têm um diferente papel para os Nacionalistas de que elas fazem para os Unionistas mas juntas são vitais para o fabrico social.

Os rótulos Católico e Protestante continuaram a ser usados para descreverem os lados no conflito na Irlanda do Norte. Normalmente, a Cristandade não providencia os terrenos explícitos para aqueles em conflito. A classe clerical aponta para o facto de que aqueles que estão nas Igrejas tendem a ser menos violentos do que aqueles que estão fora.

Contudo num país que susteve tal conflito por mais de 25 anos as questões do conflito são inevitavelmente pelas suas instituições centrais, incluindo as Igrejas, mesmo se as ligações terem sido indirectas. No geral, as Igrejas têm sido incapazes de colocarem distância efectiva entre eles próprios e causas políticas. O clero teve maior tendência a partilhar o sofrimento da sua laicidade do que em transformá-lo.

Contudo as Igrejas estiveram longe de ser a única causa para a existência de violência entre comunidades. Uma vez crescidas, as causas nacionais seculares podem ser rapidamente consideradas como justificação suficiente para enorme crueldade.

As lutas seculares foram sempre combatidas com uma igualmente fanática devoção e a mesma foca-se no maldito estrangeiro e no traidor. Mesmo se as Igrejas diminuíam/desapareçam, a importância da religião permaneceu até aos nossos dias mesmo após o diferendo.

## IV.3 – A Relação entre a Inglaterra e a Irlanda

### ***IV.3.1 – Os Troubles***

Em Agosto de 1969, quando a situação em Belfast foi muito seria, as autoridades irlandesas insistiram em referirem-se aos “seis condados” da Irlanda do Norte para sublinhar o seu estatuto diminutivo e apelar as Nações Unidas para a questão urgente de enviar uma força de manutenção de paz.

Em 19 de Agosto, o Governo Britânico produziu aquilo que se tornaria conhecido como a primeira Declaração da Downing Street que afirmava *“que a responsabilidade dos Assuntos na Irlanda do Norte é inteiramente uma matéria doméstica”*, citando Arthur in Aughey & Morrow (1996), p.115.

Um dia mais tarde, Patrick Hillary, ministro Irlandês para os negócios estrangeiros pediu uma reunião ao abrigo do Artigo 35º das Nações Unidas, uma reunião urgente do Conselho de Segurança para considerar a crise. Com o crescimento do IRA e alegações de tráfico de armas feitos contra membros do governo Irlandês passou a haver uma relação mais sóbria entre Dublin e Londres.

### ***IV.3.2 – A dimensão Irlandesa***

Durante um curto período de tempo as relações Anglo Irlandesas entraram num breve período que deu frutos no período após a imposição do governo directo em Março de 1972. Durante este tempo as relações Anglo Irlandesas entraram num breve período que deu frutos após a imposição do governo directo em Março de 1972. Durante este tempo o conceito de uma dimensão Irlandesa foi introduzido em documentação oficial.

Apareceu pela primeira vez, num artigo de opinião em Outubro de 1972 e foi reforçado no Papel Branco das propostas constitucionais da Irlanda do Norte que reconheceu no seu parágrafo 110 que o Reino Unido favorece e está preparado para facilitar a formação do Estado da Irlanda.

Despida da sua retórica, a dimensão Irlandesa aceitou que um arranjo devia incluir o reconhecimento do estatuto da Irlanda do Norte e que tal estatuto iria continuar a não ser com o consentimento expresso pela maioria, reconheceu-se que lá era e foi uma interdependência económica e de segurança sublinhada por ambos

os Estados, aquando do acesso a CEE em 1 de Janeiro e assumiu-se que a Republica iria reciprocamente em alguns arranjos.

A extensão destas relações entre Dublin e Londres melhorou e aquelas entre Conservadores e Unionistas enfraqueceram. Tal melhoria foi manifestada na introdução da dimensão e da decisão de que o modelo de Westminster era inapropriado para uma sociedade profundamente dividida como era o caso da Irlanda do Norte.

Durante o período de governo trabalhista durante 1974 e 1979, como nos relata Arthur in Aughey & Morrow (1996), p.116, "*as relações entre Britânicos e Irlandeses entraram num buraco negro*". A dimensão Irlandesa entrou no domínio da retórica e cedo, críticas duras da repartição de poder foram amaciadas para a aspiração de um governo da Irlanda do Norte que nas palavras de um documento oficial, citado em Aughey & Morrow (1996), p.116 "*seria provável comandar a mais espalhada aceitação por toda a comunidade.*"

Entre 1974 e 1979, a estratégia dos nacionalistas irlandeses voltou-se para a internacionalização do problema. As relações diplomáticas bilaterais com Londres eram frias e raras. O contacto com os políticos americanos de ascendência Irlandesa foi fundamental.

Tal resultado foi uma mudança na política dos EUA a partir de uma preocupação benigna que de envolvimento maior todo do qual era para ser visto na assinatura do Tratado Anglo – Irlandês em Novembro de 1985 e no Quadro documental de Fevereiro de 1995. Três explicações podem ser deduzidas: divisões na América Irlandesa entre apoiantes do IRA e daqueles a favor do Constitucionalismo; a natureza, a aritmética do Congresso e uma cuidadosa política liderada por John Hume do Partido Trabalhista e pelos governos Irlandeses para criarem lobbies na administração.

### **IV.3.3 – Internacionalizando a questão**

Como Arthur refere in Aughey & Morrow (1996), p.117, "*as divisões americanas e o tema Irlanda subiram primeiro à superfície quando o Comité Americano Irlandês mais conhecido como Comité de Ajuda à Irlanda do Norte foi fundado*". Era entendido como sendo uma organização que angariava fundos para o IRA. Apesar de este grupo favorecer financeiramente a Unidade Irlandesa, eles estavam firmemente contra a actuação violenta do IRA. Este grupo foi fundado pelos senadores Kennedy e Moynihan, tendo como Porta-voz, o senador Tip O'Neil e pelo governador Hugh Carey.

Este grupo tinha influência na administração Carter porque O'Neil foi o terceiro mais velho elemento do estabelecimento político e Kennedy era visto como um potencial rival do Presidente Carter.

Um exemplo desta voz mais moderada e assertiva dos Irlandeses na América ocorreu nas eleições gerais de 1979, quando numa visita a Grã-Bretanha e a Irlanda. O'Neil acusou o antecessor de tratar a questão da Irlanda do Norte como futebol político.

O' Neil exigiu acção positiva do governo futuro. A sua interferência foi saudada com raiva, mas surpreendentemente o governo de Margaret Thatcher estava prestes a mudar o rumo na Irlanda do Norte.

A própria Thatcher foi vista como uma apoiante firme da União e o manifesto conservador tinha sugerido uma política mais integracionista e consciente na segurança. Dentro de um ano esta política foi virada para procurar uma solução para melhorar as relações entre Britânicos e Irlandeses, ambos dos quais foram encorajados pela nova administração em Washington liderada pelo Presidente Reagan.

O processo formal Anglo – Irlandês começou numa cimeira em Londres em Maio em 1980 quando Thatcher e Haughey realizaram um comunicado conjunto que referia a relação única entre as duas ilhas.

A cimeira de Maio foi seguida por uma em 8 de Dezembro quando Thatcher esteve acompanhada pela mais impressionante delegação política Britânica para visitar Dublin após a Partição da Irlanda. Então os governos concordaram que o progresso substancial tem sido feito desde Maio em matérias de energia,

transporte, comunicação, desenvolvimento entre fronteiras e segurança. Todas estas actividades vieram debaixo da rubrica de que a comunidade chamou a totalidade dos relacionamentos dentro destas ilhas.

Adicionalmente concordou-se em se realizarem estudos que cobrissem as possíveis novas estruturas, institucional, direitos de cidadania, matérias de segurança, cooperação económica e medidas para encorajar a compreensão mútua. Entre Dezembro de 1980 e Novembro de 1985 tomaram lugar series de cimeiras. Em Novembro de 1982 um Conselho Anglo – Irlandês foi criado.

Não se pense contudo que gerações eram harmoniosas. De facto as relações entre Londres e Dublin entraram por um caminho pegajoso em 1981-1982. São possíveis explicações. Uma concerne-se ao uso daquela fase fatídica. A totalidade dos relacionamentos.

A segunda foi centrada acerca das percepções de como lidar com a greve de fome. O governo Irlandês não estava a favor de ceder as exigências dos grevistas de terem estatuto político mas acreditava-se que o compromisso em terrenos humanitários foi necessário para evitar a polarização total dentro da Irlanda do Norte. Por outro lado Thatcher conduziu o debate como se fosse uma batalha entre o bem e o mal.

Os resultados como nos refere Arthur in Aughey & Morrow (1996), p. 118 "*foram o aumento dos fundos dos Irlandeses Americanos para o IRA; a criação de uma polarização entre comunidades explosivas e uma ambivalência fatal no campo da liderança política*".

Os Republicanos moveram-se para o centro e as relações Anglo Irlandesas deterioraram-se.

#### **IV.3.4 – O Acordo Anglo Irlandês**

Foi assinado em Novembro de 1985 com o relatório entregue em Maio de 1984, ao reexaminarem o Nacionalismo nos finais do século XX, por parte do *New Irland Forum*, mostrando alguma sensibilidade ao Unionismo e ofereceu alternativas à obsoleta unidade Irlandesa. O relatório continha o suficiente para permitir que Dublin e Londres dessem o pontapé de saída no processo de negociações, a que seguiu posteriormente o acordo.

Foi significativo a vários níveis. Foi aceite sob a forma de um Acordo formal sobre o Artigo 102 das Nações Unidas. Tinha uma dimensão Internacional para regenerar uma luta económica por considerar da possibilidade de assegurar o apoio internacional para este trabalho. Os EUA, o Canadá e a Nova Zelândia contribuíram para um Fundo Internacional para a Irlanda estabelecido em Setembro de 1986. O Acordo teve um forte enquadramento institucional.

Tal acordo, como nos refere Arthur in Aughey & Morrow (1996), p.119, consistiu *numa conferência Intergovernamental preocupada com a situação vivida na Irlanda do Norte e com as relações entre as duas partes da Ilha, para negociar neste acordo numa base regular assente em:*

1. *Matérias políticas;*
2. *Matérias de segurança e relacionadas;*
3. *Matérias legais, incluindo a administração da justiça;*
4. *A promoção de cooperação entre fronteiras.*

*Dois aspectos deste documento são de assinalar. Um primeiro encontra-se preocupado com o quadro de governos na Irlanda do Norte e o segundo como sendo uma compensação partilhada entre os governos Britânicos e Irlandeses para assistirem a discussão e negociações envolvendo as partes envolvidas na Irlanda do Norte”.*

Noutras palavras os documentos estavam fazendo tentativas e perseguindo uma dupla política de devolução dentro de uma perspectiva de três Estados.

Não houve garantia de que tal aconteceu mas o que mostrou foi o grau no qual o motor da mudança política estava sendo guiado por uma equipa composta por

Irlandeses e Britânicos assistida na sua retaguarda pela Administração Clinton nos Estados Unidos da América

#### **IV.4 – A Economia da Irlanda do Norte**

A economia deve um papel importante apesar de frequentemente subestimado na política da Irlanda do Norte. Do lado Unionista a emergência de Belfast como a única grande cidade industrial na Irlanda no século XIX foram ambas um produto da União e uma das razões mais fortes para a sua manutenção. Por sua vez os Nacionalistas consideraram que a partição preveniu o desenvolvimento harmonioso de uma simples economia natural na Ilha. Os turnos na economia da Irlanda do Norte desde a partição formaram um contexto essencial para a compreensão dos desenvolvimentos políticos e possibilidades.

##### **IV.4.1 – O legado económico de Stormont**

A estrutura económica do novo Estado foi dominada por indústrias que iriam viver problemas severos nas décadas de guerra interna – a indústria da construção de navios, linho e agricultura que juntas empregavam 40 e 50% da população trabalhadora. O Complexo de construção de navios The Harland e Wolff simbolizava a modernidade e a força da economia do Norte e empregava mais do que 30000 pessoas em 1920. Todavia enfrentou grandes dificuldades num mercado mundial onde era.

Com o resto da indústria de construção de navios Britânica, era assunto para uma maior competição de países como os Estados Unidos e os países nórdicos que reforçaram as suas indústrias com subsídios durante a 1ª Guerra Mundial.

Apesar desta situação a indústria de construção de navios da Irlanda do Norte exibiu-se razoavelmente bem até 1930. Em 1929, quer a maior no mundo e o maior navio único, o *Brittanic* foi lançado em Belfast, a Indústria foi fortemente atacada pela depressão mundial após 1929.

Em 1932-33, o emprego caiu um pouco ao nível de 1929-30 e em 1935 e o mais pequeno dos dois portos, Workman Clark, fechou. Apesar da recuperação a partir das profundezas da depressão, o progresso da construção naval foi menor que noutros portos Britânicos largamente porque a sua especialização passada em linhas de montagem maiores significou que recebeu poucos contratos.

A indústria de linho empregou 76000 pessoas em 1912 e a força de trabalho expandiu rapidamente para 90000 devido a procura em tempo de guerra para artigos como tendas e equipamento hospitalar. Contudo, após a Primeira Guerra Mundial houve um súbito declínio na procura. Tal foi produto de uma conjuntura de factores mas o mais importante foram as mudanças na moda feminina e o aumento do custo do linho em comparação com outros têxteis como o algodão e novas fibras como o rayon.

Por todo o mundo a economia mundial no período de guerra interna, a agricultura sofreu de produzir mais que devia e do agravar dos termos de troca. Os preços dos bens agrícolas comparados com os bens industriais caíram na década de 1920 e após 1929.

O sector agrícola empregou um quarto da força total de trabalho na Irlanda do Norte em 1926. Foi dominada por pequenas quintas: 70% eram abaixo de 30 hectares e o resultado por cabeça era baixo em apenas 46% do nível Britânico em 1924. Tal foi uma baixa receita num sector pouco renumerado e quaisquer melhorias na eficiência e a produtividade resultavam em menor oferta de trabalho. O governo então adoptou um conjunto de políticas para atenuar o problema do desemprego. O movimento Unionista do Ulster tem sido visto pela esmagadora maioria da força de trabalho Unionista e Protestante do sector naval como um grupo chave cujos interesses tinham que ser salvaguardados. Isto explica a introdução do Acto de Empréstimos garantidos, os quais o governo garantiu contra o padrão de algum empréstimo para a indústria naval feito por bancos e companhias de seguros.

Sem o apoio do *Midland Bank*, o porto de Harland and Wolff podia ter bem falido na década de 1930. Como tal os Actos de Desenvolvimento da Nova Industria de 1932 e 1937 que tinham como objectivo atrair novas empresas para a província, embora sem sucesso relativo, reflectiram uma preocupação do governo para ser vista com a classe operária para se fazer algo para derrubar o desemprego.

Contudo devido à atitude passiva do governo do Reino Unido durante a maioria do período de guerra interna havia limites severos a que um governo regional podia ser sancionado, caso tentasse atrair a nova indústria.

#### **IV.4.2 – A luta pela paridade**

Talvez a mais significativa luta para o governo da Irlanda do Norte foi a tentativa para transformar as provisões financeiras do Governo da Irlanda do Norte para aliviar. O Acto foi introduzido numa altura quando as indústrias locais ainda continuavam a florescer a partir da guerra e do crescimento no período pós-guerra. Assumiu-se que a devoluta administração em Belfast seria capaz de apoiar todas as suas funções e os serviços providenciou a partir dos impostos conseguidos na província.

A paridade significava que os pagadores de impostos pagavam os mesmos impostos como os cidadãos no resto do Reino Unido (Westminster controlava as formas mais importantes de taxação). A Irlanda do Norte deveria ter os mesmos níveis de apoio social em termos de desemprego, de subsídios de doença e pensões de reforma.

Um importante passo no objectivo da paridade ou 'passo a passo' foi o acordo com a Tesouraria em 1925 de que o pagamento de uma contribuição imperial se tornou uma questão residual: tal contribuição devia ser paga após os serviços da Irlanda do Norte tivessem feito as suas reivindicações nas receitas provenientes dos impostos. A tesouraria também concordou em 1926 para ajudar a apoiar financeiramente o Fundo de Desemprego naqueles anos, onde, devido ao grande número de pessoas sem trabalho, havia um *deficit*. Embora alguns membros do Gabinete da Irlanda do Norte e alguns serventes civis mais velhos em Belfast partilharam o ponto de vista da Tesouraria Britânica de que se for possível a Irlanda do Norte ser auto-suficiente, isto é, viver apenas daquilo que produz, a atitude dominante das administrações Unionistas sucessivas era de que os Cidadãos do Reino Unido eram intitulados para os padrões Britânicos, mesmo se tal significasse uma subvenção a partir da Tesouraria.

#### **IV.4.3 – A economia nas décadas de 1950 e 1960**

Após o fim do crescimento do período pós-guerra verificado em 1951 os velhos problemas das indústrias do norte afectas ao sector de selos. As indústrias navais e têxteis enfrentaram a competência de outros países e enquanto o Porto de *Harland and Wolff* empregava 20000 pessoas em 1960, a sua força de trabalho seria cortada para 11000 nos quatro anos seguintes. A indústria têxtil tinha que modernizar e racionalizar a produção enfrentando de uma competição intensa vinda a partir de fibras artificiais e como resultado reduziu a sua força de trabalho significativamente.

O sector agrícola que naquela altura empregou 1/6 da força de trabalho em 1950 viu uma intensificação do processo de amalgamação e de mecanização que resultou num declínio por um terceiro na sua força laboral entre 1950 e 1960. A extensão pós-guerra do Estado do bem-estar e a criação da permitiu um aumento compensatório no emprego nas áreas da educação e da saúde. Contudo, a contracção dos selos e uma taxa de natalidade relativamente alta resultaram a uma queda substancial no emprego. Durante a década de 1950, o desemprego perfazia uma percentagem de 7,4%

O governo da Irlanda do Norte tinha decidido em 1944, de que os problemas inevitáveis da ressaca da 2ª Guerra Mundial seriam apenas derrubados pela diversificação da estrutura industrial através da atracção de investimento a partir de fora da província. O Acto do desenvolvimento das indústrias providenciou uma vasta gama de incentivos para atrair novas empresas para a Irlanda do Norte, permissões de investimento, concessões de impostos e novas fábricas com rendas baixas.

No ano de 1963 alguns 50000 empregos foram criados nas tomadas assistidas pelo governo, sendo que desde 1945, a maioria destes deveram-se aos investimentos externos.

O processo de atrair investimentos vindos do exterior acelerou na década de 1960, já que o governo Unionista de Terance O'Neill pôs uma maior ênfase na modernização de infra-estruturas da província com novas estradas, uma nova universidade e um projecto falhado de uma nova cidade em Craigavon. Entre 1958 e 1973, os postos de emprego em empresas pertencentes a países estrangeiros

creceu de 4515 para 26141. Nos anos 60, a produção da manufactura cresceu mais rápido na Irlanda do Norte do que no Reino Unido com um todo com um crescimento totalizando 60% pela década.

Nos primeiros anos da década de 70, o sector da manufactura controlado pelo estrangeiro tornou-se, no entender de Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.124 *“a força dinâmica na economia da província”*.

Contudo havia pouca evidência de que o sector da manufactura local tenha sido capaz de melhorar a sua posição de competição, e o optimismo da década de 60 iria brevemente dar lugar a um profundo pessimismo como o fim do *boom* do pós-guerra na economia mundial revelou as lacunas de uma estratégia de desenvolvimento dependente do investimento interno.

O *crash* mundial após 1973 radicalmente reduziu a quantidade de investimento móvel internacional ao mesmo tempo que algumas das multinacionais mais antigas saíram da Irlanda do Norte. Este fenómeno foi mais evidente na área dos produtos têxteis onde a maioria das companhias ‘mestros’ atraíam nos últimos da década de 50 e nos anos 60 e retiraram-se nos anos 70. Tais tinham sido produtoras de fibras sintéticas e enfrentaram na altura uma combinação de recessão mundial e competição originária de importações mais baratas feitas a outros países.

A violência política dos Troubles como nos refere Patterson in Aughey and Morrow (1996) p.125 *também “actuou como um desincentivo adicional ao investimento externo, visto que a violência e a situação política caótica naquele período afugentava os investidores de procurarem oportunidades de negócio na Irlanda do Norte*. A indústria local sofreu das recessões após 1973 e ainda mais radicalmente após 1979. O resultado foi uma queda de 40% no sector do emprego nas indústrias de manufactura entre 1974 e 1985.

Em 1976, um relatório acerca da estratégia industrial e económica na província, isto e O Quigley Report) notou que, citando Patterson in Aughey and Morrow (1996) p.125, que *“a economia da Irlanda do Norte estaria em serias dificuldades e se medidas serias não fossem tomadas, o cenário iria ser cinzento”*.

Naquele tempo a taxa de desemprego era de 10% e em 1983, cresceu ate aos 15,5% e em 1986, no auge da intervenção do Thatcherismo na indústria local, aos 17.25%. Nos primeiros anos de 1990 houve sinais de crescimento houve sinais de

crescimento e mesmo de sucesso relativo em alguns sectores. Contudo o desemprego permaneceu alto, compreendendo taxas de 13 e 14% nos primórdios da década de 1990, sendo mesmo a taxa mais elevada de todas as regiões do Reino Unido.

Já nos anos 70, o declínio do sector das manufacturas foi contrabalançado por um rápido crescimento no sector terciário em que se verificou uma expansão massiva dos serviços do governo. No caso dos serviços sociais como a saúde e a educação houve uma expansão geral pelo Reino Unido na altura, mas na Irlanda do Norte, houve um aumento muito mais rápido, comparativamente com a média nacional.

A própria violência, como refere Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.125 *“incentivou os governos Britânicos a serem generosos para a província como se acreditasse de que havia uma relação entre a privação social e a instabilidade política”*. Para um período nos anos 1970 sobre o mandato do secretário de Estado Trabalhista, Roy Mason, o desenvolvimento económico foi visto como uma alternativa aquilo que foi visto como uma tarefa fútil e ingrata de convencer os partidos políticos a concordarem com um acordo político.

De facto a Irlanda do Norte, foi isolada para todos os efeitos pela revolução económica instaurada pelo executivo de Margaret Thatcher. Foi referida citando Aughey & Morrow (1996), p.125 como uma *“república keynesiana”* por alguns dos seus apoiantes mais fervorosos. Contudo os anos do mandato de Thatcher viram um tampão no rápido crescimento do sector público. Fora da área de intervenção das forças de segurança, o crescimento nos serviços públicos estava parado e em algumas áreas estava invertido, ou seja estava em declínio.

Em suma, segundo Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.127 *“uma paz duradoura podia certamente remover um dos factores mais negativos para a atracção de nichos de mercado provenientes do estrangeiro”*.

A estabilidade política devia criar um clima melhor para o investimento e alguns economistas tinham argumentado de que um aumento da cooperação entre autoridades de desenvolvimento da Irlanda do Norte e da Republica da Irlanda podia produzir ganhos económicos reais e significativos. Mas a paz todavia, segundo Patterson in Aughey & Morrow (1996), p.127, podia *“também significar reduções no aumento do aparato de segurança da Irlanda do Norte, significando menos*

*trabalhos e grandes quedas na receita para certos grupos*". Ou seja qualquer esperança de paz iria trazer tantos problemas como oportunidades para uma economia com graves problemas estruturais.

## IV.5 – A Irlanda do Norte e a União Europeia

### ***IV.5.1 – A Irlanda do Norte como membro da Comunidade Europeia***

Como parte do Reino Unido, a Irlanda do Norte juntou-se a Comunidade Europeia (CE) em 1973, segundo os votos nas casas do Parlamento para ratificarem este passo. A partir daquele ano, foi introduzida uma nova dimensão no contexto socioeconómico e político da Irlanda do Norte e virtualmente em todos os sectores do Estado e da Sociedade civil como os *policy-makers*, partidos políticos, grupos de pressão, elites variadas e os eleitores tiveram que estar nos termos que exigem a inclusão na Comunidade Europeia.

Olhando atrás para a entrada na União Europeia, um factor tem especial relevo: A Irlanda do Norte aderiu a comunidade numa época marcada por distúrbios políticos e civis na província. Como Hainswoth in Aughey & Morrow (1996), p. 129, ilustra nos finais da década de 1960 *“os Troubles tenderam inevitavelmente a preocupar a atenção enquanto os desenvolvimentos nos anos 70, tal como a soberania directa a divisão de poderes e a greve do Conselho dos Trabalhadores do Ulster relegaram para segundo plano acerca da Comunidade Europeia”*.

A integração Europeia foi uma área política chave e destinada a desempenhar um papel maior nos anos seguintes. Gradualmente as forças socioeconómicas e políticas da Irlanda do Norte procederam ao planeamento das suas perspectivas visando satisfazer os requisitos da adesão a Comunidade Europeia.

Antes de 1973, a discussão e a especulação concentraram-se nos esforços prováveis dos membros da Comunidade Europeia acerca dos empregos, agricultura, comercio, soberania e em termos da fronteira Irlandesa. Após a adesão um ponto de referência foi o referendo sobre a adesão.

De acordo com Hainswoth in Aughey & Morrow (1996), p. 129, *“os distúrbios locais e a falta de familiaridade associada com/ou a falta de interesse a Comunidade Europeia combinou para manter a assistência eleitoral baixa na Irlanda do Norte em que uma*

*percentagem de apenas 47% da população votou contrastando com a percentagem total de adesão de 65% as urnas por todo o Reino Unido”, sendo tal retratado por mas a coesão providenciou aos partidos políticos na província com uma oportunidade óbvia para apresentarem as suas propostas políticas na Comunidade Europeia.*

Inevitavelmente este referendo chocou com os pontos de vista respectivos nas matérias políticas e constitucionais pertencentes a Irlanda do Norte. *“O debate acerca da Europa interagiu fortemente com a controvérsia acerca do estatuto da Irlanda do Norte como uma identidade local e desde o início, esta foi uma característica da qualidade de membro da Comunidade Europeia por parte da Irlanda do Norte”,* como nos refere Hainsworth em Aughey & Morrow (1996), p.129.

O referendo resultou numa maioria relativa (52%) para a permanência da Irlanda do Norte dentro do contexto da Irlanda do Norte na Comunidade Europeia e as forças políticas favoráveis à União Europeia podiam cantar vitória da qualidade atracada na percentagem de votos ‘Sim’ que foi mais sonante (64%) no total do Reino Unido.

Como nos ilustram Hainsworth em Aughey and Morrow (1996) p.131, os partidos políticos da Irlanda do Norte que apoiaram a adesão a CEE foram: *“o Partido Social e democrata Trabalhista (Social Democratic Labourist Party), o Partido da Aliança (Alliance Party) e finalmente o Partido Unionista da Irlanda do Norte.*

*Por sua vez Partido Unionista Democrático (Democratic Unionist Party), os republicanos do Sinn Fein e uma extensão menor, o Partido Unionista do Ulster, foram contra a adesão ao contexto comunitário europeu”.*

#### ***IV.5.2 – Partidos Políticos***

O SDLP foi o mais firme e, certamente, o maior e mais significativo apoiante da Integração Europeia por parte da Irlanda do Norte. Sob a liderança de John Hume, o SDLP tirou lições do processo pós-guerra da Integração Europeia, aplicando estes a Irlanda do Norte. A resolução de diferenças entre Estados Europeus, sendo que alguns tinham estado historicamente em guerra foi vista com um exemplo de boa prática para a Ilha da Irlanda. Igualmente as práticas referidas por Hainsworth in Aughey and Morrow (1996) p.130 *“tais como a representação*

*proporcional em termos de votos, divisão de poder e de compromisso são vistos pelos trabalhadores com conceitos valiosos para a Irlanda do Norte”.*

Além disso Hume uniu políticas declaradamente pós-nacionalistas nas quais Estados-nação, como são o Reino Unido e a Irlanda irão nascer menos poder e soberania a medida que a dimensão supra-nacional e a dimensão regionalista tiveram um papel mais preponderante. Os Unionistas e outros críticos do SDLP, contudo não aceitaram esta interpretação e entenderam a agenda ‘nacionalista’, assentando na linguagem da integração Europeia e do pós-nacionalismo pela sua legitimidade.

Apesar disso o palco europeu, como nos refere Hainsworth in Aughey & Morrow (1996), p.130 “*foi próspero para os trabalhistas*”, na medida em que Hume fomentou apoio dentro das instituições da União Europeia, destacando-se ao Parlamento Europeu onde, como um dos três membros do Parlamento Europeu sentou-se dentro do maior grupo político, a Confederação dos Socialistas Europeus. Desde as primeiras eleições directas no parlamento europeu em 1979, Hume foi reeleito para Estrasburgo e em 1994, os seus 28,93% representaram a maior pontuação do SDLP em qualquer eleição importante.

O líder do DUP (Democratic Ulster Party), Ian Paisley, como Hume, ganhou quatro eleições consecutivas para o Parlamento Europeu, cada vez encabeçava a votação de forma impressionante com percentagens compreendidas entre 29% e 33%, Paisley foi um crítico de longa data da Integração Europeia considerando como a criação os inspirados pelo Catolicismo e por Partidos ideologicamente apoiantes da Democracia Cristã.

O processo foi visto pelos Unionistas Democráticos do DUP como uma ameaça à soberania nacional e para minar as fronteiras da Irlanda e conseqüentemente à base constitucional da Irlanda do Norte.

No Parlamento Europeu, Paisley sentou-se como um independente oferecendo uma ‘voz Protestante e Lealista livre e sem medo’, imune a qualquer membro de um partido transnacional restritivo.

O objectivo de Ian Paisley na Europa foi defender a União da Irlanda do Norte e lutar contra as forças Republicanas e Nacionalistas da Irlanda.

Apesar da retirada da União Europeia ter sido uma opção muito apoiada dentro do DUP, Paisley estava preparado a trabalhar dentro do contexto existente para segurar a ajuda a Irlanda do Norte e a sua abordagem foi muito evidente entre 1994 e 1995, por exemplo a medida que os três membros do Parlamento Europeu juntaram-se para assegurar os dinheiros da União Europeia para suportarem iniciativas de paz naqueles anos.

Como o DUP, o Ulster Unionist Party, nega a União Europeia qualquer papel nos assuntos políticos e constitucionais da Irlanda do Norte. Todavia, um aspecto significativo das eleições na Irlanda do Norte foi a inabilidade do Ulster Unionist Party para despromover Paisley de ser o euro candidato mais importante.

O Alliance Party foi um membro do agrupamento Europeu Liberal, Democrático e Reformista (ELDR) na União Europeia e portanto foi fortemente pré-integração. Consequentemente, as medidas mais pro-integracionistas – O Mercado Único Europeu, o federalismo, Maastricht, a dimensão social e a União Económica e Monetária entre outras, foram apoiadas e suportadas por parte do Partido da Aliança.

Em contraste, como nos refere Hainsworth in Aughey e Morrow (1996), p. 131 *“o Sinn Fein foi um crítico de longa data da Integração Europeia equacionando o processo com a perda de soberania Irlandesa, uma ameaça à tradicional neutralidade Irlandesa e um veículo ultra capitalista e imperialista”*. Nos anos 90, todavia o Sinn Fein demonstrou um maior reconhecimento da União Europeia como uma realidade e uma tentativa de projectar o diferendo num contexto europeu.

Nas nações eleições europeias, contudo, nem a Aliança nem o Sinn Fein foram capazes de competir com a atracção pelos candidatos dos maiores partidos. De facto apenas quatro deputados representaram a Irlanda do Norte no Parlamento Europeu desde 1979, eles foram Paisley (DUP), Hume (SDLP), Nicholson (UUP) e de 1979 a 1989, John Taylor – e eram sempre deputados pertencentes aos partidos principais do radar político da Irlanda do Norte.

### ***IV.5.3 – Representando a Irlanda do Norte na Europa***

Os três membros do Parlamento Europeu foram parte da estrutura representativa da Irlanda do Norte, no Parlamento Europeu. A província é formalmente representada no poderoso Conselho de Ministros em que representantes governativos e ministros dos membros da União Europeia, pelos ministros do governo do Reino Unido.

Segundo a opinião de Aughey & Morrow (1996), p. 131 "*isto significou um papel activo e dominante do Secretário de Estado da Irlanda do Norte*", quando as matérias pertencentes à província estavam raramente no topo da agenda. Mais propriamente, os Secretários de Estado para a Irlanda do Norte e os seus ministros serviam de ligação oficial entre a Irlanda do Norte e os comités políticos da Comunidade Europeia situados em Londres e Bruxelas.

Ocasionalmente, como nos ilustra Hainsworth in Aughey & Morrow (1996) p.132 *as matérias da Irlanda do Norte tinham um papel mais central nos assuntos da CE/UE, notavelmente nos primeiros anos da década de 1980 com o apoio comunitário para a renovação urbana de Belfast e outra vez nos meados da década de 1990 com as deliberações sobre a contribuição da União Europeia para o processo de paz emergente na Irlanda do Norte.*

A representação da Irlanda do Norte na Europa foi o remetido para o *Northern Ireland Office* para assegurar que os departamentos governativos na Irlanda do Norte recebessem os documentos e artigos apropriados da autoria da União Europeia/Comissão Europeia.

Alem disso, o NIO e o NICS por turnos, tentaram assegurar que os ministros do Governo, oficiais da Comissão Europeia e outros partidos relevantes tivessem conscientes das preocupações da Irlanda do Norte na Europa e vice-versa.

Os mais importantes departamentos em matérias europeias dentro do NCIS são: o Departamento da Agricultura (DANI) o Departamento do Desenvolvimento do Departamento Económico (DED) e o Departamento de Finanças e Pessoal (DFP), todos quais tiveram contactos directos com Bruxelas.

Estruturas locais tais como a *Industrial Development Board* (IDB) e a *Local Enterprise Development Unit* fizeram parte desta estrutura.

O Secretariado Central no Castelo Stormont também actuou com o coordenador e facilitador na Europa dentro dos departamentos da Irlanda do Norte e tem contactos com a Comissão Europeia por via da Representação Permanente do Reino Unido. As tentativas para encorajar a Comissão ou a União Europeia para ter um papel político mas extensivo a Irlanda do Norte tiveram tendência a falhar. Westminster, incluindo as estruturas do comité providenciou um nível parlamentar distante e mais cobiçado em que os 17 membros do Parlamento da Irlanda do Norte (e outros) podem questionar os ministros e debater assuntos europeus.

Desde a duplicação dos membros no Parlamento Europeu representativos da Irlanda do Norte, para a maior parte como os membros do Parlamento daquelas duas décadas uma ligação útil foi criada entre Westminster e Estrasburgo – apesar dos críticos apontarem os constrangimentos de então chamado “duplo mandato”. Westminster contudo funciona com um importante advogado representativo, não apenas devido a soberania parlamentar, mas também devido ao *deficit* democrático na Irlanda do Norte. Os poderes do governo local eram fracos. Stormont foi suspensa e as organizações governamentais proliferavam.

Como nos refere Hainsworth in Aughey & Morrow (1996), p. 133 “*A Irlanda do Norte não tinha um organismo paralelo, específico e oficial no coração da Europa*”. Em alguma extensão, o escritório da Comissão Europeia na Irlanda do Norte baseado em Belfast desempenhou um papel útil ao articular preocupações locais em Bruxelas e vice-versa providenciando aviso, informação e oportunidades de financiamento.

Também um desenvolvimento mais recente tinha sido o estabelecimento de um Centro da Irlanda do Norte na Europa independente e não-governamental. Sediado em Bruxelas, muito perto da Comissão Europeia, o escritório serve como um posto de escuta e um canal de entrada de negócios, comunidade, social, legal, governo local e outras matérias que tinham implicação para a Irlanda do Norte na Europa.

## **Capítulo V – Do Acordo de Belfast (*Happy Fridays*) ate aos nossos dias**

### **V.1 – Início das Negociações**

De acordo com o artigo de DARBY, John (2003) *“antes de 1998, foram encetadas diversas tentativas para conseguir a paz embora sem sucesso, apesar dos vários cessar-fogos feitos, sendo que foi em 1997 que o líder trabalhista Tony Blair tomou posse com uma larga maioria parlamentar”*.

O IRA declarou outro cessar-fogo em 20 de Julho de 1997 e o Sinn Féin entrou nas negociações no dia 9 de Setembro.

No decorrer das negociações, os Unionistas recusaram a colaborar directamente com os republicanos convertendo estes contactos em contactos de aproximação. Relatos de zangas internas e dissidências dentro dos republicanos (IRA e Sinn Féin) sublinharam o crescente nervosismo entre os republicanos. Também se verificaram divergências dentro dos Unionistas do UUP, sendo que quatro dos seus 10 representantes apelaram publicamente para que o partido deixasse as negociações.

Em Abril, o responsável pelas conversas, George Mitchell solicitou a data limite de 9 de Abril para um acordo com o objectivo de facilitar um referendo em Maio.

Nos finais de Março, as negociações intensificaram-se, embora muitos problemas ainda estavam a nu. O UUP e o SDLP tinham perspectivas diferentes de como o poder devia ser partilhado entre as diversas comunidades da Irlanda do Norte. Por sua vez o Sinn Féin estava profundamente apreensivo para com a de qualquer nova assembleia na Irlanda do Norte e contribuiu pouco para as negociações neste assunto.

O UUP estava preocupado com o mandato dos corpos institucionais dos dois países e da sua relação com a Assembleia da Irlanda do Norte e o Parlamento Irlandês e ansioso para assegurar a ligação do governo Irlandês com as mudanças propostas para sua reivindicação constitucional no território da Irlanda do Norte.

Uma cópia do acordo de Belfast (*Happy Fridays*) foi entregue porta à porta a todas as casas da Irlanda do Norte em Abril de 1998. Este acordo continha 5 principais pressupostos como nos menciona Darby (2003):

*"Primeiro Pressuposto – O futuro estatuto constitucional da Irlanda do Norte estava nas mãos dos seus cidadãos;*

*Segundo Pressuposto – Se o povo da Irlanda, norte e sul, quisessem uma Irlanda unida, eles podiam ter um por votar nisso;*

*Terceiro Pressuposto – A atual posição constitucional da Irlanda do Norte poderia continuar dentro do Reino Unido;*

*Quarto Pressuposto – Os cidadãos da Irlanda do Norte podiam ter o direito de se identificarem e serem aceites como Irlandeses ou Britânicos ou ambas as nacionalidades";*

*Quinto Pressuposto – O Estado Irlandês poderia renunciar à sua reclamação territorial na Irlanda do Norte e em vez de isso definir a nação Irlandesa nos termos do povo em vez do território. O princípio do consenso iria ser introduzido na constituição irlandesa."*

Como ainda nos refere Darby (2003), *"as relações dentro da Irlanda do Norte eram para ser dirigidas por uma assembleia de divisão de poderes que poderia operar numa base inclusiva"*.

Todos os partidos principais seriam membros de um governo de coligação. As decisões vitais iriam ser tomadas numa base cruzada de comunidades. As relações entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda iriam ser feitas por via de um Conselho de Ministros do Norte e Sul que poderia permitir a cooperação entre a assembleia da Irlanda do Norte e o Parlamento Irlandês em certos assuntos funcionais.

Num papel de salvaguarda, a Assembleia da Irlanda do Norte poderia apenas operar no caso do Conselho de Ministros da Irlanda do Norte e República da Irlanda também estivesse a funcionar.

Um Conselho irlandês e britânico estava a ser estabelecido. Isto poderia incluir membros dos governos britânicos e irlandeses, também como o parlamento delegado na Escócia e assembleias no País de Gales e Irlanda do Norte.

Um referendo foi feito no dia 22 de Maio de 1998 para ratificar o Acordo.

Uma significativa fatia de 71% dos votantes da Irlanda do Norte apoiou o acordo. Isto representou virtualmente todos os nacionalistas votantes, mas o unionismo

esteve mesmo dividido entre os apoiantes e oponentes do acordo. O acordo recebeu 94% do apoio popular na República da Irlanda.

Após contactos intensivos entre os partidos locais e um braço de ferro entre os governos Britânico e Irlandês chegou-se a acordo em dois assuntos chave: o número de departamentos governamentais na nova administração da Irlanda do Norte e o mandato dos corpos transfronteiriços.

Apesar destes sucessos, um número de barreiras permaneceram nos anos posteriores ao acordo.

Uma das barreiras como refere Darby (2003) "*consistia na reforma política*", um conflito real e simbólico entre unionistas e nacionalistas e um comité presidido por Chris Patten estava pronto para sugerir um caminho a seguir. O relatório de Patten de 175 propostas incluía propostas para reduzir o tamanho do exército de 11,400 para 7,500, enquanto a representação Católica de 8 para 30% em 10 anos. Os outros principais problemas estavam resumidos na frase: "não há armas, não há governo".

Os unionistas estavam ainda descontentes com as perspectivas dos republicanos do Sinn Féin assumindo na ausência da desativação do IRA. As afirmações do IRA, enquanto reafirmavam o cessar-fogo e a colaboração no processo de paz, recusando mesmo a aceitarem o princípio de que a sua desativação podia ter lugar em qualquer altura no futuro.

Em 1999, os governos Irlandês e Britânico convidaram George Mitchell para ajudar a quebrar o impasse e a revisão Mitchell resultante espremeu o Ulster Unionist Council (UUC) de 480 para 349 votos. Finalmente o executivo da Irlanda do Norte foi eleito tomou posse em Novembro. Os Unionistas do UUP e os trabalhistas do SDLP nomearam três ministros cada um e o DUP e o Sinn Féin dois ministros cada.

O descontentamento Unionista continuava a crescer e David Trimble estava cada vez mais a ter cada vez menos tempo. No princípio de Julho, o executivo anunciou o seu programa para o governo no qual os contornos de um programa legislativo e de políticas foram estabelecidos.

Contudo, com os assuntos políticos da desativação, desarmamento, desmilitarização e o policiamento por resolver a fachada de negócios como sempre

ainda parecia decididamente fina. O partido Unionista estava profundamente dividido relativamente ao acordo, muitos pensando que demasiado foi concedido aos Republicanos. O UUP continuou vulnerável aos ataques feitos pelo Partido Democrático Unionista (DUP), o que era inqualificável na sua oposição e perdeu o apoio dos eleitores nas eleições seguintes.

No lado nacionalista, o Sinn Féin também continuou a fazer incursões para obter o voto dos trabalhistas do SDLP. Para este pano de fundo da pressão eleitoral sobre os partidos do centro. Por 2003, o processo de paz esteve em suspenso até que o embaraço fosse resolvido entre as exigências unionistas para um desmembramento não qualificado do IRA e as reivindicações nacionalistas para a total implementação da política do policiamento, desmilitarização e um regresso das instituições locais.

O processo de paz tinha entregado mudanças quase inimagináveis em 1994, mas em 2003 a força das suspeitas e temores adjacente ao sectarismo pareciam tão gritantes como tinham sido em anos de conflito armado

## **V.2 – Fatores que contribuíram para o Acordo de Paz**

Segundo Fitzduff e O'Hagan (2009) podemos identificar diversos fatores que foram essenciais para o processo de paz como foram os seguintes:

- *O IRA e o Exército britânico chegaram à conclusão que a guerra não podia ser ganha militarmente e a decisão por parte do IRA que passou para o desenvolvimento de políticas a partir do seu braço político, o Sinn Féin, como uma forma alternativa de lutar pelos seus objetivos políticos;*
- *A vontade do Partido Social-democrata e Trabalhista (SDLP) em colaborar com o Sinn Féin em seguirem objetivos políticos nacionalistas comuns por meios pacíficos;*
- *Um contexto socioeconómico em mudança no qual muitas das discriminações contra os Católicos foram abolidas e no qual uma infra-estrutura social e legal para abordar problemas de desigualdade/igualdade e respeito pela diversidade começou a ser desenvolvida;*

- *Uma vontade aumentada por muitos dentro da sociedade civil, por exemplo, entre empresas, sindicatos e grupos comunitários para colaborarem de forma ativa no processo de contacto e influência política para o objetivo da paz;*
- *O desenvolvimento de novos partidos políticos pelos Lealistas e pela Aliança das Mulheres (Women's Coalition) favoreceu um novo pensamento no cenário político. A Women's Coalition, fundada em 1996, forneceu um importante campo intermédio para o diálogo entre as mulheres e outros partidos políticos. O partido oficialmente perdeu intensidade em 2006;*
- *Um contexto internacional em mudança incluindo o envolvimento proactivo do governo dos Estados Unidos da América e muitos homens de negócios e políticos dos EUA, tal como a assistência com os processos de paz em desenvolvimento a partir da África do Sul."*

Em suma estes fatores levaram ao cessar-fogo de 1994 por parte do IRA e consequentemente por parte dos Unionistas e aos cessar-fogos que se seguiram e posteriormente ao Acordo de Paz realizado em Belfast em 1998 (Happy Fridays).

### **V.3 – A Irlanda do Norte hoje em dia**

Na atualidade após o termo do mandato do ex-primeiro ministro Tony Blair em 2007, tem vigorado uma certa paz na Irlanda do Norte devido a dois fatores: a consolidação de um parlamento irlandês misto em Maio do mesmo ano e com a retirada das forças militares britânicas.

Em termos económicos, segundo a opinião de Cristiano Mendes, docente de Relações Internacionais da PUC-Minas, a Irlanda do Norte, apresentava em 2007, uma *"população mais pobre, cidades mais feias e piores condições de vida"*, quando comparada com a República da Irlanda que já estava bastante desenvolvida, sendo que nos últimos tempos se tem procurado revitalizar as condições socioeconómicas da Irlanda do Norte, por parte dos governos Irlandês e Britânico e de outras organizações externas para a tornarem sustentável e que esta tenha um papel a dizer.

Outro facto que é importante na atualidade da Irlanda do Norte consiste na diminuição das hostilidades entre as facções, que outrora estavam em conflito

(Republicanos/católicos *versus* Unionistas/Protestantes), sendo que uma medida que Cristiano Mendes mencionou para diminuir as tensões ainda latentes consistiu na criação de escola mistas para que crianças protestantes e crianças católicas estudassem juntas, visto que o conflito na Irlanda do Norte, é de cariz mais identitário do que histórico, sendo que o mesmo Cristiano Mendes reforçou a ideia de que *“essas escolas servem para parar de reforçar esse padrão de identidade católico em contraposto ao protestante, sendo que provavelmente quanto essa geração crescer essa dicotomia que foi razão de todos os conflitos deve estar mais amena no futuro.”*

#### **V.4 – Repercussões do conflito**

##### **V.4.1 – Análise estatística referente às vítimas do conflito na Irlanda do Norte (1969-2001)**

Neste ponto, vai ser verificada a análise das casualidades (responsabilidade pelos assassinatos, o estatuto das vítimas, onde ocorreram as mortes, a ordem cronológica em que ocorreram os assassinatos no decorrer no conflito da Irlanda do Norte.

Num jeito de introdução, de acordo com o artigo *The Northern Ireland Troubles: INCORE background paper* da autoria de Prof.Mari Fitzduff e Liam O'Hagan (2009) observou-se um *“total de 3529 mortes”*, sendo que *“a maioria ocorreu no início e nos meados dos anos 70”* que se referiram ao estudo *The Cost of Troubles Study*.

A maior parte dos que foram assassinados, 91% eram do sexo masculino.

Em termos de escalão etário, 53% das vítimas tinham menos de 30 anos de idade.

Em termos de distribuição por religião, os Católicos foram os que sofreram o maior número de mortes, (43%), enquanto 30% (aproximadamente) das vítimas eram protestantes.

### a) Responsabilidade pelos assassinatos (organizações)

Na tabela nº1, observou-se que a maior parte de vítimas foi provocada maioritariamente pelos grupos paramilitares, sendo que dentro dos grupos paramilitares, foram os grupos paramilitares republicanos que causaram mais baixas (2060), quando comparados com os grupos paramilitares lealistas (1016).

Grupo responsável	Número de vítimas	Percentagem (%)
British Security	363	10
Irish Security	5	0
Loyalist Paramilitary	1016	29
Desconhecida	85	2
Republican Paramilitary	2060	58
<b>Total</b>	<b>3529</b>	<b>100</b>

Tabela nº1 – Organizações responsáveis pela mortalidade nos Troubles (Em sumário);

Fonte: [http://cain.ulst.ac.uk/sutton/tables/Organisation\\_Summary.html](http://cain.ulst.ac.uk/sutton/tables/Organisation_Summary.html)

### b) Estatuto das vítimas

De acordo com a informação presente na tabela nº2, a maior parte das vítimas verificadas nos *Troubles* é de proveniência civil (52%), destacando-se um valor importante de vítimas mortais pertencentes às forças de segurança britânicas (32%). De considerar que os valores respeitantes às vítimas provenientes de grupos paramilitares são relativamente baixos com percentagens de 5% e 11% nos grupos paramilitares lealistas e republicanos, respectivamente.

Estatuto das vítimas	Número de vítimas	Percentagem (%)
British Security	1114	32
Civilian	1842	52
Irish Security	10	0
Loyalist Paramilitary	168	5
Republican Paramilitary	395	11
Total	3529	100

Tabela nº2 – Estatuto das vítimas dos Troubles (1969-2001) em sumário.

Fonte: [http://cain.ulst.ac.uk/sutton/tables/Status\\_Summary.html](http://cain.ulst.ac.uk/sutton/tables/Status_Summary.html)

### c) Localização das mortes

Em termos da localização das mortes, de acordo com a tabela nº3 estas ocorreram essencialmente na Irlanda do Norte (Belfast e condados circundantes), sendo que se registaram algumas mortes na Republica da Irlanda (3%), no restante Reino Unido (4%).

Localização	Número de vítimas	Percentagem
Belfast East	128	4
Belfast North	576	16
Belfast South	213	6
Belfast West	623	18
Britain	125	4
County Antrim	209	6
County Armagh	477	14
County Derry	123	3
County Down	243	7
County Farmagh	112	3
County Tyrone	340	10
Derry	227	6
Europe	18	0,5
Republic of Ireland	115	3
Total	3529	100

Tabela nº3 – Localização das mortes (1969-2001)

Fonte: <http://cain.ulst.ac.uk/sutton/tables/Location.html>

### d) Ano de ocorrência das mortes

Com evidência, pode-se concluir que foi na década de 1970, em que se registaram mais vítimas aquando dos *Troubles* na Irlanda do Norte (59% das mortes ocorreram nesta década), sendo que a década seguinte obtêm um número bastante significativo de pessoas que perderam a vida no conflito da Irlanda do Norte (1969-2001), sendo que 24% das mortes ocorreram entre 1980 e 1989.

#### Ano da morte            N° de mortes/Percentagem (%)

Ano de 1969	16	0
Década de 70	2095	59
Década de 80	853	24
Década de 90	530	15
2000 e 2001	35	1
	3529	100

Tabela: Ocorrência das mortes nos Troubles (1969 (medido em décadas);

Fonte: <http://cain.ulst.ac.uk/sutton/tables/Year.html>

#### **V.4.2 – O reavivamento das hostilidades**

Apesar do desarmamento dos grupos paramilitares e do abandono das forças britânicas do território da Irlanda do Norte, não se poderá dizer que este conflito esteja definitivamente terminado/extinto, pois os sobreviventes da geração que viveu os Troubles, quer do lado dos republicanos católicos, quer dos unionistas protestantes ainda recordam familiares (exemplos das marchas laranja) que perderam a vida no decorrer deste conflito, sendo de verificar que após 2001.

Sendo também de verificar, que mesmo depois dos anos em que o conflito esteve mais aceso morreram pessoas vítimas do sectarismo latente por parte dos grupos paramilitares desde 2002 – 2012, tratando-se de diversos casos pontuais (ver a Draft list of Deaths related to the conflict 2002-... da autoria de Martin Melaugh) comprovando deste modo que embora latentes, as hostilidades identitárias continuam bem patentes por parte dos grupos paramilitares de ambos os lados, sendo de verificar que a sua actividade tem sido menos intensa, registando-se apenas casos de ataques pontuais entre as duas facções motivadas por marchas ou alguns acontecimentos históricos como é caso do confronto entre católicos e protestantes no desfile da Ordem de Orange, realizado a 12 de Julho, efeméride que marcou a vitória do príncipe Willem de Orange sobre o rei James II, na batalha de Boyne em 1690, efeméride anualmente marcada pela violência, como é o exemplo desta notícia presente no Diário de Notícias de 13/07/2013.

Contudo na atualidade a situação tem-se mantido calma, com tendência a melhorar, visto que a dicotomia identitária entre católicos e protestantes tem sido ultrapassada por parte da população, existindo um maior clima de tranquilidade, sendo que a prioridade dos diversos atores (governos e populações) será recuperar a Irlanda do Norte que sofreu muito com este período nefasto da sua História e educar as presentes e as futuras gerações de jovens para que estes conflitos venham no futuro a ter um fim definitivo, sendo que este argumento é confirmado por uma frase de John Reid, secretário para Irlanda do Norte dita à BBC citado pelo Jornal O Público no dia 27 de Junho de 2012: *“para termos uma reconciliação absoluta terão que passar gerações”*.

De destacar a visita histórica à Irlanda do Norte da Rainha Isabel II no dia 26 de Junho, no âmbito do seu jubileu onde se encontrou com um antigo comandante do exército republicano Irlandês (IRA) e membro do partido republicano Sinn Féin, Martin McGuinness em que se cumprimentaram com um aperto de mão, tratando-se de um acto simbólico de reconciliação entre Unionistas e Republicanos e que deixa esperança no futuro, sendo que na opinião do mesmo John Reid citado pelo Público na sua edição de 27 de Junho de 2012: *“consiste num ponto de partida e não num ponto de chegada, sendo um passo significativo em todos os sentidos, mas é apenas mais um passo num longo processo”*.

Outra declaração a merecer a respectiva consideração a salientar consiste nas afirmações do Primeiro ministro da Irlanda do Norte e líder do DUP (Democratic Unionist Party) refere que *“acredita que uma maioria dos católicos agora apoiam a permanência da Irlanda do Norte no Reino Unido”*, reafirmando *“que o processo de paz ajudou a assegurar o lugar da Irlanda do Norte”*.

O mesmo Peter Robinson refere, no que diz respeito aos vizinhos do sul (República da Irlanda) que os via mais como *“bons vizinhos do que uma ameaça”*, tendo contado aos seus delgados que as *“relações transfronteiriças entre os dois vizinhos estão sendo melhores atualmente do que anteriormente”*.

#### **V.4.3 – Traumas e Repercussões sociais**

No que diz respeito as repercussões do conflito na população da Irlanda do Norte, além das vítimas provocadas como serão vistas num ponto posterior relativamente á descrição das vítimas dos conflitos que ocorreram na Irlanda do Norte, foi propício ao aparecimento de traumas da população do Ulster, de acordo com a Wikipedia especialmente daqueles que foram crianças e jovens adultos no tempo em que vigoraram os Troubles e o aparecimento de problemas sociais adjacentes aos traumas, como veremos a seguir, sendo o mais notável o clima de violência e intimidação diárias provocadas a partir da forte presença militar, ataques bombistas, distúrbios de rua e intimidações feitas à população (própria comunidade incluída) por parte dos grupos paramilitares de ambos os lados.

Além do clima de violência e intimidação feita por grupos paramilitares, o desemprego crónico foi outro dos problemas sociais mais graves sentidos, levando

ao abandono de casas por parte da população com medo destas serem incendiadas pelos grupos paramilitares, levando a outros problemas sociais como o vandalismo destas casas. A convivência entre indivíduos de diferentes facções era impensável e as actividades para jovens eram limitadas com bares e cinemas fechados e fortificados e até uma actividade normal como ir às compras eram limitados por portões de segurança, estando a comunidade sujeita a ser revistada pelas forças de segurança.

Os Troubles provocaram também, segundo Jack Holland mencionado pela Wikipedia, um *"hedonismo confuso"* no que diz respeito à vida privada, sendo que por exemplo em Derry, surgiram diversos problemas sociais como nascimentos ilegítimos, o alcoolismo cresceu no sexo feminino e o alcoolismo juvenil foi também um problema resultante da implementação de *pubs* em territórios nacionalista/unionista e da pouca supervisão das crianças por parte dos pais em certas áreas mais pobres.

#### **V.4.4 – Que futuro para a Irlanda do Norte?**

Em termos de futuro para o povo da Irlanda do Norte, como foi dito apesar das velhas hostilidades nos meados no século XX até ao início do século XXI (e mesmo nos dias de hoje, embora de uma forma mais latente), o futuro na Irlanda do Norte dependerá, como foi dito, do consenso de todos para que de uma vez por todas para o Ulster seja reconstruído e que as hostilidades sejam de uma vez por todas atenuadas e mesmo extintas.

Porém num conflito de cariz vincadamente identitário como foi o conflito da Irlanda do Norte e que provocou graves repercussões de diversos tipos na Irlanda do Norte pelo que o futuro será uma grande interrogação para os Irlandeses pois mesmo com o cessar-fogo dos grupos paramilitares, quer de republicanos, quer de unionistas, as hostilidades permanecem adormecidas mas ao mesmo tempo nas gerações mais antigas que viveram no auge do conflito, estas clivagens e traumas ainda permanecem vivos e bastante presentes na sua memória, pelo que como já foi referido anteriormente, terão que passar anos e diversas gerações para haver uma resolução definitiva deste conflito.

## Conclusão

Após a realização desta dissertação de mestrado pode-se concluir que o conflito da Irlanda do Norte, ou seja os *Troubles*, como um conflito político com sólidas bases identitárias, sendo legitimado por parte dos lados em confronto Unionistas/Protestantes e Nacionalistas/Católicos por esses mesmos traços vincadamente identitários, pelas várias quezílias ao longo do tempo em que durou o conflito e ao longo da história da ilha da Irlanda e por aspectos religiosos que alimentaram a animosidade entre estes dois grupos.

Este conflito teve grandes repercussões no quotidiano dos habitantes da Grã-Bretanha, não só pela violência dos grupos paramilitares, agências de segurança, exército e de outros atores que causou um grande número de mortos em ambos os lados (se bem que na atualidade, ainda se verificam assassinatos casuais com base nas hostilidades entre estes grupos étnicos que vivem no Ulster) mas também pelo surgimento de vários problemas sociais resultantes do sentimento de insegurança e de desregulação da sociedade da Irlanda do Norte como referido anteriormente nesta dissertação, que se reflectiram na própria economia e noutros sectores da sociedade da Irlanda do Norte.

Relativamente aos três objectivos que se delimitaram com a realização desta dissertação de mestrado concluiu-se em primeiro lugar que o conflito na Irlanda do Norte tendo em conta os seus antecedentes nasceu devido a três razões: a imposição de Henrique VIII em impor a sua doutrina religiosa Protestante (questão religiosa); na segregação dos Católicos pela elite Protestante não lhes reconhecendo quaisquer direitos e que por sua vez ocupou as suas terras e os tratou como cidadãos de segunda categoria levando a um sentimento nacionalista e identitário que desencadeou diversas lutas durante muitas décadas contra os Protestantes que visavam defender o seu status quo e a permanência da Irlanda do Norte no Reino Unido, com o objectivo de recuperarem aquilo que perderam por causa dos Britânicos (questões políticas e identitárias) e com a partição do Estado da Irlanda levando à criação de dois estados diferentes: A Irlanda do Norte que consiste num Estado Protestante e a República da Irlanda, que maioritariamente

consiste num Estado Católico no que se concerne à sua questão geopolítica, sendo que os seus povos travaram diversas disputas pelos seus objectivos.

Este diferendo teve também repercussões no contexto internacional, devido às greves de fome que levaram a diversas medidas contra a Inglaterra pela sua falta de compaixão e desrespeito pelos direitos humanos por parte da comunidade internacional sendo que um desses países foi Portugal que impôs uma moção contra o seu aliado histórico desde sempre, devido às barbaridades cometidas pela Inglaterra que deixou morrer os prisioneiros como Bobby Sands, vítimas da sua própria greve de fome, levando diversos países e atores internacionais a entrarem de forma indirecta nesta imbróglio, tanto nas negociações de paz como no suporte a alguns grupos paramilitares.

Relativamente quanto ao estudo dos aspectos políticos da Irlanda do Norte, como segundo objectivo específico desta dissertação, denotou-se a enorme diversidade de questões políticas como os direitos civis dos irlandeses (questão importante ao longo da questão irlandesa), os dois grandes movimentos políticos (nacionalismo e unionismo) e a sua visão para a Irlanda do Norte com base nos seus princípios ideológicos defendendo-a sem ser por via da confrontação armada e dentro do saudável debate político entre Católicos e Protestantes, mas por sua vez legitimavam a violência dos paramilitares, nomeadamente os Republicanos do Sinn Féin que queriam o abandono dos Britânicos da Irlanda do Norte e a formação de um Estado da Irlanda independente, sendo que em conjunto com outras entidades e com o atenuar das hostilidades ente povos, os partidos políticos foram mais preponderantes na construção do processo de paz do *Good Fridays Agreement* em 1998.

Finalmente quanto ao terceiro e último objectivo, numa primeira instância relativamente às relações com o Reino Unido, verificou-se que estas foram muito tensas e ainda o permanecem devido aos diversos atropelos que este fez à dignidade do povo Irlandês/Católico ao longo da História, levando a diversos episódios complicados, sendo deles um atentado contra Thatcher por parte do IRA.

Com a União Europeia, pode-se afirmar que esta despoletou diversas questões que com a adesão conjunta com o Reino Unido, por um lado alguns partidos como o partido trabalhista social-democrata e diversos partidos unionistas quiseram a adesão ao contexto da CEE para facilitar o processo de paz como foi referido anteriormente e para um auxílio desta à própria economia norte irlandesa, para garantir a sua coesão por outro lado. Por outro lado diversos partidos com o Sinn Féin à cabeça, foram contra a adesão à UE por que tal representava uma perda da soberania do povo irlandês ficando a mercê da União Europeia e do Reino Unido.

Relativamente aos aspectos da sociedade da Irlanda do Norte, pode-se concluir o seguinte: Os grupos paramilitares transformaram a vida social na Irlanda do Norte a diversos níveis e procuravam a legitimidade junto da opinião pública que precisavam para justificar as suas campanhas, sendo que o seu modo de operar é diferente entre si (Católicos mais empenhados em ataques às forças de segurança britânicas, por sua vez os Protestantes eram mais sectários na sua violência) sendo que ambos contribuíram para diversas repercussões como a insegurança e outros problemas sociais adjacentes a esta e ainda com as greves de fome (republicanos) atraíram a atenção da comunidade internacional para a questão da Irlanda do Norte e dos maus tratos de que foram alvo por parte dos britânicos.

Já as Igrejas, enquanto reflectiram mais as características de cada uma destas duas sociedades, mas tendo uma importância no seu quotidiano, especialmente no conflito, uma vez com a morte de um membro de uma determinada congregação por membros da congregação rival, o seu luto e raiva era canalizado para essa mesma congregação daí que se possa concluir que as igrejas, a partir de uma forma indirecta, legitimaram de forma ideológica as populações e os grupos paramilitares no que diz respeito à violência empregue nos *Troubles*, mas não foram a mais importante.

Em termos de projectar o futuro da Irlanda do Norte pode-se considerar que este conflito, embora que latente no pensamento dos habitantes do Ulster, sejam católicos ou protestantes, e em particular daqueles que viveram no conflito e perderam entes queridos como familiares e amigos nesse período, está em vias de ser definitivamente resolvido. De referir que oficialmente vigora a paz, mas é uma “paz podre” e qualquer coisa, pode levar outra vez à situação de confrontação entre

estas dois povos irmãos mas separados pela identidade, história, política e corrente religiosa, devido à inexistência de um rosto carismático na atualidade dos dois lados, para os direccionar para uma paz definitiva.

Porém, para que se esqueça o conflito tem que passar gerações e anos e haver uma tolerância maior entre estes dois grupos étnicos sendo de realçar neste ponto o papel das escolas da Irlanda do Norte que pretendem através da educação, apaziguar e unir os jovens Católicos/Protestantes e as gerações seguintes para reduzir ou mesmo extinguir as hostilidades relativas aos *Troubles*, porque como já foi dito será difícil devido ao cariz vincadamente identitário para não dizer cultural, no sentido dos valores, crenças, tradições e costumes de Republicanos e Unionistas, pelo que terão de passar gerações e gerações para que se possa esquecer e perdoar tudo aquilo que se passou recentemente durante grande parte da segunda metade do século XX.

Para finalizar quanto ao papel desta investigação no futuro, concluiu-se que esta poderá ser útil e de todo muito pertinente para desenvolver futuros desenvolvimentos do caso da Irlanda do Norte e aprofundar o conhecimento relativamente a outros conflitos similares, no que diz respeito à identidade de cada contexto geográfico como é o caso de Israel e Palestina, Catalunha, País Basco em Espanha, Balcãs, entre outros exemplos de conflitos de cariz identitário.

## **Referências bibliográficas**

### **Bibliografia consultada**

AUGHEY, Arthur; MORROW, Duncan (1999) *Northern Ireland Politics*. Editora: Longman

DARBY, John. (2003) "Northern Ireland: The background to the Peace Process".

GRAHAM, Brian; WHELAN, Yvonne (2007) "Legacies of the dead: commemorating the Troubles in Northern Ireland". *Environment and Planning D: Society and Space* 2007, volume 25, pages 476-495

HAIGH, CHRISTOPHER (1996) *The Cambridge Historical Encyclopedia of Great Britain and Ireland*. Editora: Cambridge University Press

HAYES, Bernardette, C; McAllister, Ian (2001) "Sowing Dragon's Teeth: Public Support for Political Violence and Para militarism in Northern Ireland". *Political Studies* Vol.49, 901-922

FITZDUFF, Mari; HAGAN, Liam. (2009) *The Northern Ireland Troubles: INCORE background paper*. CAIN.

GRIGGS, Richard; HOCKNELL, Peter (1996) The Geography and Geopolitics of Europe's Fourth World, pp.59-67. IBRU Boundary and Security Bulletin 1995-1996

MARWICK, ARTHUR (2000) *A History of the Modern British Isles 1914-1999: Circumstances, Events and Outcomes*. Editora: Blackwell Publishers

MCDOWALL, DAVID (2000) *An Illustrated History of Britain*. Editora: Longman

MOREIRA, ADRIANO (2010) *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª Edição, Coimbra. Editora Almedina.

NOGUEIRA, José Manuel Freire (2004), "*As Guerras Liberais*", in Edições Cosmos, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp.124 a 127 e 204 a 205.

PIM,Joám et al, compil(2006), *Entender os conflitos para acadar a paz*. Editora: Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional.

RUANE, Joseph; TODD, Jennifer- "Path-dependence in settlement processes: explaining settlement in Northern Ireland. Northern Ireland".

SMOOHA, Sammy (1980) – "Control of Minorities in Israel and Northern Ireland". *Comparative Studies in Society and History* 22, 2 (April 1980): 256-280.

SUTTON, Malcolm (2001) - *Bear in mind these dead... An Index of Deaths from the conflict in Ireland 1969-1993*. Belfast: Beyond the Pale Publications. Revisto e actualizado em 2002.

VEGA, ENRIQUE, compil, (2007)- *Realidades y Perspectivas de la Gestión Internacional de Crisis*, Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado de Investigación sobre la Paz, la Seguridad y la Defensa, Madrid.

## **Netgrafia**

BBC, *Recent History. Northern Ireland: The Troubles*. Disponível na Internet em: [http://www.bbc.co.uk/history/recent/troubles/#conflict\\_in\\_context](http://www.bbc.co.uk/history/recent/troubles/#conflict_in_context). Acedido em 13/10/2010;

BBC News, Peter Robinson: "*Catholic majority want NI to stay in UK*". Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/uk-northern-ireland-20475919>. Acedido em 25/11/2012;

CORM, Georges (2006): *La question religieuse au XXI<sup>e</sup> siècle. Géopolitique et crise de la modernité*. La Découverte, Paris, 2006, Coll. Cahiers libres.215.  
Citado por Michel Cornu (2006). Disponível na Internet em: <http://www.contrepointphilosophique.ch/Bibliotheque/Pages/MichelCornu/QuestionReligieuse.pdf> . Acedido em 19/11/2012

CORM, Georges (2007): *Une importance nouvelle de la religion?* Disponível na Internet em: <http://www.linternaute.com/actualite/interviews/07/georges-corm/importance-nouvelle-religion.shtml>.  
Acedido em: 18/11/2012

CUNNINGHAM Jr. G, William (1998): *Conflict Theory and the Conflict in Northern Ireland, Chapter 3- Theoretical Framework for Conflict Resolution*. Disponível na Internet em: <http://cain.ulst.ac.uk/conflict/cunningham.htm#chap3>.  
Acedido em: 4/10/2012

Conflict Archive in the Internet (CAIN): Conflict and Politics in Northern Ireland (from 1968 to the present). Disponível na Internet em: <http://cain.ulst.ac.uk/>  
Acedido em 22/11/2010

Diário de Notícias. Disponível na Internet em: [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=2664338&seccao=Europa](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2664338&seccao=Europa).  
Acedido em 16/07/2012

FlashPoints: Guide to World Conflicts, Northern Ireland. Disponível na Internet em <http://www.flashpoints.info/CB-Northern%20Ireland.htm>. Acedido em 22/11/2010

FITZDUFF & O'HAGAN (2009) The Northern Ireland Troubles: INCORE background paper. Disponível na Internet em: <http://cain.ulster.ac.uk/othelem/incorepaper09.htm>. Acedido em 25/09/2012

International Conflict Research (INCORE). Disponível na Internet em: <http://www.incore.ulst.ac.uk/> Acedido em 22/11/2010;

<http://www.dcs.pucminas.br/coreu/omundo/index.php?page=noticias/o-cenario-atual-da-irlanda-do-norte> Acedido em 6/6/2012

WIKIPEDIA, *The Troubles* (Wikipedia).  
Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/The\\_Troubles](http://en.wikipedia.org/wiki/The_Troubles).  
Acedido em 13/10/2010;

Jornal Público: <http://www.publico.pt/Mundo/isabel-ii-aperta-a-mao-a-mcguinness-antigo-comandante-do-ira--1552240>.  
Acedido em 16/07/2012

The Guardian: A brief story of the Troubles. Disponível na Internet em: <http://www.guardian.co.uk/northernireland/page/0,12494,1569841,00.html>.

Acedido em 11 de Setembro de 2011

LU YAN (2009) - *"The Impacts of British Policies and the IRA Ideology on the 1981 Irish Hunger Strike"*. Review of European Studies. Canadian Center of Science and Education.

Disponível na Internet em: <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/res>.

Acedido em 7/09/2012

<http://www.trabalhosuniversitarios.com.br/site/como-fazer-uma-dissertacao-de-mestrado-com-sucesso/>. Acedido em 12/09/2012

## Anexo

Cronologia de eventos chave referentes ao conflito na Irlanda do Norte (e antecedentes)

**1170:** Chegada dos colonos da Grã – Bretanha à Irlanda;

**1608:** A Colonização do Ulster tem início;

**1641:** A ofensiva católica surge em resposta ao processo de colonização e apropriação de terras por parte dos colonos protestantes da Inglaterra e Escócia;

**1690:** A Batalha de Boyne e a vitória do Protestante William III sobre o Católico James II – esta vitória é celebrada em muitos desfiles na Irlanda do Norte;

**1801:** Acto da União que aboliu o Parlamento Irlandês e juntou a Irlanda e a Grã-Bretanha como partes do Reino Unido;

**1912:** A Liga Solene do Ulster e o Comité assinados por cerca de 400,000 Protestantes que queriam permanecer na União;

**1916:** Ocorre o Easter *Rising* em Dublin contra o domínio Britânico

**1921:** Um tratado que levou a definição de um Estado livre Irlandês (Tratado Anglo Irlandês) com 26 condados, sendo que 6 destes permaneceram Britânicos;

**1968:** O eclodir dos *Troubles* do presente, crescendo em parte fora da campanha dos Católicos na Irlanda do Norte pelos Direitos Civis;

**1998:** Acordo de Belfast/*Good Friday Agreement*- Termo dos Troubles

**1999:** A montagem de uma Assembleia de partilha de poderes na Irlanda do Norte;

**2002:** A “Devolução” (atribuição de poderes do governo central de um estado soberano para governar a uma menor escala) é suspensa após alegações do IRA que levaram ao falhanço da divisão de poderes;

**2007:** A Devolução é restaurada à Irlanda do Norte;